

## ATA DEGRAVADA DA 169ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1  
2  
3 Aos quinze dias do mês de junho de 2012, às nove horas, na sede da SEDESE no prédio  
4 Minas, da Cidade Administrativa, realizou-se a centésima sexagésima nona Plenária  
5 Ordinária do CEAS, coordenada pelo presidente Sr. Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho,  
6 onde estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: José Fernando Millane –  
7 CMAS/Cataguases, Nívia Soares da Silva – SEDESE, Guilhermina Torga - SEF, Júlio  
8 Cesar Brum – IMSNS, Marcelo Armando Rodrigues – CRESS, Mauro Alves de Souza –  
9 ACONEQUISTAC, Cristiane Nazareth da Silva - ISJB, Luiz George Marcelino da Trindade -  
10 CMAS/Lagoa Santa, Marcos Vinícius Dias Nunes – FETAEMG, Márcio Caldeira-  
11 ASSPROM, Andréa Maria Medrado-SEDESE, Maria Dolores Cunha Pinto -Federação das  
12 APAE's, Ana Paula Simões Hilário- CMAS/BH,Adriana Rocha – SEAPA, Elizabeth Enget  
13 Milward Almeida Leitão – COGEMAS, Fernando Henrique Guimarães Rezende  
14 ;Conselheiros suplentes: Volney Lopes – PSIND, Maria Albanita Roberta de Lima –  
15 SEDESE, Raquel Fonseca Veloso – SES, M<sup>a</sup> de Fátima Bergamini – SIND-SAÚDE,  
16 Francisco Cacio Martins – MNRP, Ami Amorim – Missão Ramacrisna, João Ademar Specht  
17 – AJEAS, Gilvânia Francisca de Paula – SEDESE, Maria de Lourdes S. Damasceno –  
18 SEAPA, Soraya Regina de Souza – SEE, Rosilene Aparecida Tavares, -CMAS/Montes  
19 Claros, Amália Maria Ferreira – COGEMAS, ; os convidados: Edma Marinho – SEDESE,  
20 Cláudia Maria B. Falabela –SEDESE, Andréa S. Luiz – SEDESE, Maria do Carmo Martins  
21 – SEDESE,–Leonardo Pereira Rezende - Comissão de Atingidos, Antônio dos Santos e  
22 Geraldo A. dos Santos, Representantes de atingidos/ Candoga, Dante Luiz Nascimento –  
23 Wanerg Energética, Ricardo Carneiro,Fl'via Abreu Santana, João Bosco R. Mesquita,  
24 Glauco Gonex e Marcelo Micherif, - Consórcio Candonga, Alisson M Oliveira - Ekos Plan.  
25 Ambiental, Marlom S. Resende – Vale/Cons.Candonga, Carlos Gomes de Freita –  
26 Comunidade Marimbondo/Rio Doce, João Custódio de Oliveira , Júlio José Gomes, Cristino  
27 Eli dos Santos e Daniel de Paula Santos de São Sebastião do Soberbo, Reinaldo  
28 Guimarães da Silva e Paulo Cezar da Silva da Associação Sete Quedas, José Maria dos  
29 Santos e Ronaldo Tuzzi Pereira da Associação de moradores do Soberbo e atingidos,  
30 Antônio A. do Carmo- CMAS/Rio Doce, José Alexandre Fonseca – Prefeitura de Rio Doce,  
31 José Celso G. Magalhães, Márcio Cleber Silva, Cristiano de Andrade e Virgílio Garcia -  
32 Poupança Jovem. membros da Secretaria Executiva: Consolação Cifani da Conceição,  
33 Rosalice Tassar, Maria Luiza Carvalho, Elizabeth, Maria Paula, Luciana, Nilce Araújo, Erika  
34 Ribeiro da Cruz, Maria Cesarina Noronha, Maria Regina Caldeira e Rosângela Maria Silva .  
35 **O** presidente inicia a plenária: a grata satisfação de estar com o nosso secretário adjunto  
36 Juliano Fisicaro Borges, também com a presença de nossa subsecretária de Projetos  
37 Especiais nossa querida doutora Roberta Albanita, pode inverter Roberta, pode não é? tá  
38 bom, e a nossa subsecretária de Assistência Social, que é a doutora Nívia Soares Silva,  
39 cumprimentar a todas as pessoas que aqui estão presentes, é que representam alguns  
40 atingidos outros representantes de Associações de atingidos , é ,os representantes de  
41 empreendedores que aqui se encontram conosco nosso querido é corpo da secretaria  
42 executiva do Conselho Estadual e do nosso órgão gestor que é a Secretaria de Estado de  
43 Desenvolvimento Social, cada um dos nossos conselheiros da Sociedade Civil e Governo  
44 que compõem esse colegiado. Eu sempre gosto de anunciar a todos que sempre primei  
45 pelo ecumenismo minha fé cristã e até invocando a própria fundamentação da constituição  
46 federal, que a paz possa está nesta casa no dia de hoje durante o desenrolar dessa nossa  
47 plenária.Nos temos na plenária de hoje a justificativa de ausência da nossa conselheira  
48 Edir Pretucelli Carayon Xavier da Secretaria de Estado de Educação titular nesse conselho  
49 encontra se gozando período de férias, conselheira Tânit Jorge da Secretaria de Estado da  
50 Fazenda , também titular esta em viagem a trabalho e André Luis do CMAS de Ituiutaba  
51 por trabalho e nosso conselheiro suplente. Nós temos na plenária de hoje uma outra  
52 situação que agrada muito esse colegiado que é a composição do colegiado como um todo  
53 em função de algumas ausências que tínhamos na representações desse colegiado ,  
54 então nós temos posse para dar a conselheiros eu quero aqui aproveitar que nosso  
55 secretário está aqui conosco ,Juliano que a gente possa conjuntamente reforçar esta posse

56 e aí eu gostaria de está dentro da ordem que foi colocada em nossa pauta a nossa querida  
57 Anália que representa o COGEMAS e está aqui na região metropolitana, na cidade de Belo  
58 Horizonte portanto Anália seja bem-vida a esse colegiado, considere se empossada a  
59 partir de então; nós temos a Maria Dolores que é uma satisfação muito grande dupla para  
60 mim Dolores fomos conselheiros nacional no Conselheiro Nacional de Assistência Social,  
61 Maria Dolores foi Presidente da APAE por vários mandatos uma das instituições talvez de  
62 maior nobreza de atendimento as pessoas com deficiência e também que carrega uma  
63 longa caminhada histórica, muita competência na Secretaria de Estado da Educação, seja  
64 bem-vinda a este colegiado com a sua experiência eu tenho certeza que vai somar muito  
65 conosco então por favor considere se empossada a partir dessa nossa centésima  
66 sexagésima nona Plenária Ordinária; Rosilene do Conselho Municipal de Assistência Social  
67 de Montes Claros, Rosilene é Assistente social carrega uma trajetória Histórica que na  
68 princesa do norte podemos chamar assim a né a cidade de Montes Claros que tem um  
69 colegiado também que a gente pode enaltecer no estado de Minas Gerais que tem um  
70 corpo eu diria que uma Secretaria Executiva que carrega um - memorial histórico vivo  
71 naquele conselho com duas secretarias muito competentes tenho certeza que contribuem  
72 muito para o colegiado inclusive com intervenções em Brasília em alguns GT do CNAS  
73 contribuições efetivas e lováveis então seja bem-vida também Rosilene a esse colegiado  
74 considere se empossada portanto como conselheira estadual nessa nossa Plenária;  
75 Andrea, nossa querida Diretora aqui na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social já  
76 esteve conosco em várias caminhadas em outros conselhos tem a trajetória histórica  
77 formação seguimento como diretora tem a responsabilidade dupla no conselho agora com  
78 toda certeza vai estar somando e enriquecer muito o cabedal de conhecimento de cada um  
79 de nós, então considere se por favor empossada Andrea como conselheira desse  
80 colegiado. E agora sim a gente empossa também a nossa querida Roberta Maria Albanita  
81 que é nossa subsecretária Também de \Projetos Especiais já esteve neste colegiado  
82 conosco sempre né como conselheira e agora mais uma vez se senta aqui para somar é  
83 muito bom que este colegiado vai passar a ter mais próximo os projetos que são  
84 desenvolvidos neste estado e com toda certeza vai somar muito ainda.A Adriana da  
85 SEAPA chegou?Então, por favor, Adriana Seja bem-vinda a este Conselho considere se  
86 empossada a partir de então como conselheira esperamos a contribuição efetiva nesse  
87 colegiado da pasta que você representa e com toda certeza você trás para nós aqui o  
88 conforto de que você vai fazer uma representação e também a tão necessária  
89 representatividade seja bem-vinda e considere se empossada como conselheira.Eu quero  
90 vou passar o nosso secretário para que ele ratifique essa nossa posse e também possa  
91 saudá-los especificamente a cada um, por favor secretário. **Juliano:** Bom dia a todos  
92 primeiramente eu gostaria de agradecê-los pela presença aqui na, é, fugindo um pouco da  
93 rotina né que a plenária de vocês é no centro no prédio Mirafiori né?E sabemos que para  
94 vir aqui agente tem as vezes alguns aspectos de ter um pouco de, paciência em fim...  
95 então, em nome do secretário primeiro também pedir desculpa que ele teve imprevisto  
96 ontem ele estaria aqui, eu estaria junto com ele estou aqui representando então reforço  
97 esses agradecimentos pela vinda de vocês e pelo que vejo em grande quantidade, né  
98 então isso é muito importante para nossa plenária queria saudar aqui o presidente o  
99 Geraldo que... cumprimento também os conselheiros governamentais e da sociedade civil  
100 ,os representantes de associações e todos aqui presentes.É com muita honra também que  
101 participo dessa posse dos novos conselheiros, da Anália representando o COGEMAS da  
102 Maria Dolores da Federação das APAEs, Geraldo já falou da importância dessas  
103 instituições, para a política de Assistência Social, Adriana que já era suplente e agora  
104 como titular, Rosilene do Conselho Municipal de Assistência de Montes Claros, Andréa  
105 Medrado nossa colega aqui da SEDESE e Maria Albanita da SEDESE, é Maria Roberta ou  
106 eu te conheço há tanto tempo eu não sei se é Maria Roberta Albanita ou Maria a Albanita  
107 Roberta ( risada) olha que eu trabalho com ela há mais de cinco ou seis anos. Então, é  
108 com muita honra que a gente empossa estes novos conselheiros eu queria primeiramente  
109 falar deste conselho rapidamente falar da importância deste conselho aqui na SEDESE a  
110 gente tem é a Secretaria que mais tem conselho no Estado de Minas Gerais agente trata

111 aqui com vários seguimentos sociais a gente destaca alguns conselhos dada a relevância e  
112 o conselho de assistência social é um deles né não precisa falar da importância só pela  
113 presença aqui dos temas tratados para a política para as políticas sociais no estado de  
114 Minas Gerais É com muita honra que mais uma vez eu participo, eu já trabalhei na  
115 SEDESE de 2007 a 2010 tive a honra de participar de algumas plenárias e saí em 2011 e  
116 fui para a controladoria Geral do Estado como controlador Geral Adjunto e agora tive a  
117 honra pelo convite do Secretário retornar à SEDESE que é uma casa que eu gosto muito  
118 que há 18 anos quando o passei no primeiro concurso público ,antiga SETAS que era a  
119 secretaria do trabalho e Ação Social foi meu primeiro emprego pro serviço público então na  
120 verdade é minha casa estou aqui desde o meu primeiro emprego desde 1994, então é  
121 sempre uma satisfação aqui na SEDESE e Também no conselho de Assistência social  
122 então eu vou passar a palavra,,,retornar a palavra aqui para o nosso presidente e mais  
123 uma vez pedir desculpas pela ausência do Secretário e também agradecer pela maciça  
124 presença dos senhores aqui para essa reunião tão importante que teremos hoje muito  
125 obrigado, **Geraldo:** obrigado secretário(aplausos)a gente dá sequência a esta pauta que já  
126 está em mãos de todos os conselheiros e eu gostaria de ainda que submeter a vocês a  
127 provável intenção de alteração eu gostaria inicialmente se fosse possível que agente  
128 considerasse essa mesma ordenação porque ela traz o sentido lógico em função dos  
129 assuntos que a gente tem por tratar, mas ainda assim eu pergunto aos conselheiros se tem  
130 alguma intenção alguma sugestão de alteração, OK? Então vamos dar sequência na  
131 ordenação da pauta e assim sendo nós passamos ao item 'C' que diz respeito aos informes  
132 é na letra no item 'C' de informes é... eu gostaria de perguntar se algum dos conselheiros  
133 tem informes por dar passados ou futuros, convites, representação. Nós temos uma  
134 correspondência aqui é foi encaminhada ao conselho, da FETAEMG e que é a respeito de  
135 uma feira que eu vou passar para o nosso conselheiro Marcos Vinícius que penso que é  
136 quem deve fazer com mais propriedade esse informe informe por favor fique a vontade  
137 conselheiro. **Marcos:** pessoal bom dia , bom dia a todos todas é o informe é rápido nós  
138 vamos ter do dia 5 ao dia 8 agora de julho a nossa 7ª feira de agricultura familiar né esta  
139 feira vem representação do estão inteiro tem artesanato, cachaça ,queijo, requeijão tem  
140 todos os tipos não sei se alguém aqui já participou de outros momentos dessa feira então  
141 assim eu queria deixar aqui no conselho né o convite a todos a gente não conseguiu ainda  
142 a gráfica acabou não conseguindo fechar as cortesias né que a gente mais de qualquer  
143 maneira a gente vai ta mandando para o conselho para que o conselho faça a distribuição  
144 para os conselheiros e aí nos pedimos, além da feira também tem à noite os shows então  
145 é uma feira na verdade que ela mostra um pouco de quem são nossos agricultores  
146 trabalhadores rurais e o que eles produzem e trazer para poder mostrar e abrir mercado né  
147 hoje a nossa agricultura nós não queremos trabalhar com a agricultura só para subsistência  
148 queremos que ele trabalhe que ele produza para ele sobreviver para ele poder se alimentar  
149 mas também que ele possa vender esses produtos né para poder se manter lá no campo  
150 em condições digna da mesma forma que as pessoas que estão na cidade hoje tem, ah! Tá  
151 o local? Vai ser de 5 a 8 na Serraria Souza Pinto ali no centro, fácil acesso né e aí qualquer  
152 coisa estamos a disposição para maiores esclarecimentos,obrigado. **Geraldo:** Conselheiro  
153 Marcos Vinícius, obrigado, mais algum conselheiros , secretários tem algum informe? Não,  
154 nós recebemos no conselho estadual um convite para participação do Fórum Legislativo de  
155 Segurança Pública que ocorrerá no dia 25 de junho na Assembleia Legislativa do Estado  
156 de Minas Gerais, eu acho de primordial importância é que a gente tem uma representação  
157 do conselho nesse fórum se trata de segurança pública nosso conselho é um conselho de  
158 direito, portanto, prima pela garantia dos direito e principalmente das pessoas que mais  
159 sofrem com violência generalizada que a gente atravessa então ela é de importância, eu  
160 gostaria depois que os conselheiros pensassem na data olhassem suas agenda e depois,  
161 por favor, matricule para nossa secretaria Consolação para a gente depois saber que  
162 representação será feita. Temos também um convite que nos foi encaminhado também  
163 pela Assembléia Legislativa e que diz respeito ao debate do papel do terceiro setor e  
164 implementação das políticas públicas em Minas Gerais então quando aqui se diz o terceiro  
165 setor é bom que a gente saiba principalmente os conselheiros da sociedade civil que a

166 gente ta aqui representando instituições que forma esse braço forte do terceiro setor. São  
167 as instituições são as entidades que no mesmo modelo da constituição federal no artigo  
168 203 e 204 foram chamados para contribuir na participação e deliberação da política publica  
169 e assim sendo acho de primordial importância que a gente possa se fazer presente na  
170 Assembléia Legislativa para contribuir nesse debate que diz respeito a comissão do  
171 trabalho da previdência social e da ação social e mais especificamente eu queria chamar a  
172 atenção de nossos queridos conselheiros ,Volney e Marcelo que como se trata da  
173 comissão de trabalho para nós vocês dois prioritariamente que se soma à comissão de  
174 negociação eu acho que é importante que a gente esteja envolvido nesse processo.Vou  
175 passar a nossa querida conselheira Roberta Albanita que pediu inscrição, logo em seguida  
176 o nosso secretário, pois não por favor microfone, para Roberta Albanita **Roberta:** Bom dia  
177 a todos é uma alegria muito grande de retornar a este colegiado e eu queria presidente  
178 anunciar aqui eu não sei se os conselheiros estão sabendo, mas dia 23 de junho às 9:00h  
179 em frente ao colégio estadual é Colégio Central vai ter a marcha do combate as drogas  
180 então seria muito importante que a gente , é , Consolação a gente podia até resgatar esse  
181 convite para passar para todos os conselheiros pra gente se mobilizar pra gente ta  
182 presente ou levar um grupo de pessoas significativo né tendo em vista que essa questão,  
183 essa temática drogas , ela envolve muito, muito, muito os usuários da política de  
184 assistência não só os usuários mas também ..é um tema que agente tem que tá junto pra  
185 tentar combater era só para dar este anúncio e tentar fazer uma chamada do conselho  
186 estadual pra que a gente pudesse participar enquanto conselheiro e tá levando também  
187 outros seguimentos. **Juliano:** só uma também um informe sobre o dia 19 nós teremos a  
188 nossa conferência é da pessoa com deficiência conferência estadual no Ouro Minas então  
189 é um assunto afeto também à assistência não deixa de ser né então é mais uma ,um  
190 informe pra quem quiser participar não como delegado obviamente mas como participante,  
191 ouvinte né procurar a SEDESE, a Subsecretaria de Direitos Humanos **Geraldo:**obrigado  
192 secretário, conselheira **Nívea:**bom dia a todos, eu gostaria de informar que participei ontem  
193 de um evento do processo estratégico poupança Jovem aqui no Palácio do governo  
194 representando este conselho e queria trazer pra vocês é a informação de que foi um evento  
195 brilhante emocionante que trouxe pra gente a mostra de um grande uma grande ação do  
196 estado uma ação do protagonismo juvenil e eu queria até de sugerir a Roberta ,a Andrea  
197 que depois trouxesse para o conhecimento desse conselho se foi feito alguma filmagem,  
198 fotografia do evento né da fala do governador , da fala do dos representante dos alunos lá  
199 e que foi muito emocionante foi muito gratificante ne um momento que a gente vê o  
200 resultado , o impacto positivo das ações do estado através da fala do comportamento e de  
201 toda a mostra que os meninos deram para gente nesse evento foram 450 jovens que já  
202 concluíram o ensino médio participantes do poupança jovem e que estavam recebendo a  
203 bolsa né que a premiação do do da ação que é valor de \$3.000,00(três mil reais) que  
204 simboliza a poupança que está possibilitando que esses meninos hoje estejam é  
205 ingressados no ensino superior e a fala de um dos meninos foi muito emocionante, ele  
206 passou num dos primeiro lugares da universidade Federal de Juiz de fora pro curso de  
207 engenharia civil e a fala dele foi riquíssima do p o n to de vista da formação do conteúdo  
208 do benefício que o projeto significou na vida dele para que ele pudesse estar hoje nesse  
209 lugar.Um menino que veio de escola pública carente e que com todo o esforço dele e da  
210 família e da ação do poupança jovem. Ele conseguiu chegar onde estava e falou de muitos  
211 outros casos né como o dele que faziam parte daquele grupo que estava lá. Então eu  
212 queria trazer é dividir com vocês né esta informação e esse resultado dessa ação do  
213 estado e dizer também que estive numa audiência pública no dia 12 na Assembléia  
214 Legislativa mostrando também as ações do estado no trabalho de erradicação do trabalho  
215 infantil que são as ações intersetoriais da saúde da educação da assistência social do  
216 trabalho e que também teve elogio lá eu falei também do CEAS né que eu representava o  
217 CEAS também que o CEAS acompanha todas as temáticas ligadas à criança e o  
218 adolescente também e recebemos um elogio lá por parte da Dra. Andrea Carelle ao trabalho  
219 que o CEAS vem fazendo né e a repercussão desse trabalho desse controle social que é  
220 repercutido aí na sociedade. E eu gostaria de dizer também que vou estar falando nessa

221 audiência pública que o Geraldo acabou de citar aqui, é, recebi o convite ontem então nos  
222 vamos estar lá também a SEDESE com assento na mesa também dizendo das ações do  
223 estado né e da (pausa) nos vamos estar também falando por parte do estado é de com  
224 está hoje como se dá hoje essa relação do estado com o terceiro setor e da importância  
225 que o terceiro setor representa hoje na execução principalmente da política de assistência  
226 social **Geraldo:** pois não conselheiro Amim, por favor um microfone até o conselheiro  
227 Amim, Marcos Vinícius por favor **Amim:** só queria informar que vou participar da  
228 “Conferência Oficial Rio Mais 20” no Rio, nos dias 20 e 22 apresentando a Missão  
229 Ramacrisna e o Fundo Cristão para crianças **Geraldo:** Bem, eu quero aproveitar a fala da  
230 conselheira Roberta quando traz essa questão da droga pra todos nós, eu prioritariamente  
231 queria mais especificamente para este colegiado mas também às outras pessoas que estão  
232 aqui conosco um tema que tá aí na nossa vizinhança pra dentro de uma de nossas casas  
233 um tema que preocupa mundo inteiro os 5 continentes eu tive agora participando do  
234 encontro da OIT em Genebra por 10 dias e lá foi colocado pelos 5 continentes portanto  
235 todos os países representações com a preocupação com a juventude eu digo que o tema  
236 central foi esse o que nós entendemos da juventude como é que pega a juventude é  
237 este nível de desemprego então o que a gente vê atrelado a isso é esta situação onde a  
238 faixa etária que mal ele formou a personalidade e já começa a buscar auto afirmação  
239 quando a gente trata esta temática pensando no jovem principalmente os considerados  
240 desiguais perante a sociedade de consumo nós estamos então falando portanto do jovem  
241 mais empobrecido e daqueles que necessitam ingressar na qualificação profissional  
242 ingressar num projeto de capacitação mais especificamente com a perspectiva de inserção  
243 no mundo do trabalho e assim sendo a gente vê o índice de desemprego atrelado com  
244 isso leva a ociosidade esses jovens eles perdem o ciclo da escola e daí é um passo para  
245 ser assumido pelo narcotráfico pelo mundo do crime então é comum a gente ouvir falar e  
246 delinqüência infanto-juvenil mal sabendo que o histórico são frutos do meio então é uma  
247 atenção específica porque existe a preocupação do 5 continente de que isso pode levar a  
248 uma revolução por consequência até um estado de greve até um estado de guerra a gente  
249 vê ocorrer nos Estados Unidos hoje exatamente a volta de um processo ao contrário que  
250 aconteceu na nossa geração é um processo onde os filhos saíram de casa já aos 16 anos  
251 já assumindo uma vida econômica ativa financeira e portanto independente hoje a gente vê  
252 esses jovens saindo mas voltam para a casa dos pais com a falta de perspectiva no  
253 mercado de trabalho então tá uma coisa ligada a outra a gente vê uma discussão existe  
254 uma discussão dentro do congresso nacional hoje na questão da liberação da  
255 liberalização da droga ilícita e existe controvérsias existem militantes dentro do nosso meio  
256 que defende a liberação mas é bom lembrar que o país primeiro que liberou hoje é o maior  
257 repressor porque o tiro saiu pela culatra né nós temos a Suécia nós temos a Polônia, nós  
258 temos a Holanda estão passando seríssima dificuldade por ter liberado a droga e aqui a  
259 gente tem que lembrar que o dinheiro hoje é portado para o Sistema Único de Saúde que  
260 sai exatamente do tripé formado pela seguridade social onde nós somos um dos tripés  
261 esse dinheiro não dá conta mais do SUS imaginem é amanhã a liberação da maconha  
262 quer que seja qualquer droga né entrado pra se somar ao álcool e ao tabagismo e aí sim  
263 nós vamos ter consumido todo o dinheiro da seguridade Social num processo de tentativa  
264 de recuperação da saúde e não num processo preventivo. Então nós enquanto conselheiros  
265 e garantidores dos direitos devemos ter a consciência buscar sempre tá somando estas  
266 questões. É ... nosso próximo ponto de pauta diz respeito a letra 'D' aí estão pontos pra  
267 ser deliberado e a gente precisa de deliberação. Nós temos a questão da mediação da UHE  
268 de Candonga e alguns encaminhamentos. Ah.. nós temos um empreendimento no estado  
269 de Minas tende a própria situação geográfica que adquire essa situação de tá formando  
270 vários empreendimentos no sentido de geração de energia sustentável e a gente obvio que  
271 a gente tem a visão pra ver nosso estado gerar novos empregos. Sabemos que dentro  
272 dessa possibilidade dentro dessa perspectiva existem mais de 200 projetos a serem  
273 implementados e a gente vem acompanhando de perto por força de lei estadual cabe a  
274 este conselho a aprovar os Planos de Assistência Social especificamente no caso de  
275 Candonga nós temos já uma vivência de 10 anos acompanhado por este colegiado

acompanhado mais especificamente pela comissão né desse colegiado e a gente vive uma situação conflituosa existir é divergências nas várias tratativas de ordem social é normal é comum eu diria até natural o que é triste pra gente entender e dificultoso para este colegiado é a gente ver essas divergências não serem tratadas na maioria das vezes de forma construtiva agente ver emperrar um processo por falta de vontade ou por pouca vontade na implementação de situações que poderiam no mínimo minimizar algum tipo de problema ou até exterminar o problema a gente sabe que originariamente um empreendimento chega na tentativa de gerar lucros na tentativa de gerar fortalecimento do capital esse é o sistema que o Brasil adotou um sistema capitalista eu diria até mais selvagens do que outros países mas sendo assim agente vê o empreendimento chegar e mesmo assim e normalmente ele pela própria natureza ele lesa direitos já garantidos daqueles que são proprietários das áreas onde serão inundadas assim sendo cabe a visão daqueles que representam o capital especificamente o empreendedor a buscar alternativas outras de tentar não é minimizar esse sofrimento pela perda daquilo que tinham até então ou no mínimo tentar ressarcir alguns direitos que pela própria natureza são violados criando outras alternativas e daí esse colegiado tem que aprovar o Plano de Assistência Social.Com essa visão , a visão de economia empreendimento buscar um plano de reativação econômica mas um plano de reativação econômica que possa realmente dar condições econômica financeira para essas pessoas atingidas sabendo se que ele sai de um processo um estágio de filosofia de vida que passa por um outro diferente porque ele quase sempre deixa a zona rural pra ta na zona urbana, e quando isso acontece ,acontece no meio rural dentro da própria zona rural.Esse processo dentro de há 10 anos ele já dura 10 anos e que a gente não conseguiu minimizar, a gente não conseguiu extinguir os problemas.É foi, foi elaborado uma resolução que caçava o Plano de Assistência Social e desse empreendimento de Candonga. É, a partir de uma conversa entre o colegiado e empreendedores e nosso órgão gestor que é a secretaria de estado um entendimento que esse colegiado precisava é tentar é um tempo maior e aí nós tivemos uma tratativa de através do colegiado tentar mediar esse conflito, é penso até que o colegiado foi além da sua própria , sua própria competência que eu diria que é mais uma articulação política e não de aspecto cartorial aspecto de fazer acontecer e esse conselho ainda assim se dispôs a estar através de uma comissão acompanhando o processo mais de perto e nos tornamos mediadores desse processo e por ter esse entendimento à época expedimos uma resolução onde caçamos é fizemos é tornamos o efeito suspensivo com efeito suspensivo aquela cassação até o mês de outubro deste ano na tentativa de dentro desse prazo, na nossa mediação a gente pudesse atenuar, minimizar ou até dar a resolução por completo dos conflitos até então registrado, é esse colegiado a partir da derradeira da mesa diretora é entendeu que não é mais possível a continuidade da mediação pelo colegiado pelo Conselho Estadual de Assistência Social nós entendemos que o processo de mediação de fato elaborado por esse colegiado não conseguiu atingir as nossas perspectivas positivas de minorar de minimizar os problemas assim sendo eu preciso primeiramente submeter a esse colegiado aqui agora a retirada do Conselho Estadual de Assistência Social como mediador desse processo nessa situação de Candonga.A partir dessa votação dessa retirada aí a gente que é da mesa diretora já tomou essa decisão Ad Referendum da assembléia a gente quer agora através do voto saber se o colegiado como um todo aprova a nossa retirada logo em seguida a essa votação nós daremos sequência a esse mesmo ponto porém com outras alternativas que me permito aqui deixar pra registrá-las assim que houver essa votação.Portanto eu quero submeter esse colegiado é a saída do Conselho Estadual de Assistência Social como mediador desse processo, entre empreendedor e atingidos, esse é o entendimento da mesa diretora que agora trazida a essa plenária para ser votada para ser ratificada, antes de ir para o processo de votação eu pergunto se sobre esse ponto especifico se algum conselheiro quer fazer alguma intervenção alguma fala, conselheiro **Marcelo:** bom dia a todos e todas é porque nos estamos numa, numa casa é com várias pessoas senhor presidente que talvez não saibam e não conheçam não conheceram como que iniciou o processo era só pra esclarecer que esse processo de mediação passou por uma

331 deliberação do conselho é nós de fato é buscamos fazer a mediação da melhor maneira  
332 possível considerando que esse conselho é vem participando de uma de um curso de  
333 mediadores já em fase final portanto é com qualificação com competência é que esses  
334 conselheiros que participaram do processo de mediação trataram do tema como disse o  
335 senhor presidente por motivos é que não, não cabe ao conselho não nós não conseguimos  
336 chegar ao intento de uma resultado positiva, é por isso que nós estamos aqui hoje então  
337 decidindo sobre esse ponto. **Geraldo:** ok, eu gostaria que todos os conselheiros em  
338 situação de voto pudesse levantar o crachá se está de acordo que o conselho retire do  
339 processo como mediador, como mediador o que não quer dizer que o acompanhamento  
340 continua pelo plenário até por força de fundamentação legal. Por questão de ordem,  
341 conselheiro Marcelo quer voltar a falar **Marcelo:** é só pra esclarecer também senhor  
342 presidente, porque a discussão da mesa diretora passou para que a responsabilidade da,  
343 da a responsabilidade agora passasse para a secretaria de estado pra SEDESE ta  
344 certo? Então agente tá encerrando a mediação e repassando a responsabilidade para o  
345 estado. **Geraldo:** é, eu, eu pedi que fosse especificamente sobre o caso porque nós vamos  
346 fazer a votação da retirada do conselho como mediador essa outra questão que o Marcelo  
347 coloca é uma questão que eu vou inicialmente fazer a fala pra dar continuidade ao  
348 processo eu só quero separar as duas situações pra que não exista incompreensão na  
349 hora da votação, ta? Conselheira **Elizabeth:** Bom dia a todos e a todas na mesa diretora a  
350 gente fez uma longa discussão né nossa avaliação, na minha avaliação por exemplo é que  
351 a gente fala assim mediação não aconteceu não chegou a um bom resultado acho que  
352 chegou a um desfilamento de quem é a competência daqui pra frente então eu acho que  
353 assim, o papel do conselho como mediador né em que pese eu acho que saiu da  
354 competência do Conselho mas foi um, um resultado interessante porque se conheceu  
355 melhor a realidade é a saída nós estaríamos saindo da mediação e o passo seguinte é de  
356 quem então entraria nas relações de tal fora a superar as dificuldades que tem entre  
357 atingidos e empreendedor naquela região né? **Geraldo:** quem tiver de acordo, por favor, tá  
358 claro? a votação que nós vamos fazer? Quem tiver de acordo, por favor, que o conselho se  
359 retire como mediador no processo de conflito o que não quer dizer que vai deixar de  
360 acompanhar por fundamentação legal. Por favor, levante o crachá.... (silencio votação) só  
361 permaneça, por favor, um minutinho .. ok, votos contrário,...abstenção ok temos 1(uma)  
362 abstenção então está aprovada a retirada do conselho Estadual de Assistência Social  
363 como mediador desse processo. Dando sequência e aí conforme falei anteriormente esse,  
364 esse colegiado após gastos, desgastes e um comprometimento efetivo por parte de vários  
365 conselheiros, fizemos visitas a cidade ao empreendimento conhecemos os projetos que  
366 foram implementados alguns em parte outros na plenitude, é conhecemos os efeitos e o  
367 resultado de cada um deles as pessoas que envolveram em cada um deles conhecemos os  
368 representantes de Associações, é algumas com representatividade de fato , outras com  
369 pequena representatividade, é tivemos em loco e podemos apreciar cada detalhe que  
370 aconteceu naquele município durante o empreendimento. Depois na tentativa de atingir uma  
371 perspectiva que é um objetivo que era sonhado por nós, e que não aconteceu, foi uma  
372 equipe técnica maior com técnicos com formação com experiência pratica pra fazer um  
373 levantamento e trouxe resultados estatísticos que eu diria muito prá além daquilo que  
374 compete a própria comissão do conselho. A partir desse relatório houve esse entendimento  
375 da mesa diretora, qual seja a nossa tentativa de mediar, não é, e que prá mim de fato houve  
376 a mediação, só não conseguimos atingir os resultados esperados isto é normal, porque  
377 isso não depende só do mediador e sim das partes, é independente da vontade da  
378 compeensão da filosofia de Cada uma das parte, atingidos e empreendedores nós também  
379 entendemos que a condição de mediador o conselho Estadual além de extrapolar a sua  
380 função é muito mais política, não é? Ele se viu na incompetência de não ser quem  
381 literalmente pode implementar de fato ações que a gente enxerga, secretário, que são  
382 ações pontuais que eu diria de ordem estrutural e de dimensão que extrapola intervenções  
383 pontuais isoladas por parte das entidades, e nós entendemos que é necessário e  
384 importante que exista a presença efetiva do estado que se diz de direito através da nossa  
385 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, através, que é nosso órgão gestor desse

386 colegiado e principalmente porque cabe ao, ao estado, é , como poder público e inclusive  
387 está mais próximo e competência para fazer a tratativa com o ente federado municipal que  
388 também nós podemos detectar que houve no mínimo omissão pra não dizer negligência  
389 inclusive pra nossa tristeza e do órgão colegiado Conselho Municipal de Assistência Social  
390 e isso eu estou aqui falando aquilo que eu pessoalmente com outros conselheiros e  
391 técnicos pude apreciar e conhecer dentro daquele município dentro de todas essas  
392 considerações o que foi pensado pela mesa diretora é que no momento que a gente coloca  
393 para o estado e aí de forma oficial através de quem vos fala que enquanto presidente do  
394 conselho foi passado uma carta anexada todo esse acompanhamento técnico, todo  
395 relatório e dizendo as razões da retirada do conselho como mediador na tentativa de ver o  
396 nosso secretário através do nosso secretário que representa esta nobre e importante  
397 secretaria de estado uma articulação com as demais pastas mai ou menos ao modelo,  
398 conselheira Roberta Albanita da, do Pró-assiste porque a gente vê uma intervenção  
399 pontual uma intervenção possível de acontecer de forma intersetorial que é necessário  
400 porque os atingidos vivem uma situação de estar no sentido transversalizado de receber  
401 várias ações e políticas públicas sociais, não só aquela da assistência porque a gente tem  
402 plena convicção de que a política pública de assistência social por si só jamais vai tirar um  
403 beneficiário daquela situação então nós precisamos de implementar outras políticas pra  
404 além da reativação econômica financeira também de educação de egia de inclusão no  
405 mercado de digital no mundo do trabalho e assim sendo secretário o nosso pensamento é  
406 que se o nosso órgão gestor enquanto secretaria de estado com o poder de articulação  
407 com as demais secretarias de estado e com o poder de intervenção e de articulação junto  
408 ao ente federado municipal a gente possa vencer é com mais competência eu diria é esse  
409 processo de divergência e até então conflituoso, penso que resumidamente é para quem  
410 está no processo a gente não tem o tempo que gostaria para esclarecer para as pessoas  
411 que não estão tão envolvidas para nós do colegiado que esta envolvido nesse processo  
412 com toda certeza eu fiz um resumo aqui do que tem acontecido, e gostaria inclusive de  
413 ressaltar mais uma vez que nossa resolução que passou o efeito deu o efeito preventivo da  
414 cassação primeira ela deu um prazo até outubro né é por isso que a gente pediu a  
415 intervenção no processo onde o estado pode assumir para si a responsabilidade enquanto  
416 poder público no sentido de restabelecer o papel bem como conduzir o processo de  
417 negociação entre as partes, razões estas já por mim faladas aqui mas eu gostaria muito de  
418 compartilhar com os meus companheiros do colegiado essa fala, se tiver deixado de falar  
419 alguma coisa por esquecimento por favor quem quiser manifestar esteja a vontade, então  
420 eu abro a fala aos conselheiros, conselheira Roberta Albanita por favor. **Roberta:** é,  
421 primeiro presidente eu queria é, elogiar é, a equipe do CEAS especificamente a equipe  
422 técnica porque é o referido relatório é que nós tivemos acesso né quando, e é um relatório  
423 bem condensado com bastante detalhe da visita que a equipe fez lá, é eu acho que traz  
424 uma clareza para esse colegiado de vários aspectos, né ,aspectos esses que durante o  
425 processo existia uma tratativa nessa plenária de algo que a gente não conseguia ver com  
426 os olhos né a gente tratava aqui com muita ênfase buscava discutir debater encima de  
427 documentos de evidencia e, ao ir ao município enquanto equipe do CEAS nessa  
428 perspectiva de trazer bastante subsidio que ajudasse ao colegiado na decisão de mediar  
429 esses conflitos, eu acho que vieram riquezas de detalhes que pra nós e eu estou falando  
430 isso é, porque também como aqui estive , né esse processo, ele se arrasta ao longo dos  
431 anos, então a gente já participou de várias discussões calorosas aqui várias tratativas e que  
432 pra nós esse momento quando se tomou a decisão de mediar o CEAS fazer a mediação e  
433 tomou essa decisão de ir em loco , passar para um tempo maior fazer uma escuta mais  
434 apurada de todas as partes vieram várias informações né informações importantes de  
435 todos os atores que ali estavam envolvidos ,então foram desnudados uma série de  
436 inverdades e uma série de verdade que vieram a tona, isso foi muito importante e o  
437 relatório é muito rico , e traz esses detalhes, é e traz também detalhes e retratos de uma  
438 mazela, né de da questão da estruturação das políticas públicas locais, né que é  
439 importante que a gente percebeu inclusive uma série de coisas porque não avançamos e  
440 porque que avançamos, é quando comparado de que o empreendimento esteve em dois



441 municípios e você compara na mesma situação que é um determinado município avançou  
442 em uma negociações e conseguiu potencializar uma série de questões e por outro lado o  
443 outro município entrou numa estanca né de uma série de problemas que a gente não  
444 conseguiu avançar e com isso tudo né quer dizer, no final o resultado disso são os  
445 atingidos a gente percebe que tem uma série de coisas que até então pela a questão dos  
446 documentos que aqui nos chegavam pelas falas que aqui nos chegavam a gente não tinha  
447 informações suficientes então assim eu acho que a tarefa que essas meninas fizeram né lá  
448 nos municípios foi de rica importância para que aqui pudéssemos trazer uma série de  
449 discussões para enriquecer esse colegiado. E essa decisão de que aqui é colocado de que  
450 possamos encaminhar para uma, uma condução do estado, é no sentido de é trabalhar  
451 essas mazelas ou criar possibilidades que essas mazelas possam ser minimizadas eu,  
452 eu, eu vejo comigo aqui que é uma decisão sábia porque todos nós aqui com várias né ,  
453 com todos os atores que aqui estão nesta sala atingidos e empreendedores, é conselheiros  
454 é e visitantes nós só temos um objetivo que é proteger os atingidos e se a gente não tiver o  
455 entendimento de onde está essa convergência, não é? e essa é a convergência que nos  
456 une nós podemos ter algumas divergências de encaminhamento de condução de apuração  
457 de tratativa e de informação. Agora tem uma convergência que esse colegiado não pode  
458 perder que é os atingidos e as famílias dos atingidos e se em nome dessas famílias é que  
459 estão lá é preciso que façamos todos os esforços e este conselho fez, fez todos os  
460 esforços possíveis né partindo da boa mediação fizeram tudo, tudo que estavam ao  
461 alcance na competência e acho até mais chegando até a extrapolar algumas competências  
462 desse conselho pra poder buscar esse olhar então penso que esse encaminhamento para  
463 que o estado agora assuma essa condução né e com esses princípios que o governo do  
464 estado trabalha de articulação, trabalhar em rede de articulação e a capacidade que esse  
465 estado tem de articular com outras secretarias né e de fazer as suas tratativas com entes  
466 públicos federados que é os municípios espelhos, né? Seja trabalhos com trabalho  
467 assistência com assistência, educação com educação e que a gente possa com isso  
468 conseguir fortalecer essas políticas públicas lá destravar aquilo que não estava sendo  
469 conseguido e aqui registrando muito claro que não é a nossa intenção de assumir  
470 competência que é do empreendedor, aqui nós vamos assumir as tratativas de políticas  
471 pública, competência do empreendedor nós vamos tá cobrando né secretário com o  
472 mesmo afinco para que a gente possa ter sanado essas questões e que possamos aqui  
473 presidente ao longo desse os dois anos ou os três anos a gente estar comemorando  
474 sanear todos esses problema que lá tem e a gente perceber que essas famílias, é esses  
475 atingidos hoje estão com a vida melhor, então essa é uma decisão sábia , eu queria  
476 registrar e parabenizar essa equipe do CEAS porque esse relatório ele trouxe para nós  
477 essa visita trouxe a tona pra nós bastante informações e aí sugiro aos conselheiros em  
478 outro momento se vocês tiverem oportunidade leiam esse relatório e debatam esse  
479 relatório. **Geraldo:** Por favor, o microfone para a conselheira **Maria Dolores:** quero  
480 cumprimentar a todos e a todas é um prazer muito grande retornar a esse conselho e vir  
481 mais forte na defesa de direitos, é a gente absteve o voto é porque nos faltava dados  
482 Roberta até para dar uma, fazer um voto mais comprometido embora tivesse toda a  
483 confiança na secretaria executiva e nos estudos que esse presidente e comissão diretora  
484 fariam e fariam sim logicamente no direito dos usuários da assistência e na proteção da  
485 população vulnerabilizada é uma das questões básicas que eu solicito a essa diretoria é  
486 intensificar , é , uma mudança de papel ele não é mais um mediador mas ele terá que  
487 exercer com muito mais força o controle social inclusive o controle social do próprio estado  
488 no assumir o seus papeis e exigir do próprio estado que esse controle social se intensifique  
489 por nomeação de pessoas ou comissão ou grupo de trabalho que baseando nos estudos  
490 que já estão feitos fará o controle social com demarcação de prazo para que isso resolva  
491 porque na realidade a medida que nós entramos para mediar que o conselho entrou , ele  
492 assumiu sim o papel que não tava na sua lógica que é a lógica de exigir que se cumpra o  
493 papel. Por isso que nos somos um conselho deliberativo então eu parabenizo pelos  
494 estudos, mas solicito que faça uma intensificação do controle social para que a população  
495 vulnerabilizada não fique em prejuízo, muito obrigada (**aplusos**) **Geraldo:** mais algum

496 conselheiro? Sim? conselheiro, o Volney , por favor o microfone para ele **Volney:** bom dia  
497 a todos eu gostaria de saber se tem algum representante do Conselho Municipal de  
498 Assistência Social e do poder público de Santa Cruz do Escalvado aqui, você representa a  
499 prefeitura ou esta representando os atingidos Marcelo? Leonardo? Você está  
500 representando os atingidos ou o poder público de Santa Cruz do Escalvado? **Leonardo:**  
501 Bom dia a todos presidente, conselheiros , eu sou assessor jurídico de meio ambiente da  
502 prefeitura então não há como , dependendo do assunto eu posso representar ,  
503 dependendo da questão o prefeito municipal ou outra autoridade municipal e represento  
504 também os atingidos. **Volney:** tem também o representante de Rio Doce não é? O  
505 secretário não é isso? Era só mesmo para eu ter esse conhecimento, o representante de  
506 Santa Cruz do Escalvado tem uma outra pessoa atrás ai, do conselho municipal?  
507 **Convidado:** eu sou representante do SMAS de Santa Cruz. **Volney:** era para que eu  
508 pudesse me situar e os demais conselheiros também porque não a matemática que  
509 envolve né? Tamanha importância né os dois municípios né e é só mesmo para que eu  
510 pudesse me situar. **Geraldo:** ok eu quero, conselheira Fátima, por favor. **Fátima:** só um  
511 esclarecimento, com relação a votação que teve ,a nossa nobre amiga ali, conselheira ela  
512 solicitou que se fosse feito continuasse a mediação nesse caso houve a votação como  
513 seria agora então diante de tudo **Dolores:** não, não **Fátima:** eu sei , mas para acompanhar  
514 detalhadamente **Geraldo;** conselheira Fátima, a conselheira Dolores ela justificou a  
515 abstenção dela no voto até porque não acompanhou o processo e foi empossada hoje,  
516 mas também na sua fala eu pude entender que ela cobra uma ação mais veemente como  
517 sempre aconteceu neste colegiado estadual principalmente no momento em que a gente se  
518 retira do processo como mediador mas não , não vai deixar de existir até por força de  
519 fundamentação legal nosso dever de acompanhar e fazer o controle social , agora com  
520 mais veemência em função até de prazo que ela chegou a detalhar, não é? .É eu, é na  
521 falta de outra inscrição de conselheiros eu penso que a gente pode submeter a, a  
522 apreciação de nosso secretário, e aí, em função das tratativas feitas, Dr. Juliano Fisicaro, o  
523 senhor fique inteiramente a vontade, se quiser saber outras questões se quiser indagar o  
524 colegiado está a disposição antes até da sua manifestação a gente entende que é um  
525 processo que não está tão detalhado no que diz respeito ao colegiado prá vossa excelência  
526 mas pode ficar inteiramente a vontade pra indagar ,perguntar aquilo que a gente poder  
527 responder antes até da sua manifestação por favor. **Juliano:** bem, é da última vez que  
528 estive aqui, me lembro né do que foi dito aqui o caso de Candonga já se arrasta há dez  
529 anos e o retorno que tivemos uma das, nós tiveram colocado a disposição do secretário  
530 três grandes problemas aqui na SEDESE, dois graças a Deus nós conseguimos resolver e  
531 a questão de Candonga quando foi suscitado a intervenção do estado, o secretário  
532 prontamente obviamente submetendo ao conselho, ele deu a diretriz que estaríamos  
533 realmente aptos e a intermediar o conflito ou as pendências digamos assim sobre o  
534 processo de Candonga tanto é que dentro da nossa proposta não seria estender o prazo  
535 da resolução até trinta , mais de trinta e um do dez, o prazo de trinta e um do dez da nossa  
536 digamos proposta será mantido a resolução , ela seria unicamente alterada neste artigo  
537 primeiro passando a intervenção que seria, que foi do conselho e como já bem dito chegou  
538 ao seus limites, fez o máximo que pode, fez um belíssimo trabalho inclusive também ,  
539 parabenizo a comissão que esteve agora fazendo o relatório que se tornou outro cenário  
540 para que também pudéssemos propor esta intervenção então temos um outro cenário que  
541 a partir da visita dessa comissão proporcionou que o estado pudesse obviamente com a  
542 aprovação dos senhores aceitar esta intermediação como bem dito aqui o conselho é um  
543 órgão praticamente deliberativo como a senhora bem mencionou, a gestão , a  
544 intermediação a articulação é uma expertise nossa que nós fazemos isso diariamente por  
545 meio de projetos inúmeros que nós tratamos com as outras secretarias e neste caso de  
546 Candonga não envolve somente a Assistência social eu tenho que tratar com reforma  
547 fundiária eu tenho que ir na secretaria de reforma fundiária eu posso tratar com qualificação  
548 profissional que era da SEDESE hoje existe uma secretaria de qualificação profissional eu  
549 posso tratar com meio ambiente eu posso conversar com o ente federado seja o ente  
550 federal, municipal qualquer entidade isso é um papel que o conselho, ele é limitado pelas

551 próprias competências e o estado tem esse poder de articulação e dever na verdade, claro  
552 que a intenção dessa resolução passando para o conselho e o conselho fez de tudo , que  
553 eu sei eu sei eu tive informações isso aqui já foi relatado pelo presidente pela própria  
554 Albanita e a Nívia me colocou a par, o secretário.... , esse, esse, quando foi colocado nós  
555 temos que puxar isso pro estado também se isso for, se for determinado pelo conselho que  
556 certamente vai ser ,será, o estado tem esse papel e não queremos delongar também não  
557 que eu acho que até trinta e um do dez, do que já foi conversado do que já foi tratado, eu  
558 acho que nós não podemos estender isso mais, trinta e um do dez quando me foi  
559 perguntado, ah! mas, é um prazo muito curto, depois de um processo de dez anos? Vocês  
560 vão fazer em quatro meses? Mas não é um processo que está se iniciando é claro que no  
561 decorrer desse processo isso se vicia né você tem conflitos que eles vão se tornando  
562 acaba sendo até pelo lado pessoal de tanta discussão que você tem isso acaba que a  
563 pessoa não está com vontade de olhar prá cara do outro e tudo até os próprios  
564 interlocutores não é? E a gente identificou, por exemplo, só prá não pra não entrar no  
565 assunto do problema não é? Quer dizer alternância de interlocutores né e a nossa proposta  
566 né é identificar um único interlocutor seja do empreendimento seja do município seja dos  
567 atingidos e não seria plausível nem com bom senso se nós não pudéssemos estender  
568 essa, essa intervenção do estado até trinta e um do dez, porque é uma chance que nós  
569 estamos dando mais uma chance e que nós do poder público estamos solicitando a vocês  
570 pra que a gente consiga porque esse jogo não é de soma zero , jogo quando é soma zero  
571 um ganha e o outro perde esse jogo , esse caso todos perdem perde o empreendimento,  
572 perde os atingidos e perde o governo , governo que eu falo município , estado e quiçá o  
573 governo federal, então se a gente encerra esse processo aqui no caso da resolução sem  
574 dar a perspectiva que nós possamos intervir já de certa forma estamos já planejando como  
575 vamos fazer e a gente quer também propor aqui presidente , não só isso ficar aqui na  
576 retórica eu proponho já que nós se isso for decidido pelo conselho faremos um plano que  
577 se possível na próxima plenária vamos apresentar aos senhores um plano de intervenção  
578 de quatro meses tentando resolver o conflito que é dentro do que a conselheira acabou de  
579 mencionar se não eu fico aqui na retórica e Juliano o que nos vamos fazer efetivamente?  
580 Eu proponho que na próxima plenária nós possamos apresentar o plano de intervenção do  
581 estado se os senhores aprovarem a intervenção, eu digo intervenção, essa palavra é muito  
582 pesada, intermediação não é isso? Podendo restabelecer o PAS nesse período de trinta e  
583 um do dez e a gente poder na verdade intermediar isso que o conselho com todo respeito  
584 fez de forma exemplar, mas tem as suas limitações de competência e da sua própria  
585 concepção de conselho que é o poder como bem disse quero frisar aqui que é o poder sim  
586 de monitorar de cobrar mas não o poder talvez de passar das políticas públicas além da  
587 Assistência de articulação que é uma expertise mais nossa, então aqui eu gostaria  
588 realmente e além de tudo finalizando aqui a minha fala nós já pensando no , no curto  
589 prazo que temos se os senhores aprovarem essa intermediação pelo governo nós já temos  
590 propostas concretas não trouxe aqui como eu disse eu quero bem mais é ,é ,respaldados  
591 com prazos e ações de políticas que nós podemos fazer na própria SEDESE para melhorar  
592 e para beneficiar os atingidos sem retórica tá? Eu não quero falar isso aqui agora a gente  
593 quer só mais um prazo pra gente poder fazer um plano que quatro meses num processo de  
594 dez anos não é tarefa trivial não, é um desafio os senhores devem concordar é um desafio  
595 tanto que me questionaram mais uma vez falaram oh! Trinta e um do dez? Se não for até  
596 trinta e um do dez não tem mais o que fazer, aí nós vamos verificar outra instancia. Os  
597 empreendedores eles vão ter que realmente apresentar uma proposta fidedigna eu sei sem  
598 falar em falhas houve problemas tanto do empreendedor quanto de representação isso aí é  
599 fato se não, não se delongava em dez anos. Se delongou, porque houve problema então  
600 nós vamos sentar com os empreendedores com as famílias e com a prefeitura  
601 representada aqui não é? Pelo Dr. Leonardo não é isso? Que é o representante da  
602 prefeitura né, mas aí Dr. Leonardo, sem querer aqui já, como é que fala é, é sem querer  
603 por fogo aqui na discussão isso já é para nós uma aberração, ele não pode ser  
604 representante com todo respeito do município e dos atingidos, isso aí eu tou falando que já  
605 tou até adiantando uma coisa que nós vamos pedir a prefeitura né com todo respeito ao

606 senhor com a melhor das intenções que o senhor tenha ou o senhor representa os  
607 atingidos ou representa o município, pra nós não tem condição não é? Aí seria uma, já  
608 adiantado vamos conversar com o senhor prefeito que nós vamos cobrar e vamos pedir  
609 uma representação e os atingidos que as famílias atingidas possam aí e também decidir na  
610 sua representação então isso é ponto né então peço aí aos senhores que dêem esse voto  
611 de credibilidade a nossa intervenção da SEDESE estamos dispostos o secretário chamou  
612 pro gabinete, será ele e eu que vamos negociar ou não, ele, eu, eu é que vou negociar não  
613 vão ser nem os subsecretários, é o secretário e o secretário adjunto. A responsabilidade é  
614 nossa, se vamos conseguir não sei vamos fazer o máximo possível tanto que esse assunto  
615 é de gabinete se os senhores votarem da SEDESE nós é que vamos tratar isso então eu  
616 queria pedir presidente esse voto como o governo deu também pela sua representação no  
617 conselho, vota o conselho a época em janeiro de 2012 para que o conselho fizesse essa  
618 intervenção como bem disse muito bem feita até o momento que ele pôde alcançar a  
619 gente pede esse voto de confiança aos senhores conselheiros e nos cobrem claro falar que  
620 eu vou ter, nós teremos sucesso é o que todos nós aqui esperamos com eu disse não é  
621 um jogo de soma zero é um jogo que todos perdem, então eu peço as famílias a  
622 representação das famílias, a representação do município e aos conselheiros esse voto de  
623 confiança sem, sem mexer no prazo da resolução somente solicitando ao governo  
624 legitimamente pelo conselho essa intervenção e o restabelecimento do plano de  
625 assistência até a data de trinta e um do dez essas são as minhas colocações e aí  
626 presidente fica aberta aí para qual quer dúvida questionamento que os senhores quiserem  
627 fazer. **Geraldo:** uma pequena pausa só um minuto,(silêncio) senhores , por favor ,nós  
628 vamos retornar, sem , existe senhores conselheiros senhoras conselheiras senhores por  
629 favor, nós , eu estou aqui, é compartilhando com os meus colegas de diretoria porque nós  
630 tamos na plenária que é até por dever de ofício ela tem que ser pública mas existem  
631 situações que quando você quer fazer tratativas prioritariamente exclusiva do conselho ela  
632 pode e deve ser feita eu penso que o secretário de estado na sua fala trouxe para nós  
633 novidades, é, houve uma citação por parte do secretário do Dr. Leonardo que por dever  
634 de ofício me cabe dar a ele o direito de fala como até o direito de resposta, quero também  
635 entender a colocação feita pelo secretário, mas também quero lembrar que o Dr. Leonardo  
636 ta na condição de profissional Liberal então essa, isso aí, é em todas as instancias em todo  
637 lugar isso passa na cabeça da gente hora com muito barulho, mas de qual quer maneira  
638 cabe a ele o direito de resposta mas compartilhei com meus colegas da diretoria e penso  
639 que é importante para nós nesse momento que a gente tenha um comprometimento  
640 assumido pelo estado com prazo que a gente tem uma resolução já estabelecida e com as  
641 novidades trazidas que esse colegiado possa sozinho fazer uma discussão prévia antes da  
642 votação e assim sendo, assim sendo, eu quero aqui me permitir o que é melhor, ou este  
643 colegiado permanece aqui ou pediria licença a toda as outras pessoas para se retirar um  
644 minuto ou nós nos retiramos daqui enquanto conselheiros e os nossos convidados  
645 continuam aqui presente e a gente retorna sai daqui pra fazer uma discussão só entre o  
646 colegiado vocês saem? Não tem problema, então o colegiado por favor eu gostaria que o  
647 colegiado nós nos retirarmos daqui e eu peço desculpas mas é um, uma por força de  
648 necessidade a gente precisa de fazer essa discussão até e logo em seguida a gente  
649 retorna pra cá , só que antes da gente sair , eu vou dar ao Dr. Marcelo para fazer  
650 intervenção se assim, desculpa , Dr. Leonardo se assim preferir, você foi citado né, ok ele  
651 se abstém de falar, agradeço a compreensão, então nós vamos nos retirar pra sala oito por  
652 favor os conselheiros e os demais pode ficar aqui por favor **2ª parte** ..secretaria executiva  
653 fizesse um arrastão lá fora com os conselheiros que ainda estão ausentes para que a  
654 gente pudesse ter completa a presença.(silêncio). Pessoal após a colocação do secretário  
655 de estado, quando é da resposta a, a formulação feita pelo conselho estadual anexando o  
656 relatório técnico já aqui altamente elogiado aí os elogios são realmente pra equipe técnica  
657 e para nosso conselheiro Volney que acompanhou sem interferir na parte técnica , mas  
658 acompanhou todo o processo. É foi anexada a esta carta encaminhada ao secretário de  
659 estado e como o secretário aqui nos coloca esta situação de está fazendo intervenção com  
660 muita compreensão que é a mesma compreensão que nós temos que é o papel do estado

661 de direito é, nós precisamos agora assumir que foi colocado pelo secretário um prazo até o  
662 próprio prazo da resolução em vigor é em entendimento do colegiado lá numa discussão  
663 prévia né votação acontecer é que esse prazo pode ser estendido até dezembro na  
664 tentativa de a gente conseguir na plenitude ressarcir estes direitos ressarcir esses  
665 problemas que estão em andamento é assim sendo eu penso que a plenária está  
666 devidamente esclarecida sobre todo esse processo e inclusive sobre o retorno que o  
667 secretário traz com comprometimento de executar as políticas públicas necessárias para a  
668 resolução dos problemas, eu penso que a gente pode aqui dividir em duas etapas, a  
669 primeira delas é: nós temos uma resolução em andamento cujo prazo vai até outubro e  
670 essa resolução tem o efeito suspensivo da cassação do PAS da resolução anterior então a  
671 expectativa desse colegiado é de esta resolução perder todo o seu efeito  
672 momentaneamente, então no primeiro passo , e no segundo é a gente votar por uma  
673 edição de uma nova resolução onde aí secretário a gente vai colocar nessa resolução a  
674 intervenção do estado no sentido de articulação com outras pastas e inclusive com ente  
675 federado municipal, não é? Com o prazo entendido como sendo dezembro para que possa  
676 então sanear essas questões e essa resolução então dará continuidade do efeito  
677 suspensivo da cassação do PAS anterior pra que a gente possa então ter o prazo agora  
678 com a intervenção do estado com é quem de direito possa realmente intervir fazendo  
679 acontecer que não é o papel do conselho enquanto articulador político ok? Quem quer  
680 fazer? Pois não, Conselheira **Beth**: É nessa nova resolução tem que ficar também claro o  
681 papel é protagônico do conselho na fiscalização na, no monitoramento viu secretário de  
682 todas as ações do estado junto à situação né? E que a gente gostaria também de ter o  
683 plano né de trabalho pra que a gente possa fazer o monitoramento pelo menos, tenho  
684 impressão que foi isso que a gente acordou que isso vai fazer parte da resolução ta?  
685 **Geraldo**: pois não **Fátima**: eu tô querendo abrir uma, uma brecha viu Geraldo, sabe por  
686 quê? O que a gente vê é assim que o empreendedor o empreendedorismo os as os  
687 familiares né, atingidos e os é são três categorias é prefeitura, atingidos, familiares e  
688 empreendedores né? Seria também que eles não poderiam estar assim em com uma  
689 formação de equipe nessa resolução aí também para negociar? Tem uma forma uma  
690 equipe já formada pra eles estar negociando aí junto com o estado porque eu vejo assim  
691 depois dessa resolução de acordo com o tempo... os representantes legais vai articular  
692 mais com o estado Geraldo, já soma nomes cada representante somando nome nessa  
693 resolução porque aí a equipe já ta formada tem vez, tem voz e como é que fala? É, voz e  
694 voto, poderia somar isso também, por gentileza. Ok Fátima?! O que a gente entende  
695 Fátima é que toda a praticidade ao longo dessa, dessa mediação, ela guarda os registros  
696 vários que aconteceram e todos esses registros aqueles que foram encaminhados a  
697 secretaria de estado e aqueles que não fora estão a disposição do estado, com toda  
698 certeza o estado com o olhar muito mais próprio e peculiar vai tá fazendo olhando estas  
699 questões inclusive para não ferir direitos de quem quer que seja, aí dos representantes,  
700 dos atingidos bem como os representantes dos empreendedores penso que isso aí por si  
701 só já está vencido mas foi muito bem feita a colocação, Conselheira **Nívia**: eu queria só  
702 fazer um esclarecimento com relação a esta sugestão que a conselheira Fátima faz, de que  
703 nós já fizemos um esboço desse plano de intermediação e nele já consta esta ,já  
704 contempla essa sugestão que você diz nós vamos estar o estado a todo momento  
705 conversando com os empreendedores e com a população atingida assim como com o  
706 controle social local com a gestão da assistência social local para que eles também façam  
707 esse acompanhamento junto conosco lá junto a população, então isso já faz parte do  
708 planejamento que já está esboçado e que a gente a partir né dessa se for deliberado  
709 assim nessa plenária nós vamos é passar a fazer o detalhamento maior das ações para ser  
710 apresentado para o conselho, mas já tá no de posse do Dr. Juliano. **Geraldo**:- **Amim**: --?-  
711 --\_de colocar nessa resolução o prazo de entrega do plano que seria na próxima Plenária.  
712 **Geraldo**: ok, bem lembrado, é nós vamos fazer uma votação agora neste primeiro  
713 momento da revogação dos efeitos da resolução atual, ta claro? Alguma dúvida pros  
714 conselheiros? Quem for favorável, por favor, de revogar os efeitos da resolução que está  
715 vigente, por favor, levante o crachá (**votação**) Pois não? Tá contado, pois não pode

716 abaixar. Alguma abstenção? Algum voto contrário? Ok. Por unanimidade a resolução  
717 vigente perde os seus efeitos. A sugestão de encaminhamento na sequência é, nós agora  
718 editarmos uma resolução com primeiro com a contemplação sugerida pelo conselheiro  
719 Amim, não é? cujos prazos e plano foi citado pelo próprio secretário que levou para si esta  
720 responsabilidade, segunda questão que a gente dá o prazo do efeito de suspensão da  
721 cassação do PAS até dezembro de dois mil e doze e terceiro, penso que deve tá,  
722 considerando também a sugestão formulada pela conselheira Maria Dolores, quando diz  
723 de ter uma veemência, um comprometimento ainda maior quando se diz respeito ao  
724 acompanhamento e monitoramento do controle social, Tá claro? Eu pergunto aos  
725 conselheiros se estão devidamente esclarecidos ok? Eu pediria secretário que o nosso  
726 conselho, é não, tem no seu corpo, na secretaria executiva um advogado única e  
727 exclusivamente para o colegiado assim sendo nós gostaríamos de elaborar as nossas  
728 mãos de conselheiros, né, de técnicos mas que não de advogados porque embora a  
729 gente tenha pessoas com formação em direito inclusive com registro na OAB no conselho,  
730 não é o papel dele exercer o papel de advogado e sim de conselheiro assim sendo a  
731 gente trás o máximo possível, mas gostaríamos que fosse submetido ao jurídico da  
732 secretaria de estado para a gente não pudesse incorrer em nenhum riscos outros  
733 desnecessariamente, plenária devidamente esclarecida? Alguma dúvida? ok, então vamos  
734 a votação, editemos uma nova resolução nova resolução dando continuidade ao efeito  
735 suspensivo da cassação da, da, do PAS com prazo até dezembro e com os considerando  
736 já mencionados por mim, sugestões feitas pelo conselheiro Amim, conselheira Maria das  
737 Dolores, Maria Dolores e outro que obviamente tecnicamente a gente vai tá colocando, tá  
738 certo? Quem for favorável levante o crachá (**votação**) pois não, pode abaixar, algum voto  
739 contrário? Alguma abstenção? ok, então por unanimidade esse colegiado decide por editar  
740 uma resolução secretário, com toda certeza dando todo voto de confiança a essa secretaria  
741 de estado não só no sentido de retribuir ao estado quando entendeu o papel de mediador  
742 que o conselho se predispôs a fazer com a melhor das intenções, ainda que não tenhamos  
743 obtido sucesso que seria as nossas perspectivas positivas de sanear os problemas é mas  
744 ainda assim houve mediação, é, obviamente também aqui quero ressaltar que com a  
745 qualificação melhor do colegiado com curso feito de extensão é de mediação de conflito  
746 com a fundação nacional bancada por esta secretaria de estado isto trouxe uma riqueza  
747 grande de conteúdo de enriquecimento de nosso cabedal de conhecimento para que  
748 pudéssemos atuar com competência eu diria que melhor né o que não quer dizer que  
749 possa ter havido falhas é e aí ressaltar que a gente com toda certeza conforme foi dito  
750 aqui que a gente conta espera e estaremos monitorando compartilhando e fiscalizando  
751 como é o nosso papel, esse plano de Ação e execução dentro de um prazo hábil, porque  
752 cabe a esse conselho estabelecer garantir os direitos que foram violados e a gente sabe  
753 quais são então nossa intervenção por força até legal é de garantir esses direitos aos  
754 atingidos e mais do que isso secretário, eu já fiz questão de colocar pra todo colegiado, ele  
755 já conhece o estado de Minas Gerais hoje através da presidência desse conselho tem uma  
756 responsabilidade dupla eu diria muito maior quando assumiu também o Fórum Nacional  
757 dos Conselhos Estaduais de Assistência Social onde participa todos os presidentes, Vice-  
758 Presidentes e secretários Executivos de cada conselhos de estado de todo o Brasil e assim  
759 sendo tudo isso que agente tá discutindo aqui a cada riqueza de conteúdo de discussão de  
760 implementação, a cada riqueza que a gente vem aprendendo com os atingidos aprendendo  
761 com os empreendedores essas dificuldades essas divergências com toda certeza a gente  
762 leva para a esfera nacional na tentativa de socializar e compartilhar para que os outros  
763 estados vençam melhor com menor dificuldade os problemas que aqui nós estamos  
764 vivenciando eu posso lhes assegurar que nós somos pioneiros com uma lei que diz  
765 respeito a proteção social dos atingidos ok/ então, é, é a gente passa eu penso que se  
766 alguém quiser fazer um comentário pois esteja a vontade é a decisão já está tomada pelo  
767 colegiado eu penso que agora em sinal de respeito eu posso aqui me permitir é, junto ao  
768 colegiado abrir para alguma fala de algum representante de atingidos inclusive  
769 representantes do empreendedor se quiserem manifestar por favor fiquem a  
770 vontade. quem? pois não. José Antônio. Antônio, é, para quem não sabe ainda, ele é

771 presidente de uma entidade é Associação dos Atingidos, por favor, ta com a palavra. **José**  
772 **Antônio:** Bom dia a todos é eu quero nesse momento em primeiro lugar fazer o  
773 agradecimento ao senhor presidente do CEAS, Geraldo juntamente com todos os  
774 conselheiros porque quero dizer pra vocês que nesse país ou no mundo que vivemos nós  
775 sabemos verdadeiramente que honestidade, sinceridade e humanidade não é pra  
776 qualquer um em quase todos os setores ou seja publico ou seja militar seja em que for em  
777 qual setor hoje que se envolve pessoas nós sabemos que uma parte se envolve em  
778 corrupção e verdadeiramente o CEAS deu um exemplo de cidadania o CEAS deu um  
779 exemplo de humanidade de pessoas honestas, pessoas que verdadeiramente deixou nós  
780 admirado então eu gostaria muito de agradecer a todos os conselheiros do CEAS que ali  
781 estiveram na pessoa do senhor presidente , enfim todos os técnicos todos os que nos  
782 ajudaram ali grandemente e quero dizer diante do colegiado do CEAS junto com todos aqui  
783 presentes que por isso por essa situação ter passado agora pela, pra secretaria de  
784 desenvolvimento do estado de Minas Gerais eu de acordo com a honestidade sinceridade  
785 que o CEAS tem nos atendido e demonstrou e confirmou pra todos nós eu quero levar  
786 daqui uma boa representação para os atingidos de Candonga na pessoa do senhor do  
787 senhor secretário de estado da né e quero dizer prá eles que pos a gente tem que confiar  
788 que aquela honestidade aquela sinceridade que o CEAS trouxe pra todos nós aquela  
789 confiança de resolver o problema das melhores forma é nós podemos a gente dá esse voto  
790 de confia para o senhor secretário e confiamos que estas coisas sejam resolvidas o mais  
791 rápido possível e até mesmo senhor secretário que possa ser adotado já de início é  
792 situações que venham dar garantia de sustentabilidade prá aquela aquela comunidade  
793 porque eles estão em dificuldade, não é dez dias nem dez meses , são dez anos e até hoje  
794 a reativação econômica não foi feita porque não quiseram fazer na verdade e a gente viu  
795 que a situação, o CEAS tem conhecimento disso que a a a a empresa de Braúnas, ela  
796 tinha pior momento do que o nosso a dificuldade seria muito maior, mas o empeendedor se  
797 colocou é,é,é,é resolveu cumprir com, com seu papel com seu dever e tomou todas  
798 atitudes de resolver o problema então a gente sabe que quando as coisas querem ser  
799 resolvidas ela é resolvida e por isso o CEAS não mediu sacrifício , estamos aqui  
800 agradecendo e pedindo que nos apóie na situação de sustentabilidade porque as famílias  
801 estão em dificuldade ta bom? **(aplausos)** **Geraldo:** no que diz respeito ao Conselho  
802 Estadual de Assistência Social enquanto presidente José Antônio presidente lá da  
803 associação eu que te dizer que a recíproca é verdadeira não é? Quero te dizer que o papel  
804 desse colegiado sempre primou pela boa intenção não é? A gente buscou todos os  
805 esforços e simplesmente chegamos a uma situação agora que precisamos da intervenção  
806 do estado não é? Mas, por favor, passe a todos os seus representados é as decisões  
807 deste colegiado com absoluta transparência e lisura não é? E te digo mais deixo  
808 inteiramente a vontade cada um dos atingidos para que nos fiscalizem enquanto órgão  
809 controlador de controle social da política pública de Assistência Social do nosso estado  
810 como você citou nosso secretário, se o senhor quiser se manifestar por favor fique a  
811 vontade - deixe ele voltar a falar **José Antônio:** eu queria só gente fazer uma colocação o  
812 senhor presidente falou assim como presidente da Associação eu realmente fui presidente  
813 da associação no início mas devido a algumas situações nós não mantemos a associação  
814 em dias sabe senhor presidente a verdade é essa mas eu mantive a confiança do povo na  
815 representação legal pelo povo e eu acho que como direito constitucional que nós temos no  
816 país e liberdade da democracia eu posso quem eu tiver a confiança eu acho que está apto  
817 para me representar meus direitos. **Juliano:** É primeiramente eu gostaria aqui de  
818 agradecer a este voto de confiança que os conselheiros depositaram na daqui prá frente  
819 nessa possibilidade de intermediação do estado não é? Com muita honra que a gente  
820 recebe essa essa tarefa esse desafio como eu disse, não sei se foi votado a extensão do  
821 prazo também chegou a ser votada até dezembro mas nós vamos procurar cumprir até  
822 outubro é claro que se for até dezembro vai ser bom também mas a gente vai procurar  
823 cumprir até o prazo ,na verdade a gente ta querendo cumprir até antes claro que as  
824 dificuldades são imensas mas a gente ta tentando no máximo possível a partir da semana  
825 que vem. Com essa deliberação do conselho nós já vamos começar a trabalhar, também

826 achei muito legítima a colocação a sugestão de incluir na resolução, o plano que nós  
827 propusemos a fazer, é um plano que na verdade como a conselheira Nívia subsecretária já  
828 mencionou já estamos esboçando na confiança que os senhores pudessem nos dar esse  
829 apoio e essa credibilidade pra gente intermediar essa situação então estas são as minhas  
830 primeiras palavras e agradecer de fato essa, essa votação essa credibilidade que os  
831 senhores deram e assim que for possível na medida que for possível dentro da  
832 competência que do conselho que nos chamem para esclarecer como está a situação se o  
833 secretário não poder vir eu venho se eu não poder vir o subsecretário os conselheiros  
834 estão aqui mas eu farei o máximo possível se assim desejarem para esclarecer a situação  
835 como eu disse esse é um problema do gabinete nosso que agora estendido até dezembro  
836 nós temos aí a incumbência de tentar solucionar da melhor maneira possível, também  
837 gostaria de agradecer ao senhor Antônio, José Antônio, eu conversei com ele rapidamente  
838 aqui no intervalo e a gente sente né a a vantagem da gente trabalhar, eu sou oriundo da  
839 secretaria meio mas quando agente trabalha numa atividade finalística a gente se a gente  
840 consegue vislumbrar e trabalhar com a política mais na ponta e isso é muito interessante e  
841 isso só aumenta a nossa responsabilidade pra tentar solucionar o conflito uma vez que ele  
842 aqui em suas palavras deposita uma confiança já agradeceu ao conselho legitimamente e  
843 deposita essa confiança essa credibilidade para que agente possa intermediar da melhor  
844 maneira possível não é? Eu penso seu Zé Antônio, que falar que vamos solucionar a gente  
845 tem que ser sempre otimista e a gente vai trabalhar para isso com certeza a gente vai  
846 trabalhar para isso então agradeço e pode levar a sua comunidade a suas famílias essa  
847 palavra que em nome do secretário inclusive a preocupação dele no intervalo ele , me  
848 ligou, me ligou, para saber como é que tinha sido, eu falei não, vão, estão reunidos vão  
849 votar agora nossa , a nossa pro a proposta do conselho não é? Da gente poder  
850 intermediar né?E agora saindo daqui eu vou dar essa grata notícia a ele que nós agora  
851 temos na verdade esse, essa incumbência esse desafio, mas que nos é também dever  
852 como o cargo que nós estamos ocupamos nós não podemos omitir situações dessas,  
853 então muito obrigado aí pela ,pela essa, pela credibilidade mais uma vez em nome do  
854 secretário Cássio no próprio nome do governo que eu falo também pra gente tentar  
855 também e com o apoio do conselho tá presidente isso, é na medida do possível os  
856 conselheiros que quiserem participar de reuniões em fim, né que fiquem a vontade, e é  
857 claro que a gente quer é uma sinergia de apoio é e não a critica, ela pode ser construtiva  
858 e a gente tem até um sábio provérbio japonês que diz que no Japão, ele aceita critica  
859 desde que você aponte uma solução criticar a gente sabe que é muito fácil a gente que ta  
860 no poder público a gente ta acostumado com isso mas a gente quer também que apontem  
861 soluções também no momento da apresentação, então os senhores fiquem a vontade pra  
862 participar, de saber como estão as negociações se eu não poder falar a Roberta Albanita e  
863 a Nívia estão encarregadas de dar as melhores informações e a gente quer fazer na maior  
864 transparência possível ta abrindo aqui mais uma vez a qualquer conselheiro que queira  
865 participar das nossas negociações para a resolução do problema né o que a gente quer  
866 como eu disse finalizando é que todos nós trabalhemos da melhor maneira possível  
867 conselho, governo , prefeitura, famílias e o empreendimento também, cada um com sua  
868 com seu dever e com a sua responsabilidade, então muito obrigado aí por esse espaço  
869 presidente e a casa também está sempre aberta aqui eu sei que vocês preferem lá né , um  
870 lugar mais central mas o estado aqui a SEDESE coloca a disposição se quiser fazer uma  
871 reunião com a presença é claro nossa é mais fácil aqui os senhores podem ficar a vontade  
872 pra se quiser, muito obrigado então é é pela credibilidade e por essa participação. **Geraldo:**  
873 ok secretário nós agradecemos ( **palmas**) em nome do conselho penso que a sua fala com  
874 muita convicção demonstra muita transparência a importância da da do comprometimento  
875 na execução dos problemas a gente agradece pó isso e esse colegiado com toda certeza,  
876 é estará acompanhando isso pra fazer acontecer estará somando estará compartilhando  
877 porque como eu disse nos somos pioneiros em várias ações é como estado de Minas  
878 Gerais pro país e nós precisamos levar bons exemplos daqui. Eu pergunto aos  
879 representantes dos empreendedores se querem se manifestar, por favor fiquem a vontade,  
880 ok e eu vou encerrar esse ponto de pauta dizendo , só ratificando aquilo que eu sempre



881 pensei é o seguinte , já disse isso em outras oportunidades é o capital é frio não tem  
882 memória e nem coração mas as pessoas que representam o capital sim então a gente  
883 aposta acredita e quer ver acontecer o equilíbrio humano nessas pessoas que fazem a  
884 representação principalmente quando a gente espera que exista o equilíbrio humano e aí  
885 não deixar a razão as vezes sobrepor o coração. Então fica aí o nosso recado para que a  
886 gente possa solucionar esses problemas da melhor forma possível a gente da sequência  
887 então a nossa pauta nós temos agora na própria letra 'D' a letra 'B' que é o critério de  
888 partilha, quem é que vai apresentar?o secretário ta com a agenda acumulada, agradeço  
889 sua presença aqui secretário e por favor fique a vontade a gente entende a sua agenda  
890 com é que é **Juliano**: eu vou pedir licença agora eu tenho um compromisso a uma e meia  
891 eu vou almoçar e vou voltar pra cá , obrigado viu? ....(**muita conversas**).....**Geraldo**: é?  
892 Conselheiros e conselheiras vamos retornar, então vamos lá tem alguém batendo coxa ( +  
893 **conversa**)....conselheiros e conselheiras vamos dar continuidade , na hora do almoço a  
894 gente bate mais papo ...Critério de partilha com recursos do tesouro Estadual do Fundo  
895 Estadual de Assistência Social com a conselheira **Gilvânia**: bom, nós trouxemos pra  
896 deliberação nesse conselho hoje ,boa tarde primeiro , bom dia pra todos é nos trouxemos  
897 hoje pra deliberação desse conselho o critério de partilha referente a recursos incluído no  
898 orçamento de dois mil e doze no FEAS, o valor dessa emenda é de hum milhão de reais  
899 ela foi colocada na ação quarenta e dois trinta e quatro que é ação de co-financiamento de  
900 Serviços Benefícios para municípios na execução de Proteção Social Básica na rubrica de  
901 investimento, é uma emenda, ontem houve um questionamento com relação a isso da  
902 comissão de orçamento,é uma emenda de livre execução não tem direcionamento quanto  
903 ao uso do recurso apenas assegurado quer seja na proteção básica e que seja na rubrica  
904 de investimento é outra informação que eu trago antes da apresentação é que essa  
905 emenda já foi pactuada já está pactuada na CIB né faltando a deliberação desse conselho  
906 para nossa execução pode passar por favor; conforme pactuação, nós dividimos o valor de  
907 hum milhão em uma parte no valor de cinqüenta mil reais para compra de televisores a  
908 serem destinados para os municípios que receberam a antena parabólica do canal Minas  
909 Saúde para acesso ao ao curso de prevenção em pauta que faz parte do programa Aliança  
910 pela Vida e eles responderam que ainda não possuem televisores Então eles estão com as  
911 antenas é nos municípios sem condições de instalação e de acesso ao curso a distancia  
912 que a SEDESE está ofertando em parceria com a secretaria de estado de Saúde, pode  
913 passar o segundo valor que seria de novecentos e cinqüenta mil nós pactuamos a partir de  
914 um ranquiamento desses critérios aí colocados o primeiro critério seria, Municípios  
915 habilitados em Gestão Básica ou Plena, o segundo critério, Municípios que ainda não  
916 receberam recursos de investimento do estado em anos anteriores, terceiro critério,seriam  
917 aqueles Municípios que foram contemplados com a expansão do MDS para equipe volante  
918 2011 ou 2012; quarto critério, Municípios com execução orçamentária acima de 70% dos  
919 recursos do IGD a base de dados seria dezembro de 2011 e o quinto critério Municípios  
920 com equipe de referência completa, conforme ID CRAS 2010-2011; é a pactuação desses  
921 critérios se deu na linha de raciocínio de que?os municípios de Minas foram contemplados  
922 com a equipe volante mas muitos não possuem veículo para deslocamento dessa equipe,  
923 então eles continuam sem possibilidade de oferta desses serviços nas áreas rurais ou de  
924 difícil acesso dos municípios e aí então a gente pactuou no sentido de complementar,  
925 complementar essa equipe né com a doação do veículo pra possibilitar a oferta do serviço  
926 aos usuários, a questão do nível de execução orçamentária de 70% do recurso do IGD foi  
927 bastante discutido e a gente entendeu que era uma forma de estar é dando um incentivo  
928 também aqueles municípios que tiveram uma execução melhor com relação ao grupo como  
929 todo e a equipe de referência completa é porque é uma, a gente entende que a equipe é  
930 um ensumo principal da política de assistência não adianta a gente ofertar corro pra quem  
931 não tem equipe porque o serviço não vai se concretizar,pode passar seria esses então os  
932 critérios que eu coloco para a deliberação desse conselho-- **Geraldo**: está aberto aos  
933 conselheiros **Gilvânia** : ah! sim a conselheira está pedindo pra deixar a tela por favor  
934 **Geraldo**: pra considerações, conselheiro José Fernando;( **tempo**) **Marcelo** : é José  
935 Fernando, Cristiane e Marcelo **Cristiane**: é só uma questão de metodologia porque esses

936 critérios foram discutidos ontem na comissão de orçamento e a comissão de orçamento já  
937 tem um parecer, então se eu to só pedindo esclarecimento à mesa se primeiro nós vamos  
938 abrir para debate e depois a comissão coloca o seu parecer ou o contrário, só  
939 esclarecimento por favor(**tempo**)**Cristiane:** é então, Boa bom dia ainda é quase boa tarde  
940 já a todas e todos conselheiros é, ontem na comissão de orçamento nós fizemos a  
941 discussão ,a Gilvânia apresentou as questões já trazidas agora e nós tivemos a  
942 preocupação de primeiro exatamente verificar essa questão da razão da emenda né se os  
943 critérios colocados e principalmente o foco na questão de compra de TV e carro não feriria  
944 a razão pela qual a emenda foi proposta isto já foi verificado e realmente ta ok a emenda  
945 ela só tem mesmo o direcionamento em relação ao investimento dentro da Proteção Social  
946 Básica que o tá devidamente contemplados pelos critérios, nós sabendo né desse desafio  
947 de com poucos recursos né atender uma demanda é enorme né do estado é a comissão é  
948 apontou pela aprovação dos critérios.**José Fernando:**é só a titulo de esclarecimento, seria  
949 no caso entre esses municípios pactuado cinqüenta mil pra cada um deles ou presta  
950 atenção, aí a segunda dúvida os novecentos e cinqüenta mil qual seria o valor da  
951 pactuação que cada município receberia?de acordo com o quantitativo? já tem um ranque  
952 já tem uma **Nívia:**é na verdade Zé nós não vamos repassar o recurso nós vamos repassar  
953 o veículo porque nós consultamos a nossa área finalística de compras e se nós  
954 executarmos é, nós ganhamos no preço ,cai muito o preço porque a gente faz no sistema  
955 de pregão eletrônico então o valor do carro cai a gente aumenta o numero de carros isso  
956 tudo foi discutido e pactuado na CIB então os municípios que vão ser agora nós vamos  
957 passar pro ranqueamento porque nós temos os critérios aprovados agente não podia fazer  
958 o ranqueamento antes nós fizemos um prévio porque se houvesse uma alteração por patê  
959 do CEAS a gente teria que refazer é um trabalhão e aí a gente trás depois pra  
960 conhecimento do conselho da CIB e quais foram os municípios, os da televisão eu acho  
961 que a Gilvânia deve ter explicado nós já havíamos feito um levantamento um diagnóstico  
962 encaminhamos ofício pra todos os prefeitos que não tem TV nos seus equipamentos  
963 solicitando que eles comprassem para que as equipes pudessem acessar o os nossos  
964 cursos que agora são é via web via sistema Muggle né que é através dos canais fechados  
965 de TV mas mesmo assim nós fizemos um outro levantamento e nós temos ainda em torno  
966 de noventa municípios que não tem a TV então nossa intenção é já que o município nem  
967 com recurso do IGD com recurso outros recursos que ele pode comprar essa ferramenta  
968 ele não se dispôs e nós não vamos deixar de possibilitar né que os técnicos acessem  
969 esses cursos que agora a cada vez mais ampliando. **Geraldo:** por questão de ordem  
970 Anália não esta não? **Anália,**mudou de lugar(**riso**) eu sou uni presente,é, só uma questão  
971 de esclarecimento com relação ao que nós trabalhamos lá na CIB sobre é uma realidade  
972 né toda vez que a gente estabelece critérios de inclusão logicamente nós estamos  
973 excluindo também né então nós preocupamos sempre com isso e o ponto que a gente  
974 ficou mais preocupado foi com relação a execução orçamentária acima de setenta por  
975 cento mas checamos que o estado tem como fazer esta verificação né ele recebe  
976 mensalmente do MDS acompanha através do rank então ele tem como verificar realmente  
977 a execução orçamentária nos municípios que esse era o critério que a gente estava mais  
978 preocupados e passou porque a gente viu que ele é palpável né tem condição de  
979 verificação **Marcelo:** eu estou inscrito e depois o Mauro e depois Rosilene , eu só quero  
980 fazer uma reflexão pra mesa de negociação né o GP de negociação do SUAS é para que  
981 quando a gente for trabalhar na nossa, na nossa , os critérios de partilha quando a gente  
982 for discutir sobre é os trabalhadores é a NOB/RH que é um ponto nevrálgico da nossa  
983 política de assistência né que a gente considere também passe a considerar  
984 posteriormente que dentro dos critérios de partilha também que seja assegurado recurso é  
985 é de critério de partilha para aqueles municípios que tenham seus trabalhadores é, é, é,  
986 concursados, porque a partir daí vamos começar a avançar na NOB/RH e forçar pra que  
987 os municípios então poção passar a receber ,faço então essa reflexão gostaria até de já  
988 poder é é apresentar como proposta isso mas acho que isso aí seria é, é neste momento  
989 seria impróprio mas que a gente já comece a discutir critério de partilha considerando  
990 municípios que tem entre seus trabalhadores é plano de cargo e salário e concurso público.

991 Agora é Mauro depois Rosilene, **Mauro**: eu queria ver em relação do prazo né da entrega  
992 porque nós estamos em período de, ano eleitoral e tem um calendário e depois em relação  
993 a disponibilidade de da relação dos municípios beneficiados **Nivia**: Mauro, é, o prazo de  
994 entrega dos veículos a gente tem ciência pela questão eleitoral a compra só pode se feita  
995 até o dia sete de julho caso nós consigamos caso esse conselho delibere hoje por esses  
996 critérios consiga pegar carona em algum processo de compra já em andamento no estado  
997 pra fazer essa opção mais rápido possível caso isso não ocorra até sete de julho com  
998 certeza após o período eleitoral ta , mas a gente vai batalhar pra conseguir fazer neste  
999 restante de mês. **Rosilene**: boa tarde a todos e a todas na verdade eu só queria um  
1000 esclarecimento, esses municípios eles também são contemplados só aqueles que recebem  
1001 recursos do estado para Proteção Básica ou todas, independente **Nivia**: esse curso que a  
1002 gente se refere que é do canal Minas Saúde ele já está em todos os  
1003 municípios.(**conversas ao fundo**) em verdade nós vamos repassar o veículo não o  
1004 recurso,(**conversas ao fundo**).(tempo) não, aí esta dentro daqueles critérios mas pra te  
1005 falar a verdade nem lembro exatamente tem tanto tempo que não.... o terceiro...tem prazo  
1006 par expansão do MDS, pra equipe volante, que a equipe volante foi expansão federal  
1007 depois estadual né dentro desse critério é os contemplados com a expansão federal  
1008 **Rosilene**: tudo bem obrigada **Nivia**: desse critério. **Beth**: eu passo **Volney**: é só uma  
1009 reflexão né é chegaram as antenas e não tinham as televisões né aí eu queria alertar  
1010 também né o seguinte né que vejam televisões essas televisões muito modernas de led  
1011 né muita modernidade né aí não tem o técnico para consertar quando ela estraga né as  
1012 vezes quando você manda para o pra a industria demora seis , oito meses para retornar  
1013 pra vocês eu sugiro sabe Nivia ... desse uma televisão mais robusta a onde tenha técnico  
1014 pra consertar o aparelho estes aparelhos muito modernos eles queimam com toda  
1015 facilidade aí depois vai cair na mesmos coisa chega tem a televisão chega televisão  
1016 queimou não tem técnico pra consertar então que isso fosse pensado sabe né .nessa  
1017 modalidade de TV para esses municípios por favor. **Roberta**: é eu só queria é colocar duas  
1018 questões aqui que eu acho que é importante aí eu vou pegar da do Volney. Volney é  
1019 praticamente impossível atender isso, vou te dizer por que, é esse TV/Saúde ela tem nos  
1020 oitocentos e cinquenta e três municípios, na saúde não tem esses problemas aí o que que  
1021 acontece , nos temos esses problemas na assistência porque a mesma história quando a  
1022 gente discute CAD/Único fala assim, gente o sistema no CAD/Único, validação do bolsa  
1023 família e não consegue na assistência aí você vai na saúde que trabalha com trezentos e  
1024 noventa e dois milhões de dados e aí a coisa vai então a gente precisa entender estas  
1025 questões pra gente saber que como é que a gente fortalece a política de assistência no  
1026 município porque é impossível você participar de uma carona de pregão e olhar  
1027 especificidade locais, agora todo esse programa, ele ta montado de uma forma que a  
1028 estrutura e a ajudar assessorar para que ele faça essas ligações que, igual telepresencial  
1029 tem pólos por exemplo que nós temos milhões de dificuldade pro cara acessar o canal  
1030 porque não consegue pessoa habilitada, agora isso é da estrutura do município nós não  
1031 temos como é como, comprar equipamento específico conforme a estrutura tecnológica de  
1032 cada município isso é impossível gente isso tem que ficar muito claro pra não ter doces  
1033 ilusões a gente precisa ter outras estratégias pra saber como é que assessora, como é  
1034 que a saúde resolve, então vamos assessorar a turma da assistência pra poder resolver  
1035 essas questões , porque quando você participa de pregão , pregão é padronizado e pronto  
1036 e acabou o que a gente olha é a qualidade da melhor tecnologia que nós vamos comprar  
1037 nós não podemos ficar comprando baixa tecnologia porque eu tenho uma baixa assessoria  
1038 técnica lá, pelo contrário eu tenho que reforçar a assessoria técnica pra ter acesso alta  
1039 tecnologia essa é uma questão e nessa perspectiva eu também chamo a atenção para isso  
1040 pra esse colegiado na medida que a gente é define critério de partilha pra gente também  
1041 ter um olhar e aí eu acho que, que a SUBAS foi muito feliz quando aponta esses critérios é  
1042 claro que a gente precisa trabalhar como reforçar a gestão sabe Marcelo quando a gente  
1043 fala por exemplo de é plano de cargo carreira e salário agora nós temos que tomar o  
1044 cuidado porque se a gente olhar muito a questão da estrutura e da gestão nós vamos é  
1045 inviabilizar que os usuários , os usuários tenham acesso a serviços porque de culpa essa

1046 que o usuário não tem de uma gestão que melhor ou que a outra é melhor eu acho que  
1047 agente tem que definir critérios que leve o serviço benefício a população de uma forma  
1048 com o olhar de uma forma agora tudo nós vamos definir critério de como que a gente  
1049 aporta mais ou menos na perspectiva de gestão e aí eu chamo a atenção pros município  
1050 pequeninhos porque senão fica sempre aquela dança da gafeira quem ta dentro não sai  
1051 e quem ta fora não entra ele não entra porque em vez da gente fazer o critério de inclusão  
1052 nós fazemos de exclusão , exclusão por que? Porque não tem o numero de equipe por que  
1053 que não tem o numero de equipe? Exclusão porque não tem um plano de carreira e salário  
1054 quer dizer e nessa perspectiva o usuário vai perdendo os serviços e benefício eu acho que  
1055 esse olhar que essa questão de critério de partilha nós temos que olhar muito bem pra  
1056 gente não inviabilizar que o usuário não tenha acesso a serviços de que nós temos por  
1057 obrigação de ofertar né as três esfera do do do poder público em função de uma má ou  
1058 melhor gestão eu acho que deve se olhar deve mas tem que tomar cuidado pra isso  
1059 porque senão nós vamos ter que fazer critério de partilha e que excluir em vez de incluir  
1060 **Marcos:** é só uma pequena dúvida qual é o tipo de carro que ta pensado pra fazer a  
1061 compra? **Nívia:** é carro popular, é nós estamos tentando abrir um registro de preço que  
1062 contemple com menor preço possível um carro popular quatro portas pra gente poder  
1063 contemplar um numero maior de municípios, ta? aí a marca é o modelo isso aí é só depois  
1064 que abre o procedimento né , legal abrir o registro de preço é que a gente tem a o resultado  
1065 do processo, ta a gente faz minimamente uma definição de de como que carro que a gente  
1066 quer inclusive na CIB foi sugerido combi caminhonete não sei o que, aí eu falei ó gente  
1067 isso mas aí nós temos que pensar é land-rover pensando que tem estrada de terra mas aí  
1068 fica complicado né nós temos que fazer o dinheiro multiplicar pra gente atender um numero  
1069 máximo de município,mas é basicamente um carro popular modelo mil quatro porta,  
1070 **Marcelo:** é Marcelo e depois Rosilene, é a Roberta fomentou uma discussão que eu já  
1071 tinha me calado mas aí você me permite é me permite, me permite é porque aí nós vamos  
1072 para é é é vai para o debate muito interessante da precarização do trabalho não é  
1073 companheira Roberta então o que o que a gente tem que a gente tem que também  
1074 entender que o que adianta os municípios terem recursos e não saberem gastar porque os  
1075 trabalhadores também não estão, é é estão lá precarizados com o trabalho então é  
1076 importante sim que na hora que a gente for discutir aaaa os critérios de partilha que eles  
1077 sejam também contemplados é minimamente nós estamos pensando é que nós queremos  
1078 um SUAS éé de fato é existente e de fato éé atendendo a sua demanda e a sua eéé os  
1079 nossos usuários como que nós vamos fazer isso trabalhadores precarizados por isso que  
1080 agente levanta isso mas é uma discussão que nós vamos fazer uma mesa de negociação  
1081 não é? mesa de negociação terá um papel muito importante na consolidação do sistema  
1082 **Rosilene:** um pouco na fala do Marcelo, Albanita que eu também, essa questão me  
1083 preocupa muito com o trabalhador do SUAS né a gente vê agora no período eleitoral os  
1084 municípios, né na outra gestão eu estava já e aí muda tudo toda a equipe e aí quem que  
1085 sai perdendo com isso? os usuários,os serviços de certa forma param não é aqueles  
1086 profissionais que tinham vinculo que tinham aquela referência acaba perdendo também eu  
1087 acho que é importante a gente pensar igual Marcelo falou na mesa de negociação e pra  
1088 realmente a consolidação do SUAS tem que ter a valorização do profissional a gente tem  
1089 que garantir e a garantir o direito do usuário gente vai discutir depois na mesa de  
1090 negociação, obrigada. **Geraldo:** pessoal uma vez vencida as inscições para esse quesito  
1091 que é para aprovação do critério de partilha bom lembrar que isso já passou na CIB  
1092 devidamente aprovado então é, pergunto se plenária esta devidamente satisfeita com as  
1093 informações, ok quem for a favor da aprovação por favor levantem o crachá ok pode  
1094 abaixar, algum voto contrário?alguma absteção?ok então está aprovado por unanimidade o  
1095 critério de Partilha parabém conselheira Gilvânia muito obrigado. É conselheira Cristiane  
1096 tem encaminhamento , pois não Cris por favor.**Cristiane:**é após a aprovação é porque a  
1097 comissão ontem discutiu é e aí tem alguma proposta de encaminhamento que eu gostaria  
1098 também de colocar é para a apreciação da plenária que primeiro seria após o  
1099 ranquiamento Nívia , né que agora a SEDESE vai fazer que os municípios que vão ser  
1100 selecionados que eles sejam informados ao CEAS né e que diante dessa informação é o

1101 conselho estadual possa enviar a correspondências aos conselhos municipais informando  
1102 que o município foi selecionado para que o conselho municipal ,do município selecionado  
1103 possa fazer o exercício do controle social ta esse é um aspecto o outro já levantado é por  
1104 um dos conselheiro aqui a questão do prazo né já foi respondido aí pela SEDESE de que  
1105 os esforços serão empreendidos pra que é os municípios recebam né o equipamento o  
1106 carro ou a TV até sete de julho mas a gente quer reforçar isso que a SEDESE SUBAS  
1107 empreenda todos os esforços para a conclusão da compra e doação aos municípios até  
1108 sete de julho devido né exatamente ao período eleitoral e aí só um esclarecimento também  
1109 aos conselheiros que ontem foi dado na reunião da comissão né a Gilvânia já informou que  
1110 esses carros inclusive já saem daqui plotados né que uma das preocupação que a  
1111 comissão teve ontem, plotado, escrito que é o, já com o nome pra quem destina a  
1112 proteção Social Básica deve ter um nome lá, não sei e porque vai ter uma preocupação da  
1113 comissão é de informar aos conselhos municipais exatamente para que ele possa fazer o  
1114 controle social para que o carro seja de fato pra Proteção Social básica e pra equipe  
1115 volante né que ele não seja utilizado para outros serviços do município então por isso que  
1116 a gente fez esse encaminhamento de informar aos conselhos municipais ok? **Geraldo:**  
1117 muito lovável e muito pertinente Cris, conselheira Roberta. **Roberta:**é eu só queria é mais  
1118 uma vez assim os conselheiros que já me conhecem já sabem como é que eu faço não é?  
1119 é o seguinte queria clariar assim que essa questão até sete de julho é inviável inviável  
1120 assim não trabalhem com essa perspectiva e vou dizer porque, trabalhar a compra desses  
1121 veículos, trabalhar a plotagem desses veículos, trabalhar a questão jurídica da transição  
1122 dessa questão no DETRAM pra esses municípios não é algo tão simples de se garantir  
1123 aqui com certeza a SUBAS ta fazendo esforços agora pela questão operacional gente é  
1124 vocês tem todo os gestores públicos que estão aqui dentro dessa sala sabe muito bem do  
1125 que eu estou falando quer dizer o pregão porque ela só pode comprar só poderia comprar  
1126 depois desse critério aprovado porque aí ela tem a dimensão não é se é pra mesmo  
1127 veículo estabelecer então vai para pregão isso você a fábrica pede X dias para entregar a  
1128 fábrica também nós não estamos a mercê por exemplo de chegar lá na prateleira  
1129 comprou e já trás não a fábrica tem um processo de que ela pede pra entregar tem o  
1130 processo de plotagem que não é simples e tem processo do DETRAM então é preciso  
1131 que a gente tenha isso claro pra gente não ter essa ilusão e passou sete de junho é  
1132 impossível fazer essa entrega então assim com certeza pra gente ser muito feliz inclusive  
1133 participar dessa entrega é preciso que a gente tenha isso claro que é depois de outubro  
1134 gente não vamos nos iludir porque senão a gente fica também discutindo coisas aqui que  
1135 são infactível prá gente cumprir **Nívia:** eu queria esclarecer que as TVs já estão sendo  
1136 compradas eu acredito que vá dar tempo mais é mais tranquilo, esta questão que a  
1137 Roberta falou é fato nós estamos com processo pra abrir o pregão eletrônico em aberto só  
1138 aguardando essa aprovação que a gente precisava que agente precisa agora fazer o  
1139 ranquiamento e ver quantos municípios vão poder entrar quantos carros vamos conseguir  
1140 comprar com novecentos e cinquenta mil não é?E provavelmente o carro agente não dá  
1141 conta até sete de julho por conta disso tudo que Roberta explicou que realmente é uma  
1142 realidade, né da gestão da burocracia e aí o período eleitoral, mas as TVs já estão  
1143 compradas elas são 42 polegadas Samsung **Cristiane:** ta só um escarchecimento , a questão  
1144 do ranqueamento dos município é tranquilo para isso ser encaminhado pro conselho o  
1145 quanto antes ne'então nesse aspecto a comissão coloca então pra apreciação dos  
1146 conselheiros e a outra questão é o encaminhamento do conselho munic do conselho  
1147 estadual de correspondências aos conselhos municipais, ta? **Beth:** eu vou pedir aqui só  
1148 uma coisa acho que eu fico pensando assim como gestora viu Nívia, receber se eu sei que  
1149 eu vou receber eu acho que esta expectativa tem que ser passada para o município  
1150 mesmo que seja em dezembro ou janeiro , tem que passar por uma razão muito simples  
1151 que agora em agosto você faz a revisão orçamentária e na revisão orçamentária você vai  
1152 ter que colocar a manutenção desse veículo eu brinquei com o negócio do IPVA e do do  
1153 seguro mas é importante você ter o município ter dentro do seu orçamento a manutenção  
1154 desse veículo, então (exatamente) então isso assim com isso mesmo que não se entregue  
1155 viu do ponto de vista da gestão é realmente muito complicado comprar uma frota de carros

1156 em três dias ou duas semanas né então, mas ao mesmo tempo o município , ele ficaria  
1157 também com aquele carro parado porque ele tem um custeio que não está previsto a não  
1158 ser que ele resolva de outra forma, né então to falando **Geraldo:** pessoal, então o  
1159 encaminhamento que a Cristiane colocou acho que eu disse aqui que é pertinente e  
1160 louvável mas gostaria que quem tiver contrario ao encaminhamento manifeste por favor,  
1161 vou inverter alguma abstenção? Então por unanimidade fica o encaminhamento então  
1162 aprovado por este plenário é eu pediria a conselheira Cristiane, por favor pra gente dar  
1163 sequência a nossa pauta e a gente para pra almoçar após a prestação de contas do  
1164 primeiro trimestre de dois mil e doze ..... nós vamos fazer apresentação da prestação de  
1165 contas do primeiro trimestre e logo após a gente para pra almoçar, vamos fazer agora por  
1166 favor....**Cristiane:** então é comissão de orçamento em duas reuniões né na reunião  
1167 passada final de maio e na reunião de ontem apreciou a prestação de contas do primeiro  
1168 trimestre de dois mil e doze ...considerando que tem conselheiros novatos né nós vamos  
1169 apresentar ééé as ações de maneira mais resumida e aí fiquem a vontade pra fazer pedir  
1170 os esclarecimento né ,Cris para Beth : você vai abrir?Bom, enquanto a Beth vai procurando  
1171 ali eu já vou informando né o processo né como se deu, é o relatório foi encaminhado pela  
1172 SEDESE ao CEAS no dia quinze de maio de dois mil e doze é em cumprimento as  
1173 normativas das políticas públicas de assistência, nesta mesma data a secretaria executiva  
1174 encaminhou aos conselheiros por e-mail é a o relatório para apreciação bem como a  
1175 solicitação de esclarecimentos caso houvesse, na reunião conjunta das comissões  
1176 temáticas dia trinta e um de maio de dois mil e doze a SEDESE/SUBAS apresentou os  
1177 esclarecimentos solicitados para os conselheiros presentes bem como encaminhou  
1178 relatório retificando , incluindo o item 'G' da ação qualificação de recursos humanos do  
1179 SUAS a justificativa da notificação visando a regularização da prestação de contas  
1180 dispostos nos artigos número seiscentos e quatro e numero mil e dezenove relativos a  
1181 revisão do BPC quinta etapa então na ação 'Um' do fundo de assistência social que é a  
1182 qualificação do recursos humano para a gestão do SUAS é o valor da lei orçamentária  
1183 anual ele é de 1.101.867,00( Hum milhão cento e um mil oitocentos sessenta e sete) a  
1184 meta do projeto estruturador é atendimento aos 853(oitocentos e cinqüenta e três)  
1185 municípios nessa ação,ééé o orçamento/2012 (dois mil e doze) do primeiro trimestre a  
1186 execução física apresentada pela SEDESE foi de 123(cento e vinte três) municípios  
1187 atendidos .....(**Tempo**)..(**fala ao fundo**). aí ta bom, é então retomando a ação de  
1188 qualificação de recursos humanos na projeção do SUAS o relatório apresentado indica  
1189 então atendimento de cento e vinte três municípios nesse primeiro trimestre total de  
1190 pessoas participantes das ações de qualificação no primeiro trimestre foi de quinhentos e  
1191 nove e o total de ações de qualificação é de dez.Execução orçamentária de cento e trinta e  
1192 nove mil quatrocentos e sessenta e três reais e dezenove centavos , a execução física  
1193 ficou em cento e trinta e nove mil cento e setenta e dois reais e nove centavos valor  
1194 acumulado cento e trinta e nove mil cento e setenta e dois reais e nove centavos As  
1195 despesas realizadas foram da fonte dez que é a fonte do estado e foram despesas com  
1196 viagens para atender municípios em s situação de emergência, supervisão dos convênios  
1197 do programa aliança pela vida reunião com a comissão Intergestora  
1198 tripartite/CIT, capacitações realizadas sob a gestão orçamentaria financeira palestra sobre  
1199 o SUAS e sobre a LOAS( regionalizadas ) obrigada é outro gasto nessa ação foi a  
1200 devolução de recursos do convênio com o MDS no valor de 10461,52(dez mil quatrocentos  
1201 e sessenta e um reais e cinquenta e dois centavos relativos a revisão do Benefício de  
1202 Prestação Continuada quinta etapa, da fonte cinqüenta e seis União pagamento do  
1203 contrato do curso Telepresencial no valor de cento e vinte e três mil novecentos e  
1204 cinqüenta e oito relativo aos mês de janeiro e fevereiro. Justificativa,né, primeiro em  
1205 relação a essa devolução feita ao Fundo Nacional de Assistência Social, a devolução de  
1206 recursos refere se a regularização da prestação de contas relativa a revisão do BPC quinta  
1207 etapa realizado pela SEDESE durante período de dois mil e cinco a dois mil e  
1208 nove.Conforme descrito na notificação visando a regularização da prestação de contas  
1209 dispostos nos ofícios seiscentos e quatro e numero mil e dezenove do MDS de seis de  
1210 fevereiro de dois mil e doze primeiro de março de dois mil e doze respectivamente

1211 encaminhados pelo MDS o valor da devolução já foi informado 10.461,52(dez mil  
1212 quatrocentos sessenta e um reais e cinqüenta e dois) assim discriminados débitos  
1213 apurados até vinte e nove de fevereiro de dois mil e doze no valor de 4.769,27(quatro mil  
1214 setecentos e sessenta e nove e vinte e sete )e débito apurado até trinta e um de janeiro de  
1215 dois mil e doze no valor de 5.692,25(cinco mil seiscentos e noventa e dois e vinte cinco  
1216 centavos) perfazendo um total de débitos 10.461,52(dez mil quatrocentos e sessenta e um  
1217 e cinquenta e dois). A segunda, ..**Nivia:** acho que se a gente for por parte é melhor né  
1218 porque aí a gente trata do que acabou de ser apresentado mas se a plenária quiser  
1219 combinar **Geraldo:** o que que a plenária prefere? Por parte ou vai pra frente?... por parte?  
1220 ..**Nivia:** De qualquer maneira nós temos que fazer a exposição de todas as situações pra  
1221 ficar mais claro pra plenária de qualquer maneira nós temos **Cristiane:** se tiver mais  
1222 dúvida no tema aí a gente para se não agente segue pode ser?porque aí no final a  
1223 comissão apresenta qual foi o seu parecer. **Geraldo:** a cada apresentação os conselheiros  
1224 se manifestam .para trazer os..esclarecimento as perguntas ok...a gente aprova.no final, ...  
1225 por favor Cris. **Cristiane:**Então o item 'um'ok né?Ação 'dois' operacionalização do  
1226 Conselho Estadual de Assistência Social o valor da lei Orçamentária é de 285.972,00  
1227 (duzentos e oitenta e cinco mil novecentos e setenta e dois) a Execução Físico-financeira  
1228 no primeiro trimestre de dois mil e doze apresenta uma execução orçamentária 33.663,06  
1229 (trinta e três mil seiscentos e sessenta e três reais e seis centavos. Execução Financeira de  
1230 33.448,19 (trinta e três mil quatrocentos e quarenta e oito reais e dezenove centavos) o  
1231 valor acumulado já informado. A despesa realizada por fonte da fonte 10 (dez) Estado ,  
1232 despesas com viagens, telefone e com despesas de exercícios anteriores. Fonte 29 ( vinte  
1233 e nove) Usinas , despesas com viagens, com condomínio ,telefone e degaravação das  
1234 atas. Item 3 (três)? **Geraldo:** o item que você passou o valor total do montante não tá  
1235 dando pra ler daqui Cris, repete por favor ,280 e? **Cristiane:** Voce fala... **Geraldo:** do  
1236 conselho , operacionalização do conselho **Cristiane:**Ah! Tá, o valor da LOA da lei  
1237 Orçamentária? 285.972(duzentos e oitenta e cinco mil novecentos e setenta e dois)  
1238 **Geraldo:** a realização foi quanto?. **Cristiane:** a realização foi de 33.448,19(trinta e três mil,  
1239 quatrocentos e quarenta e oito e dezenove ) no primeiro trimestre **Geraldo:**ok **Cristiane:**  
1240 3(Três) Cofinanciamento de serviços e benefícios para municípios na execução da  
1241 proteção social básica valor da LOA 4.919.740(quatro milhões novecentos e dezenove mil  
1242 setecentos e quarenta) a meta do projeto estruturador é 45 (quarenta e cinco)unidades  
1243 serviços de convivência fortalecimento de vínculo par idosos 58(cinquenta e oito) unidades  
1244 serviços convivência e fortalecimento de vínculo crianças e adolescentes.A execução física  
1245 e financeira foi "zero" não houve nenhuma execução nessa ação e a justificativa  
1246 apresentada pela SEDESE para não execução dos recursos nesse primeiro trimestre  
1247 trimestre foi que houve necessidade de adequar o plano de serviço no SIGCOM com vista  
1248 a atender os oitocentos e vinte e dois municípios que irão receber o cofinanciamento dos  
1249 serviços sócio assistenciais em dois mil e doze. A mesma situação diz res. Não desculpa  
1250 cofinanci , item 4(quatro) o cofinanciamento aos municípios na execução da proteção social  
1251 especial ,valor é da LOA é de 14.249.000,93(quatorze milhões duzentos e quarenta e nove  
1252 mil e noventa e três centavos) a meta do projet estrut do projeto estruturado é de "setenta e  
1253 uma" unidades de serviço de acolhimento institucional ,casa lar, casas Lares "Nove"  
1254 unidades de serviços de acolhimento em família acolhedora trinta e nov "Trinta e Quatro"  
1255 unidades de atendimento especializado "UAE" e "Duas" unidades de duas unidades de  
1256 Mocatu "Uma" unidade de atendimento ao idoso "Doze" unidades de serviços de  
1257 acolhimento institucional casa de passagem e "Vinte e Sete" unidades de atendimento ao  
1258 migrante e "Quatro" unidade de Serviço Regionalizado, Serviços Especializados de  
1259 Abordagem Social( **pausa**) obrigado, então a lei é, a LOA é de14.249.093,00 (quatorze  
1260 milhões duzentos e quarenta e nove mil e noventa e três reais, muito obrigada Fernando.É  
1261 a execução orçamentária no primeiro trime execução física no primeiro trimestre foi de 101  
1262 unidades com 101 municípios execução orçamentária de 1.862.744,49 (hum milhão  
1263 oitocentos e sessenta e dois mil setecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e nove  
1264 centavos) e a execução financeira de 1.858.508.49(hum milhão oitocentos e cinqüenta e  
1265 oito mil quinhentos e oito reais e quarenta e nove centavos) A despesa realizada por fonte



1266 foi é da fonte “dez” estado pagamento de casa lar, Mocatu e Unidade de Atendimento  
1267 Especializado “UAE”... UAE, Mocatu. ..**Nivia:** Mocatu é um serviço é especializado de  
1268 atendimento a pessoas com deficiência que faz parte da série histórica e que a gente tem  
1269 só algumas unidades em funcionamento no estado inclusive a APAE de Belo Horizonte é  
1270 uma das executoras desse serviço **Cristiane:** Esclarecido Volney ? ..**Nivia:**serviço  
1271 socioassistencial, atividades de socialização,pessoas com def criança e adolescentes com  
1272 deficiência **Cristiane:** É “Nota” não houve pagamento para seis unidades de serviço de  
1273 acolhimento institucional Casas Lares, Serviço de acolhimento em Família Acolhedora,  
1274 atendimento ao migrante, atendimento ao idoso, serviço de acolhimento institucional Casa  
1275 de Passagem e Serviço Especializado de Abordagem de Rua.E a justificativa esse não  
1276 pagamento é o mesmo do da ação do “3” que é a necessidade de adequação do Plano de  
1277 Serviço no SGCOM com vista em atender os 822(oitocentos e vinte e dois) municípios que  
1278 irão receber o cofinanciamento para serviços socioassistenciais em dois mil é e doze . É o  
1279 acordo é feito via contrato convenio para os serviços pagos. Pode. A “Meta” é 71(setenta e  
1280 uma) unidade de serviços de acolhimento institucional. Tem que pegar são unidades  
1281 atendidas né é que eu estava na dúvida se era município mas, são unidades atendidas  
1282 101(cento e uma) unidades atendidas .....porque(**fala ao fundo**) atendida?/ unidades  
1283 /repete/ **Amim:**Foram 71 (setenta e uma) unidades atendidas ah! Tá, e tava previsto  
1284 quanto 14.000.000,00(quatorze milhões)?**Cristiane :** gente deixa eu só explicar uma coisa,  
1285 o valor da lei orçamentária anual ela é pro ano todo né aquele valor do ano dois mil e doze  
1286 o que a gente tá apresentando aqui é só relacionado ao primeiro trimestre é, e aí alí, é o e  
1287 oo a meta né somado tudo, todas aqueles aquelas unidades alí seu Amim, e o que não  
1288 foi atendido foi o que tá em formato na nota não foi atendido 6(seis ) unidades de serviço  
1289 de acolhimento institucional, Casas Lares esses serviços de acolhimento não foi pago  
1290 Amim: pelo que eu to vendo ali apenas 15%(quinze por cento)do da dotação foi li----(**falas**  
1291 **ao fundo**) .será que os outros três.. ....**Cristiane(riso)** esse que é o nosso papel de  
1292 controle social seu Amim é verificar exatamente o percentual de execução e manter essa  
1293 execução em números razoáveis para o atendimento aos serviços, né/ ok?  
1294 Esclarecido?Então em rel ação 5(cinco)Sistema Único de Assistência Social-SUAS o  
1295 5.1(cinco ponto um) é o Piso Mineiro de Assistência Social, o valor da lei orçamentária  
1296 anual era de , é de 24.324.648,00(vinte quatro milhões trezentos e vinte e quatro mil e  
1297 seiscentos e quarenta e oito reais da fonte10 (dez)e a meta do projeto é 822 municípios  
1298 atendidos.Execução físico financeira no primeiro trimestre também foi zero e a justificativa  
1299 é a mesma dada para as ações anteriores.5.2 (cinco ponto dois) subprodutos da ação de  
1300 gestão do SUAS e CREAS regionalizados é, o valor da LOA é 266.000,00(duzentos e  
1301 sessenta e seis mil reais) da fonte 56(cinqüenta e seis) que é o governo federal .  
1302 260.000,00(duzentos e sessenta mil reais)..(**Fala ao fundo**).. 260.000,00(duzentos e  
1303 sessenta mil reais) vou comprar . 827(oitocentos e vinte e sete) municípios em gestão  
1304 básica ou plena a execução físico e financeira execução físico de 825 (oitocentos e vinte e  
1305 cinco) execução orçamentária 46.642,16 ( quarenta e seis mil seiscentos e quarenta e dois  
1306 reais e dezesseis centavos ) em execução então acumulada que a financeira de  
1307 46.439,06(quarenta e seis mil quatrocentos e trinta e nove reais e seis centavos)no  
1308 primeiro trimestre **Roberta:** só um minutinho,essa meta **Cristiane:**despesa realizadas  
1309 **Roberta:**essa meta de 827(oitocentos e vinte e sete) que eu não entendi, pra serviço  
1310 regionalizado o que que é isso?subproduto da ação, gestão do SUAS ,e CREAS  
1311 regionalizados não é isso? **Cristiane:**meta do estruturador ta 827 municípios em gestão  
1312 básica ou plena tava no relatório **Roberta:** Ah! entendi o que que é agora é habilitação  
1313 habilitação **Cristiane:** só Roberta? Entendeu?Despesa então realizada foi é despesas com  
1314 viagens para atender municip espera aí que eu estou repetindo? Não, é isso mesmo,  
1315 despesas com viagens para atender municípios em situação de emergência, participação  
1316 no Forum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social-FONSEAS e reunião da  
1317 Comissão Intergestora Tripartite e despesas com aquisição de software para observatório  
1318 de desenvolvimento social.CREAS regionalizado o valor é de 384.000,00(trezentos e  
1319 oitenta e quatro mil reais) da fonte 56(cinqüenta e seis) governo federal e a meta é 4  
1320 (quatro) CREAS regionalizados. A meta né a execução físico financeira também foi “zero” e



1321 aaa o esclarecimento é também relacionado ao SICONV dizendo também que a  
1322 transferência financeira do governo federal das parcelas referentes a janeiro e fevereiro  
1323 ocorreram no mês de março e o empenho das referidas parcelas do SIGCOM, é não foram  
1324 efetivadas em razão da adequação do sistema. Ação 6 (seis)..**Marcelo:**o recurso de  
1325 33.000,00(trinta e três mil ) que foi para o SIGCOM negocio assim **Cristiane:** o  
1326 observatório? **Marcelo:**é quando fala lá lá dos recursos que foram utilizados pra é este aí  
1327 é, a fonte 56(cinqüenta e seis) é fonte 56 é recurso do IGD não é? É eu só quero entender  
1328 que esta despesa de 33.954( trinta e três mil novecentos e cinqüenta e quatro) para  
1329 aquisição de softwere para o observatório se isso aí é recurso que sai do fundo mas isso  
1330 isso aí é da SEDESE ou é do do do governo do estado , eu quero entender porque que  
1331 esse de fato ta saindo do fundo do fundo é é do FEAS se é uma despesa que no meu  
1332 ponto de vista deveria ser direta da gestão. **Cristiane:**esse recurso é do IGD o que que  
1333 você está querendo saber Marcelo? Não entendi ´é porque é recurso do IGD . e aí é  
1334 estadual **Nivia:** tem que explicar a natureza da despesa é nós temos um observatório de  
1335 desenvolvimento social que nos subsidia de informações principalmente do CAD-ÚNICO  
1336 pra agente atender as demandas tanto do estado quanto dos municípios então nós  
1337 tínhamos uma equipe técnica especializada em fazer esses diagnósticos pra toda  
1338 subsecretaria, mas principalmente pra SUBAS, mas não tínhamos equipamento apropriado  
1339 que é USP como é que é chama o equipamento?SPSS que dá uma agilidade e uma  
1340 capacidade maior de filtragem de informações do CAD-ÚNICO, inclusive,é , na penúltima  
1341 reunião da CIT o próprio MDS aconselhou os estados a comprar esse equipamento nós já  
1342 tínhamos comprado para facilitar é a utilização das novas ferramentas da sage juntamente  
1343 com as bases de dados utilizadas no CAD-ÚNICO que a gente tá passando a receber com  
1344 mais maior freqüência, então com a aquisição desse equipamento tornou muito mais ágil  
1345 muito mais eficiente o trabalho com a base de dados do CAD-ÚNICO pras nossas  
1346 demandas.e aí eu queria só a titulo de ilustração dizer que a última é é utilidade desse  
1347 equipamento que a gente comprou, foi pra COPASA implantar uma tarifa social no mês de  
1348 maio que foi instituída por uma por um decreto do governador em todos os municípios do  
1349 estado que recebem o serviço da COPASA hoje, nós fizemos uma filtragem de todos os os  
1350 cadastrados no CAD-ÚNICO do estado – esse equipamento possibilitou essa filtragem de  
1351 uma forma ágil nós, repassamos para a ARSAI que é agencia reguladora do saneamento  
1352 no estado e a ARSAI então é faz automaticamente o lançamento desses descontos nas  
1353 contas dos beneficiários, dos cadastrados no CAD-ÚNICO.Então é só pra vocês  
1354 entenderem a necessidade que a gente tinha da compra desse equipamento que foi com  
1355 recurso do IGD por conta dele ser uma ferramenta para gestão do IGD e do Bolsa Família  
1356 .**Cristiane:** podemos continuar? CREAS regionalizados agora não é isso?tinha parado do  
1357 CREAS regionalizado?É também já ,já falei né?Então é o 6(seis)Manutenção e atualização  
1358 do sistema de informação monitoramento SIM o valor previsto na lei orçamentária anual de  
1359 137.800,00( cento e trinta e sete mil e oitocentos reais)fonte 56(cinqüenta e seis)governo  
1360 federal a meta é um sistema mantido e a execução orçamentária foi “Zero”, não houve não  
1361 houve execução, é a justificativa, levantamento de inconsistência de novas funcionalidades  
1362 do sistema de informação e monitoramento SIM com vista na inclusão dos municípios  
1363 contemplados no Piso Mineiro para o exercício de dois mil e doze, acompanhamento e  
1364 cobrança dos municípios quanto ao preenchimento do questionários bem como a  
1365 aprovação pelo conselho municipal de assistência. O o IGD, é recursos do IGD E e IGD  
1366 SUAS você tem, nós temos uma previsão na lei orçamentária de 266.000(duzentos e  
1367 sessenta e seis mil ) e 600.000( seiscentos mil) respectivamente, lembrando que o IGD E  
1368 tem como objetivo avaliar mensalmente a qualidade da gestão do programa Bolsa Família  
1369 no estado a despesa realizada no primeiro trimestre foi o pagamento do contrato da escola  
1370 satélite para a transmissão das Tele-aulas no valor de 173.541,58(cento e setenta e Três  
1371 mil quinhentos e quarenta e um reais e quarenta e nove centavos)e despesa com viagens  
1372 no valor de 12.408,68(doze mil quatrocentos e oito reais e sessenta e oito centavos.Tem  
1373 um saldo apurado em março de 2012 de 757.035,44(setecentos e cinqüenta e sete mil,e  
1374 trinta e cinco reais e quarenta e quatro centavos No IGD SUAS tem como que tem como  
1375 objetivo a aferição da qualidade da gestão descentralizada dos serviços programa projetos

1376 e benefícios socioassistenciais no âmbito dos estados e servir e como fator de indução a  
1377 melhoria dos aspectos prioritários da gestão, não houve despesas nesse primeiro trimestre.  
1378 A SEDESE destacou nos seus relatórios alguns resultados é alcançados **(fala ao**  
1379 **fundo, esclarecimentos fora do microfone)** Amim: e esse recurso aí foi gasto nessa  
1380 atividade pra atender esse objetivo? **(resposta fora do microfone esclarecimentos)** mas  
1381 para atender é porque eu queria só entender né perguntar não ofende né o que que tem a  
1382 ver avaliação eu queria saber **Nivia:** é porque a escola Satélite é uma empresa contratada  
1383 por nós pra execução de grande parte do Plano Estadual de Capacitação então é a nossa  
1384 o nosso curso telepresencial ele é gerenciado executado através dessa ferramenta dessa  
1385 empresa então nesse curso de capacitação é que nós levamos todas as informações tanto  
1386 da gestão do programa Bolsa família e inclusive anteontem nós tivemos uma aula muito  
1387 muito boa que veio uma dir uma assessora de semarc do MDS pra falar pra gente sobre  
1388 gestão do programa Bolsa Família e Plano Brasil Sem Miséria e nós temos a cada quinze  
1389 dias uma aula através dessa ferramenta que faz parte do curso telepresencial então esse  
1390 recurso é o pagamento dessa empresa que oferece é a transmissão do satélite pra 54(  
1391 cinquenta e quatro) pólos no estado além de da operacionalização das outras ações que  
1392 implicam lá no no estúdio dessa empresa. **Amim:** então essa escola capacita as pessoas  
1393 no processo de avaliação da aplicação do programa Bolsa Família é isso? **Nivia:** isso na  
1394 verdade nós é que executamos a capacitação ela faz o pagamento dos colaboradores ela  
1395 faz o aluguel do satélite e ela transmite no cinquenta e quatro pólos do estado quem faz a  
1396 capacitação, o planejamento isso tudo foi demonstrado na apresentação do Plano estadual  
1397 de capacitação só que aí essa aí é só modalidade do telepresencial do curso telepresencial  
1398 é a despesa do curso telepresencial que é uma das modalidades de capacitação do nosso  
1399 plano de capacitação onde a gente leva capacitação pra todo público de atores da  
1400 assistência social, não só trabalhadores, gestores municipais, conselheiros municipais,  
1401 trabalhadores da rede sócioassistencial conveniadas é através dessa ferramenta aí onde a  
1402 gente executa o curso telepresencial. **(fala ao fundo) Givânia?** Eu queria complementar seu  
1403 , colega Amir, Amir ou Amim, ? é que o objetivo da ação não é? é tem como objetivo avaliar  
1404 mensalmente, na verdade aquele objetivo descrito ali não é da ação é do índice do IGDE  
1405 ta? a ação é vai além da de medir avaliar mensalmente a qualidade da gestão do  
1406 programa Bolsa Família no estado, **(pergunta ao fundo)** pode ser, hum, hum? pode ser que  
1407 a gente tenha que melhorar a escrita tá? a ação, ta voltando aí né cadê? **(tempo)** ah! Ta! a  
1408 ação, ta falando aí do é recurso, não da ação, ta mas aí só esclarecendo que ação do  
1409 estado com este recurso do IGDE é coordenar supervisionar os municípios na gestão do  
1410 programa Bolsa Família ok? E aí o estado faz isso parte pela oferta de capacitação através  
1411 da escola satélite que é o curso Telepresencial como nossa subsecretária colocou e  
1412 estamos também pra trazer pra apreciação desse conselho desenhando um plano de ação  
1413 específico do programa Bolsa Família se refere a ação da coordenação estadual do  
1414 programa Bolsa Família junto aos municípios, **(pergunta ao fundo)** sim, esse índice é  
1415 recebido pro . pelo estado pra melhorar a gestão junto aos municípios, isso Cristiane: eu  
1416 queria pedir licença aos conselheiros e a SEDESE pra não ler os resultados e os  
1417 desafios a enfrentar porque isso consta no relatório que foi encaminhado para os  
1418 conselheiros pra gente ir logo já discutir e a o parecer da comissão, pode ser? Ok? , então  
1419 ta. O indicativo então da comissão de orçamento é pela não aprovação da prestação de  
1420 contas do primeiro trimestre considerando os seguintes motivos: A SEDESE/SUBAS  
1421 descumpriu a deliberação da centésima sexagésima sexta plenária realizada em primeiro  
1422 de março de dois mil e doze é que foi e essa deliberação foi encaminhado pelo ofício  
1423 numero 55 (cinquenta e cinco) CEAS de dois mil e doze de que todas as alterações  
1424 orçamentária e Financeiras relativas ao Fundo Estadual de Assistência Social bem como  
1425 todas as priorizações de ações contidas nele deverão ser submetidas a aprovação deste  
1426 conselho sob pena de não de correr mais a aprovação de prestação de contas. **(fala ao**  
1427 **fundo)** É esclareço, vocês verificaram na primeira ação de qualificação? teve uma  
1428 devolução de recursos ao Fundo Nacional no valor de dez mil reais relativo a uma  
1429 prestação de contas é irregular, que teve irregularidades né verificadas pelo fundo nacional  
1430 é referente a dois mil e cinco dois mil e nove, em nenhum momento a SEDESE apresentou

1431 a este conselho a solicitação de apreciação ou aprovação desse pagamento e ao é dessa  
1432 devolução de recurso né então utilizou recurso do fundo sem prévia é discussão neste  
1433 conselho é e aí além disso a gente coloca pra deliberação que a SEDESE/ SUBAS restitua  
1434 ao FEAS ,o valor de dez mil quatrocentos e sessenta e um mil dez mil quatrocentos e  
1435 sessenta e um reais e cinqüenta e dois centavos relativo a devolução por irregularidade na  
1436 prestação de contas referente a revisão do BPC.O outro motivo letra “B” não houve repasse  
1437 aos municípios de recursos referentes ao Piso Mineiro co-financiamento da Proteção Social  
1438 Básica e Especial no ofício enviado a SEDESE numero 047(Zero quarenta e sete) CEAS  
1439 dois mil e doze datado de sete de março de dois mil e doze faz solicitação a SEDESE  
1440 sobre a questão mencionada acima afim de evitar interrupções de repasse de recursos aos  
1441 municípios que estão sendo constatadas desde a análise do relatório trimestral da  
1442 prestação de contas do quarto trimestre de dois mil e onze.o acumulo do não repasse pode  
1443 acarretar problemas aos municípios considerando a continuidade dos serviços  
1444 socioassistenciais e conseqüentemente trará prejuízos aos usuários essa deliberação  
1445 também foi na plenária um meia meia para deliberação.solicitar a SEDESE/SUBAS o  
1446 posicionamento estratégico para o repasse regular e automático de recurso mensal aos  
1447 municípios atendendo a diretriz do co-financiamento da política de assistência social, e  
1448 letra “C”.A prestação de contas do segundo trimestre deverá apresentar o repasse de  
1449 recursos aos municípios relativo ao primeiro e ao segundo trimestre de dois mil e  
1450 doze.**Geraldo:** obviamente que houve a disponibilidade para quem quisesse manifestar a  
1451 cada apresentação do ponto o que não quer dizer que agora em função do  
1452 encaminhamento que a gente não possa se manifestar, eu estou com a inscrição da  
1453 conselheira Roberta, desculpa da inscrição da conselheira Nívia e logo em seguida  
1454 Roberta. **Nívia:** eu queria passar algumas explicações, eu queria que você voltasse lá  
1455 desde o primeiro ponto os considerando da comissão, da comissão , é .depois do indicativo  
1456 eu queria explicar o seguinte, nós já havíamos feito esta apresentação de prestação de  
1457 contas com os devidos esclarecimentos a mesa diretora que inclusive tirou um indicativo  
1458 por aprovação, nós não estávamos , nós não temos é nenhum membro né?partici, da  
1459 SEDESE na comissão de orçamento então acredito que não tinha ninguém lá na hora  
1460 dessa apreciação da comissão pra repetir né? Pra refazer a Cristiane não estava na mesa  
1461 diretora no dia ah nas comissões,isso que nós reunimos duas comissões né a Cristiane  
1462 não estava então nós levamos toda a documentação que a gente tinha alguns casos a  
1463 gente tem documentado e as outras é, considerações também nós fizemos lá é nessa  
1464 primeira apresentação da prestação então eu vou repetir,é com relação é a essa  
1465 deliberação de que as alterações deveriam ser informadas ao CEAS, nós encaminhamos um  
1466 ofício ao CEAS, nós não tínhamos tempo hábil pra esperar a aprovação do conselho pra  
1467 fazer a devolução desse recurso referente a uma nova auditoria na prestação de contas do  
1468 estado daquele ano de dois mil e cinco/ dois mil e nove passamos pra avaliação da nossa  
1469 assessoria jurídica da pertinência ou não da devolução desse recurso, a nossa é reação  
1470 imediata claro foi de não querer devolver porque uma vez que essa prestação de contas já  
1471 havia sido aprovada a época pelo fundo nacional e a nossa assessoria jurídica nos disse  
1472 que era uma era uma convocação do fundo nacional nós não teríamos como contestar e foi  
1473 feito uma nova auditora nas contas é o estado não tinha como contestar tinha que devolver  
1474 o recurso não tínhamos tempo hábil pra trazer para apreciação do conselho então nós  
1475 enviamos um ofício comunicando ao conselho que em função do prazo e da análise  
1476 jurídica da SEDESE que a gente deveria devolver, nós estávamos devolvendo dentro do  
1477 prazo que o MDS determinou e também explicando que é dizia respeito a uma execução  
1478 anterior né a nossa gestão e nós não tínhamos e a área finalística dessa é de prestação de  
1479 contas da SEDESE também não tinha é como contra argumentar e o jurídico nos orientou  
1480 que se tratava de é de uma situação em que não cabia ao estado contestar cabia fazer a  
1481 devolução né então nós tínhamos que tirar do FEAS, a outra **Roberta:** ou Nívia deixa eu  
1482 complementar nesse item pra depois porque me parece que do ponto de vista da  
1483 divergência da prestação de contas só teve dois itens então se você vai passar para o  
1484 outro item e complementar isso aí.é ao meu ver e aí eu quero falar com toda propriedade  
1485 de gestora do FEAS que eu fui, não houve alteração aqui não se coloca alteração, primeiro

1486 a relação do fundo nacional no convênio do BPC é com o FEAS, então quando tirou o BPC  
1487 de lá e jogou aqui , jogou no FEAS como a gente faz aqui do FEAS para o fundo municipal  
1488 de assistência social toda relação convenial dentro do sistema foi de um fundo para o outro  
1489 então já começa por aí uma questão legal de que você não poderia tirar para acertar  
1490 aquele equívoco que teve de outro rubrica, então eu quero deixar isso bem claro que não  
1491 teve alteração nenhuma, o FEAS é responsável por todas as sua despesas de devolução e  
1492 de aporte de recursos seja por fundo municipal seja por devolução pro nacional gente pelo  
1493 amor de Deus quem é gestor municipal aqui sabe disso, por exemplo se eu passo um  
1494 recurso pro Fundo Municipal de Assistência Social de Campo Belo seja com convênio seja  
1495 fundo a fundo se ela tiver algum problema ela vai depositar no FEAS tirando do fundo  
1496 municipal então não há essa possibilidade de tirar de outra rubrica que não seja do FEAS  
1497 porque a relação jurídica se deu fundo nacional e fundo estadual primeira questão.  
1498 Segunda questão, é BPC em dois mil e cinco, né que foi repassado pra cá toda tramitação  
1499 de convênio e se fazia um serviço e com certeza dos gestores que estão nessa mesa Beth,  
1500 Anália podem ter também ter devolvido recursos e aí não foi por malversação porque se eu  
1501 pego o montante do convênio e o montante da discussão e foi uma discussão que em dois  
1502 mil e cinco quando implantou o SUAS, teve uma série de discussão com os município, tem  
1503 dificuldade até hoje pra saber o que presta conta de saldo o que que não presta conta de  
1504 saldo existente na relação convênial com o governo federal e as vezes muitas vezes com o  
1505 governo estadual, então existe isso aí toda uma discussão dos gestores municipais e  
1506 estadual faz com fundo nacional pra saber o que que você presta conta o que que é anistia  
1507 do e o que não é ansitiado , Nívia colocou muitíssimo bem quando o fundo nacional manda  
1508 pra cá é pra você revidar uma série de evidências de cinco anos atrás gente pelo amor de  
1509 Deus, quem é gestor sabe muito bem disso e se tratando de dez mil reais qual foi a decisão  
1510 do nosso secretário olha aqui nos temos duas e que foi auditoria como bem a Nívia  
1511 colocou auditor falou assim vocês podem muito bem contestar isso não é? Tendo em vista  
1512 inúmeras prestação de contas que mandou e quero dizer mais aos senhores prestação de  
1513 contas do BPC que passou por aqui aprovado por esse colegiado. **Nivia:**passou passou  
1514 por aqui **Roberta:** ai exatamente, então podia falar assim vamos resgatar toda essa  
1515 papelada e mandar pra lá pra lá sobe pena da gente ter um procedimento de  
1516 automaticamente nos colocar no cadinho cuja conseqüência pra política estadual de  
1517 assistência social seria muito maior que devolver dez mil reais aí eu quero chamar os  
1518 senhores pra o seguinte que como gestora publica que fui no SUBAS e com o gestor que  
1519 tem aqui se a tudo passo da gestão publica da evidência e da e da execução do princípio  
1520 desses recursos públicos nós tivermos que estar aqui tomando decisão nesse colegiado  
1521 então assim, eu quero clarear muito bem isso, qual que é a competência da gestão pública,  
1522 qual que é a competência do controle social nós aqui estamos prestando conta com muita  
1523 clareza de nós tomamos a decisão correta e a decisão que nos cabia, porque ou nós temos  
1524 não é? a confiança que nos foi delegada pelo sistema quando se criou o sistema de dizer o  
1525 que que é ser gestor público de uma política publica que é trabalhar com toda essas  
1526 questões que você trabalha na gestão pública de convênio de devolução de fazer convênio  
1527 uma série e de implantar serviços ou não , ou então nós não conseguimos trabalhar então  
1528 deixar muito claro que aqui não teve alteração nenhuma, nenhuma que pudesse dizer que  
1529 nós discumprimos o que foi delegado naquela resolução isso aí em absoluto eu discordo  
1530 completamente nós não fizemos alteração e a relação jurídica que está estabelecida  
1531 naquele convênio naqueles orçamentos era de fundo nacional pra fundo estadual portanto  
1532 era dali se que saia a solução. Agora quanto a questão de vir pra cá pra di 1:41:43 **-3ª**  
1533 **parte** tem que pensar bem e entender isso não teve alteração isso não é verdade se a  
1534 comissão assim entendeu o entendimento está equivocado não houve alteração houve  
1535 uma decisão correta de cumprir o dever de que se eles lá entenderam que num aporte de  
1536 um convênio pra mais de um milhão tinha que devolver dez mil reais ou a gente arrumava  
1537 evidências dez mil reais e que a gente até buscou aqui no conselho e pela segunda vez ta  
1538 gente eu quero dizer isso para vocês na época que eu estava lá eu mandei um ofício pra cá  
1539 resgatando as coisas que eles tinham pedido do BPC porque quando a gente assenta  
1540 numa cadeira você pega o que ta de trás o que ta no momento e o que está no futuro,nós

1541 pedimos aqui e mandamos pra Brasília e eles na confusão lá não sei o que arrumaram aí  
1542 nós..... gente não vamos brigar por causa de dez mil não nós temos brigas maiores por  
1543 causa disso , então Cristiane não houve alteração entendeu ? as relações jurídicas que  
1544 vocês estabelecem e quando você bota lá disponibilidade orçamentária, você está dando a  
1545 rubrica do FEAS e é ali que tem que resolver, não pode ser tirado de outra rubrica não sob  
1546 pena de tá cometendo alguma inconformidade administrativa **Nívia**:eu queria reforçar a  
1547 fala da Roberta, Cristiane e dizer isso que a gente enviou um ofício a época antes da gente  
1548 fazer a devolução porque não daria tempo pra trazer para discussão do conselho não era  
1549 nem trazer, pra pedir autorização do conselho porque foi isso que a Roberta disse que nós  
1550 sentamos com o jurídico com o secretário com a área finalística da prestação de contas  
1551 que tentou levantar documentos que pudesse contestar e não tínhamos como fazer  
1552 contestação, foi alguma questão mesmo que passou batido pela nossa auditoria de  
1553 prestação de contas o próprio CEAS que na época aprovou a prestação de contas e que a  
1554 gente hoje não teria condições de contestar e a questão também do prazo muito rígido e  
1555 da condicionalidade de da diante a não da prestação de contas imediatamente o estado  
1556 estaria inserido no cadinho que é né, todos sabem o cadastro dos inadimplentes com a  
1557 união **Geraldo**: eu vou pedir para esta reunião particular deixar de acontecer durante a  
1558 plenária porque senão vai ficar prejudicada, então eu queria só reforçar Cristiane e eu eu  
1559 me vi diante de uma situação muito complicada porque nós tínhamos que fazer outros  
1560 repasses também e outras devoluções inclusive de 1999 que nem a Roberta não tinha  
1561 nem lembrança, vaga lembrança porque quando vem estas coisas eu vou lá sento com  
1562 Roberta, Roberta você lembra do que pode ter acontecido e tal e o jurídico analisou o  
1563 seguinte gente é foi falha temos que devolver não vamos ficar inadimplente não vamos  
1564 colocar o estado sob né a penalidade de não ter mais o repasse de recurso enquanto tiver  
1565 no cadinho, a solução é é devolver imediatamente nós fizemos o ofício que está anexado a  
1566 justificativa pra comissão de orçamento e fazendo toda essa explicação sobre essa  
1567 devolução se não tiver nenhum outro questionamento em relação a esse item eu queria  
1568 passar pro próximo item **Geraldo**: só um minutinho, eu tô com inscrições aqui de João  
1569 Ademar, Júlio e Anália eu pergunto se, Ana Paula que se inscreveu, é se essas pessoas for  
1570 pertinente a esse assunto por favor pode ficar a vontade para se manifestar se não for a  
1571 gente aguarda passar para o item seguinte Amir está se inscrevendo, **João Ademar**: só  
1572 pra .. obrigado Roberta pelo retorno apenas pra entender e realmente nós da comissão  
1573 conversamos que não tinha nenhum colega conselheiro governamental junto né paciência  
1574 aí todo mundo foi convocado só pra situar nós levamos em consideração, não a questão da  
1575 devolução dado ao reexame então nós não discutimos isso se devolve ou não devolve isso  
1576 aí tá tranquilo devolve foi esta nosso pensamento foi de não devolver, só um pouquinho,  
1577 vou chegar lá segunda questão evidentemente nos volumes financeiros que se trabalha  
1578 dez mil é irrelevante nesse ponto de vista-nós também conversamos isso o que que nós  
1579 pedimos desgaste pra poder então a primeira inclinação foi a prova então tem que fazer foi  
1580 de 2005 e sete e tal a pergunta foi o que que mesmo aconteceu qual é a composição pra  
1581 poder entender então só pra lembrar pelo que nos foi informado a questão original o  
1582 valor original é mais ínfimo ainda são mil e poucos reais na composição dos dez mil entram  
1583 é remunerações do período um pouquinho de dinheiro não esteve aplicado e qual é a razão  
1584 lá atrás pelo menos os técnicos do MDS ou da não sei lá qual é o órgão que lá em Brasília  
1585 alegaram de que lá atrás no período de vigência do citado convênio não houve o a porte  
1586 da contra partida do estado isso tá escrito né lá na época né, não é de vocês né época  
1587 anterior então por conta de que não houve o aporte do valor do contra partida do estado na  
1588 respectiva conta bancária por onde transitam esses recursos em função disso é que deve  
1589 ou deveria ou deve ocorrer a devolução ponto esse é o contexto a questão que se nós  
1590 colocarmos e aí esse ponto de discutir é bom se os dez mil efetivamente estão saindo ou  
1591 saíram já foi cumprido e correto eu concordo eu como gestor de uma instituição também  
1592 tem coisas que você tem que cumprir depois pode até ficar brigando tem que cumprir sob  
1593 pena de você colocar a sua instituição no caso o estado e em outras complicações que são  
1594 muito maiores né é vocês citaram o cadinho e tem outras coisas né então a questão é o  
1595 seguinte os dez mil objetivamente saíram do fundo estadual 2012 ou seja do orçamento

1596 dois mil e doze esta é apenas a questão se ele saiu de dois mil e doze e ele é lá de trás ele  
1597 não é na totalidade a composição do fundo é pertinente que ele tenha saído do fundo ou  
1598 então saia de uma outra rubrica outra rubrica orçamentária essa que foi a discussão eu sei  
1599 que você pegaria uma rubrica para outra tem suas limitações você colocou né mas aí então  
1600 por isso que nós trouxemos a questão não é pra polemizar e tal mas da gente pensar um  
1601 pouco sobre isso talvez até para entender que pra quem está na gestão você tem limites  
1602 legais você tem limites que te amarram né? Então é nesse sentido não está em discussão  
1603 se a prestação é pertinente ou não isso é outra discussão é isso já é filosofia histórica né  
1604 mas no sentido de que esse dinheiro objetivamente saiu do fundo estadual se ele não  
1605 deveria e aí não é nem a SUBAS que deveria devolver de alguém do tesouro devolver ele,  
1606 desde que ele compõem a rubrica anual só isso né ponto se a SEPLAG tem lá um fundo a  
1607 dispor né não tem né (**riso**) só pra ajudar a entender entende? **Marcelo** lembrando que  
1608 Júlio , Anália quem que é esse outro nome aqui gente é Ana Paula não tem vários nomes  
1609 Anália, Ana Paula, Amim e Gilvânia, se for sobre esse ponto estão inscritos, Gilvânia  
1610 Júlio:eu é só uma questão de esclarecimento é na reunião de comissões dia trinta e um foi  
1611 discutido tudo isso e aí voltou de novo pra ser discutido na reunião de ontem?Aí eu  
1612 pergunto então qual é a finalidade daquela reunião do dia trinta e um---Porque pra mim já  
1613 tinha discutido é é no dia trinta e um **Geraldo:OK** Júlio é pertinente a sua colocação e  
1614 assim a gente tem que lembrar mais uma vez antes até de passar pra outro assunto--- eu  
1615 quero fazer uma observação é tem situações que a vezes a gente trás pra plenária  
1616 desnecessariamente não é? Daí o encontro das comissões agora nós temos aqui um  
1617 equívoco que ocorreu pelo menos em princípio que na reunião do dia trinta e um foi levado  
1618 essas situações e aí é na comissão e aí Cris não participou, tava em outras situações eu  
1619 não participei o João Ademar, não ? só vocês dois, o Júlio participou ?ok , ta então quer  
1620 dizer aí ontem voltou o assunto então eu queria só pra nossa lembrança o seguinte ta  
1621 acontecendo neste colegiado outras situações similares tipo , chega na mesa diretora a  
1622 gente tem um horário aqui todo mundo tem agenda lotada não tem nenhum demérito pra  
1623 ninguém aí se marca o horário pras oito horas nossa reunião começa as nove uma hora  
1624 da tarde porque um chegou , não depende do motivo depende justificativa se há  
1625 justificativa ou explicação quando chega aí você se sente no direito de perguntar aquilo  
1626 que já foi tratado então a gente volta e gasta um tempo desnecessário e isso é o menos  
1627 que se aplica em comissão se já foi tratado e aí tem uma situação aqui aí as paralelas fica  
1628 assim, não mas na reunião de trinta e um , Gilvânia esteve lá e colocou e aí né e aí porque  
1629 precisa voltar, ah bom aí na outra reunião de ontem nenhuma conselheira da SEDESE  
1630 participou então quer dizer toda comissão ela necessariamente está aberta a participação  
1631 de conselheiros e ou técnico da SEDESE pra dá esse esclarecimento pra evitar este tipo  
1632 de situação, então eu só queria que a gente voltasse a pensar nessa situação pra evitar  
1633 esse desgaste de tempo desnecessário o que não quer dizer que nós estamos perdendo  
1634 tempo, não é isso estou falando em gasto diria até que pode ser um investimento de tempo  
1635 porque isso aqui enriquece também a nossa expertise no assunto só pra gente fazer esse  
1636 reparo pra gente não voltar nele principalmente na **Marcelo:senhor presidente, senhor**  
1637 **presidente** antes de passar para os demais é tem uma questão de ordem apresentada pela  
1638 secretária executiva que eu se me permite vou passar na frente. **Consolação:** eu preciso  
1639 fazer um esclarecimento com licença né, senhores conselheiros porque que quando coloca  
1640 isso, aí parece inclusive uma parte administrativa né? como que foi esse encaminhamento,  
1641 bom, a gente teve uma reunião de comissões no dia trinta e um, mas não houve plenária,  
1642 não houve deliberação, coordenadores de comissão não estavam presentes isso não  
1643 ocorreu foi só na comissão de orçamento não, Política, Normas, todos os coordenadores  
1644 pegaram as súmulas da reunião do dia trinta um junto com a comissão, então foi essa é  
1645 que foi a dinâmica, agora quem define isso não é a secretaria executiva porque nenhuma  
1646 definição nesse sentido foi passado a mesa diretora quando em reunião, falar não,-?- as  
1647 comissões e tem o que não foi deliberado tanto é que os assuntos emergentes a gente  
1648 deliberou ad referendum numa reunião de mesa Diretora ta eu acho que a gente tem que  
1649 esclarecer isso, convocou as as comissões e essas pautas estavam pendentes então os  
1650 coordenadores inclusive de direito deles né pediram logicamente todas as súmulas, o que

1651 foi discutido?, nós tamos reunidos pra dar sequência foi esse o esclarecimento **Cristiane:**  
1652 questão de esclarecimento, é só lembrar que na comissão de ontem, estavam presentes  
1653 eu, como coordenadora, o Geraldo Gonçalves, presidente desse conselho e também parte  
1654 dessa comissão, o João Ademar e o Sr Luiz George né e com a técnica Elizabeth e de fato  
1655 foi isso que aconteceu, nos retomamos a discussão só esclarecemos junto ou Júlio a  
1656 discussão foi retomada e a comissão tomou essa decisão não foi a coordenadora da  
1657 comissão que tomou essa decisão foi a comissão que tomou essa decisão, eu gostaria  
1658 inclusive que os conselheiros da SEDESE e outros conselheiro ao mencionar ou  
1659 responder as questões que responda a comissão e não a Cristiane, por favor.**Marcelo:** é  
1660 Próxima inscrição, Anália, depois Ana Paula.**Anália:**ta ok, é eu queria até colocar assim  
1661 que eu, sou gestora municipal pelo terceiro mandato eu fui secretária adjunta de estado  
1662 2002, a impressão que eu tive é que eu estava... eu voltei a 10 anos atrás em 2002 e o  
1663 conselho continuou com a mesma performance de amarrar o estado no que ele tem... ele  
1664 tem... é... obrigação de fazer. A devolução tá corretíssima não tem nada... nada errado.  
1665 Isso já é ponto passível. Né?! A Roberta esclareceu muito bem. É... o que eu acho que nós  
1666 estamos perdendo um tempo enorme porque a prestação de conta, o que a comissão  
1667 deliberou... colocou ali e o parecer não a aprovação da prestação de contas. Colocou dois  
1668 motivos: um foi esse da devolução e o outro o do... da execução zero. Essa pra mim, a  
1669 execução zero é a precarização. Sabe?! Assim, não são três meses são cinco meses e  
1670 meio que os municípios estão sem repasse. ----e quando nós deveríamos estar usando  
1671 esse tempo pra trazer encaminhamento junto ao estado mudar a forma dessa gestão  
1672 para que os municípios possam realmente executar o SUAS nós tamos aqui não  
1673 aprovando a prestação então eu acho que nos tamos perdendo um espaço ta pessoas  
1674 nesse colegiado nessa plenária para poder trazer outros encaminhamento vocês não tem  
1675 noção das dificuldades de nós gestores num ano eleitoral onde o promotor manda  
1676 correspondência todos os dias pedindo tudo que está nas contas tudo que está gasto,  
1677 daqui a pouco nós vamos receber um recurso, ele vai questionar porque que nós tamos  
1678 gastando aquele recurso que não chegou durante seis meses ele nem vai entender que  
1679 isso é um serviço continuado porque que você fica seis meses sem receber recurso de  
1680 serviço continuado, sabe então assim eu tou fazendo é uma intervenção de que a gente  
1681 possa ta conduzindo de uma forma e aproveitar esse espaço pra trazer novos  
1682 encaminhamentos, obrigada **Geraldo:**quem? Cadê a inscrição, Ana Paula. **Ana Paula:**na  
1683 verdade eu vou ser breve aqui queria só esclarecendo umas questões em relação a a a  
1684 questão da devolução é eu acho que vou dividir três três momentos aqui três  
1685 esclarecimentos, primeiro a Roberta traz uma questão importante na época em dois mil e  
1686 quatro dois mil e cinco é a inauguração e implantação do SUAS e a dê? transferência  
1687 automática isso trouxe problema pros municípios a questão da devolução foi colocada  
1688 naquele momento de uma forma muito clara né então Belo Horizonte sofreu essa questão  
1689 em relação a execução do BPC 2004, 2005 e 2006 então isso foi foi determinado, noutra  
1690 questão importante de onde sai o recurso e de onde ele deve ser devolvido gente da  
1691 dotação que ele saia da dotação que ele devolve então se sair recurso do FEAS não há  
1692 possibilidade do estado tira de outra fonte pra fazer essa devolução, essa é uma questão  
1693 que esta colocada, é tem e uma questão que é importante que aí é que a Roberta ilumina  
1694 que é a gente tem que começar a discutir aí agora pra dentro do conselho falando também  
1695 quanto conselho o limite de atuação do controle social e o poder da gestão porque nós  
1696 conselheiros também queremos uma gestão célere agente cobra da gestão que seja célere  
1697 então qual é a nossa parte em relação ao limite da atuação do gestor a questão da  
1698 devolução é discricionário obrigatório --unicamente-----da- aprovação do conselho o  
1699 estado teria que fazer naquela data a devolução sob pena de ser punido isso está  
1700 colocado-----isso é uma uma e a questão da da informação no meu entendimento foi  
1701 prestado pelo estado como informa ao conselho a devolução de recursos por força de lei  
1702 né? então isso também ta explicitado e em qualquer período, João Ademar tocou numa  
1703 questão que a devolução refere a períodos pra traz passados, é, em qualquer momento  
1704 que a união ou o a fonte repassadora vai determinar aferi-lo algum problema em relação a  
1705 prestação de contas se fosse em dois mil e quinze teria que devolver então é naquele



1706 momento depois de sete , oito anos corrigido as vezes que tem que devolver o recurso mas  
1707 eu acho que o mais importante dessa fala aí eu concordo com, Anália, ela traz algumas  
1708 questões importantes eu acho que nós temos que discutir aqui algumas formas em relação  
1709 a potencia da execução dos municípios num ano eleitoral um ano que vai ser complicado a  
1710 gestão conselho auxiliar –como é que os--municípios vão se organizar para executar o  
1711 recurso uma vez que houve esse atrazo na execução né em função de uma questão que  
1712 no meu ponto de vista está muito claro ai a atuação do estado em relação a devolução eu  
1713 acho eu não vejo nenhum problema nesse item não **Gilvânia** : queria colocar pros colegas  
1714 aqui do conselho então em parte já fui contemplada pela fala da Roberta na outra parte  
1715 pela fala da Ana Maria, Ana Paula desculpa, é, que o conselho enquanto controle social  
1716 nosso papel é acompanhar a gestão não a ponto de engessar essas operações que são  
1717 do dia a dia e que a gente se vê obrigada muitas vezes a fazer inclusive contra nossos  
1718 próprios princípios e , e desejo mas a gente é obrigada a fazer na operação do do da  
1719 execução orçamentária do dia a dia e colocar também em relação ao ponto “B” ou “C”  
1720 agora não tou conseguindo lembrar ali que é a baixa execução do piso no primeiro  
1721 trimestre, primeiro lembrar que a baixa execução orçamentária ela é uma situação é ah!  
1722 Sim desculpa ta achei que poderia colocar todas as considerações de uma vez, então seria  
1723 isso ta, eu quero chamar a atenção pro nosso papel enquanto controle da prestação do  
1724 serviço como um todo e esclarecer que ontem, não realmente não havia nenhum  
1725 representante do estado nessa comissão que rediscutiu a prestação de contas do primeiro  
1726 trimestre, primeiro porque nós consideramos que a discussão já havia sido feita na reunião  
1727 da comissão de trinta e um de maio e realmente a nossa diretora não foi pra participar no  
1728 dia de ontem e outra questão é que eu estava lá no conselho participando de outra  
1729 comissão, estive na sala da comissão de orçamento e poderia ter sido acionada pra  
1730 esclarecer, mas não fui,ok **Marcelo**: bom eu tou inscrito também, aí parece que  
1731 encerrou,eu ah! Desculpa Ami, desculpa Ami seu nome está aqui. é você primeiro  
1732 **Ami**:como eu sou novo no conselho eu tenho de perguntar né porque né né primeira coisa  
1733 , qual a função do conselho em relação a prestação de contas?Aprovar ou não, é tranquilo  
1734 pra todo mundo isso?então , então é lícito fazer questionamento sobre a prestação de  
1735 contas e dar parecer, então é essa a função do conselho.e a segunda pergunta é o  
1736 seguinte em que situações o FEAS pode devolver recursos?isso está escrito no estatuto do  
1737 FEAS? Nós temos que verificar isso as vezes essa devolução não está contemplada no  
1738 estatuto do FEAS. Regimento ou lei ou estatuto. **Marcelo**: ok não sei , vai ter a resposta  
1739 pra ele presidente?**Geraldo**: literalmente, legalmente constituído não fala, porém a  
1740 normativa como um todo diz, que se você tem o gasto, já foi dito isso aqui né Roberta fez  
1741 com muito detalhamento, exatamente você tem uma rubrica pra gastar com aquela  
1742 situação dinheiro saiu, e houve um equivoco? , independente do motivo a gente sabe que é  
1743 insignificante discutimos até isso ontem na na comissão né, mas é assim, é um critério  
1744 burocrático que acontece desde a união e mais pra mim lá até,né? porque fica uma  
1745 situação cinco anos depois gera toda uma burocracia e pior o juros acontece a multa  
1746 acontece nós somos obrigados a pagar mas não é punido então o recurso tem que sair de  
1747 onde ele realmente estava alocado não dá pra sair fora sob pena de infringir a própria  
1748 normativa que rege todo o sistema então não é literalmente uma lei que fala isso  
1749 especificamente mas a é a normativa como um todo.**Ami**: é que como contador qualquer  
1750 operação que se faça você tem que analisar analisar a essência a essência da operação, a  
1751 essência que tem que ser analisada **Roberta**: a essência foi no convênio ta Ami é no  
1752 convênio , tem cláusulas no convênio que fala se você não gastar você devolve **Ami**: a  
1753 essência da operação se a comissão que não sei diz houve irregularidade desses dez mil  
1754 eu no meu entender o recurso que hoje está depositado no fundo não é para atender essas  
1755 necessidades não é pra prover o serviço de assistência social se retira um dinheiro que não  
1756 tem nada a ver com a função do fundo pra mim como contador e analisando a essência  
1757 como auditor isso é irregular na minha opinião **Marcelo**: esclarecimento?**Geraldo**: eu  
1758 penso que se a gente for entrar nesse nível de detalhamento há controvérsia e aí nós  
1759 vamos para um campo jurídico pra poder debater isso mais tempo, esse não é o momento  
1760 mas depois nós podemos fazer essa discussão Ami, não quero abandonar não nós vamos



1761 fazer discussão depois ta?Cris você quer?Só, é uma questão concordo assim plenamente  
1762 com Anália e com a Ana Paula e outros conselheiros colocaram, que a questão central da  
1763 prestação de contas não é essa devolução, a questão central é o item 2 (dois) que é a não  
1764 execução dos recursos né nesse primeiro trimestre e aí a gente vai retomar mas assim só  
1765 pra esclarecer e João Ademar já fez alguns esclarecimentos então pra reforçar não está  
1766 em discussão a devolução ou não está em discussão o processo e um detalhe é ou Nívia,  
1767 é você disse na sua fala que nós teríamos recebido um ofício informando essa devolução,  
1768 esse ofício é até perguntei ali Beth, pedi que não, não foi encaminhado nenhum ofício  
1769 anterior a prestação foi encaminhado juntamente com a prestação de contas do primeiro  
1770 trimestre então não houve nós não recebemos nenhum ofício e aí registrar também que a  
1771 SEDESE foi informada da necessidade dessa devolução conforme o ofício do MDS é nos  
1772 dias 6 (seis) de fevereiro e 1º (primeiro) de março, então eu acho que teria tempo hábil  
1773 deste conselho ser comunicado da necessidade da devolução deste recurso sem querer  
1774 engessar sem querer questionar ou não, mas, a gente já discutiu isso na plenária de março  
1775 da necessidade da gente é aproximar mais do conselho aproximar mais das discussões do  
1776 conselho não é engessar, mas que o conselho seja é informado dessas questões e aí eu  
1777 estou fazendo menção gente a uma deliberação de conselho que foi na plenária do dia 1º  
1778 de março que está em ata este conselho decidiu dessa forma então se a gente vai retomar  
1779 a deliberação de março então aí é outra questão né mas é só pra ter essa clareza que está  
1780 sendo discutida obrigada.**Marcelo:**presidente, eu eu tava inscrito quero só fazer, não! Só  
1781 pra fazer uma fala da importância da participação dos conselheiros nas reuniões das  
1782 comissões só isso, independente do assunto e do ---que está sendo discutido lá.**Roberta:**  
1783 Presidente eu vou ser sincera eu não me senti contemplada porque assim e aí eu quero  
1784 falar olhando pra você Cristiane porque você que está sendo a relatora da comissão  
1785 porque o que gente está colocando aqui e que nós não concordamos porque primeiro, não  
1786 é voltar a deliberação que foi deliberado pela Pelo por este conselho naquela resolução  
1787 aqui está dito e escrito que o gestor descumpriu a deliberação e o que está sendo discutido  
1788 aqui é que nós não descumprimos a deliberação o que tá dito aqui não é que aproximar ou  
1789 não de gestão é outra discussão, Ana Paula foi muito feliz quando ela disse, existe um  
1790 poder discricionário da competência de A e de B e que eu acho que aqui está tudo  
1791 misturado nós estamos com este tempo todo quase quarenta minutos por causa dessa  
1792 mistura e dessa compreensão do que é o papel de um e de que é o papel do outro porque  
1793 a partir do momento que a comissão entende que essa devolução foi feita descumprindo  
1794 uma resolução e diz que a SEDESE descumpriu e você continua afirmando que nós  
1795 tínhamos tempo A ou B ou C pra mandar pra cá, é isso que nós estamos discordando nós  
1796 estamos dizendo o seguinte do que compete ao conselho é uma coisa e do que compete  
1797 ao órgão gestor é outra e que tendo em vista a questão convenial toda questão do sistema  
1798 e do fundo de tudo que foi colocado aqui pela experiência do gestor municipal lá pelo que a  
1799 ---- coloca nós tamos dizendo que não teve equivoco a não ser o equivoco da comissão  
1800 de entender esta questão errada é isso o que está sendo discutido aqui houve um  
1801 entendimento da comissão equivocado porque uma coisa é o papel do conselho e a outra  
1802 coisa se e como conselheira sim e como conselheira estou me manifestando estou me  
1803 manifestando estou argumentando em cima de questões legais legais, **Geraldo** : ok só um  
1804 minutinho só um minutinho aqui oh deixa eu fazer a seguinte colocação é difícil a pressão  
1805 que eu sofro aqui coordenando a mesa porque eu tenho problema de corum, tem problema  
1806 de data, gente que precisa sair mesmo sabendo que um mês antes que a plenária ia  
1807 acontecer, então isso forma na gente uma pressão de tempo e ai tem hora que a gente  
1808 perde a paciência tem hora que você se exalta sem necessidade não é?Nós vamos voltar a  
1809 esse ponto sim porque eu ainda quero fazer colocação a respeito do que está sendo feito  
1810 aqui, porque pode minorar tranquilamente essa relação não precisa ser dessa forma e  
1811 segundo, nós precisamos parar para almoçar porque vai ficar todo mundo sem almoçar,  
1812 desculpe mas nós vamos retornar com uma hora de prazo que a gente tem descer no nono  
1813 aqui almoçar e voltar.29:43 **4ª parte** . **Nívia** : dando pra mais de duzentos e vinte e dois  
1814 municípios para serem contemplados com esse recurso nós tivemos é um problema porque  
1815 nós tínhamos orçamento aprovado, previsto e aprovado pra seiscentos e vinte e aí nós

1816 tivemos que fazer toda uma alteração pra contemplar mais duzentos e vinte e dois sendo  
1817 que recursos para esses duzentos e vinte e dois estão atrelados ao fundo de erradicação  
1818 da miséria que também foi aprovado no final de dezembro na Assembléia Legislativa  
1819 inclusive ele foi regulamentado ontem né Roberta? O FEM ,hoje que ele foi regulamentado  
1820 né é é vamos dizer assim legalmente.Então é tratou-se de uma decisão política que a  
1821 gente entende que é a princípio é pra beneficiar mais municípios, né a Assembléia queria  
1822 que nós tivéssemos condições de universalizar em dois mil e treze o piso Mineiro pra  
1823 oitocentos e cinquenta e três municípios é não foi possível fazer esta emenda no  
1824 orçamento mas a assembléia fez conseguiu fazer esta articulação e essa manobra  
1825 estratégica que foi muito positiva foi muito bem recebida por nós de ampliar o numero de  
1826 municípios mas que impactou em toda essa alteração no nosso planejamento  
1827 orçamentário que a gente não contava com ele, aliado a este a esta situação né imprevista  
1828 nós tivemos a antecipação de seis parcelas do piso mineiro dos municípios que estavam já  
1829 previsto de serem contemplados em dois mil e treze por conta das chuvas da situação de  
1830 calamidade pública homologada pelo estado que o governador tomou a decisão né ,  
1831 também política e que é prerrogativa dele claro de antecipar seis parcelas no sentido de  
1832 ser um apoio financeiro aos municípios em situação de emergência para que ele pudessem  
1833 optar pela implantação de ações emergenciais pras famílias atingidas pelas chuvas, isso  
1834 tudo impactou numa alteração de todo o nosso planejamento e no atraso no repasse dos  
1835 recursos. O que eu quero concluir antes de passar pra Gilvânia e vê se ela tem mais quer  
1836 complementar com mais informação de que nós já estamos com os oitocentos e vinte e  
1837 dois municípios contemplados pelo piso com plano de serviços em andamento já  
1838 começamos fazer o pagamento dessas de todas essas parcelas atrasadas não só do piso  
1839 mas dos serviços que foram municipalizados também da proteção básica especial nós já  
1840 temos hoje os oitocentos e vinte e dois cadastrados com os planos de serviços cadastrados  
1841 no sistema já efetuamos o pagamento de cento e oitenta e oito municípios as parcelas  
1842 atrasadas é temos duzentos e oitenta em situação é muito próxima de pagamento porque  
1843 existe todo um tramite desse plano de serviço e até que ele seja concluído e passa para  
1844 algumas etapas inclusive da aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social de  
1845 modo que muito em breve daqui poucos dias assim que esses planos de serviços tiverem  
1846 todos já tramitado no sistema nós já iremos é atualizar né? É é sanar essa inadimplencia  
1847 repassando todas as atrasadas e passando daqui pra frente pra repasse mensal e  
1848 automático esperamos que não tenhamos nenhum outro imprevisto que possa atrasar até  
1849 porque o nosso orçamento já está todo previsto pra pra pra esse repasse inclusive do  
1850 fundo de erradicação da miséria que ele agora que vai começar a arrecadar esse recurso  
1851 mas, que a SEPLAG já nos garantiu que se for necessário ela faz até uma emenda no  
1852 nosso orçamento de modo que agente é que nem o FEM possa impactar né no no não  
1853 repasse de recurso na não liberação de recursos cota financeira pro repasse desse recurso  
1854 do piso Mineiro **Gilvânia:** então eu quer fazer três considerações com relação a essa letra  
1855 que eu tinha começado a falar aquela hora, primeiro, é o , nós fizemos no final do ano  
1856 passado um levantamento do saldo nas contas do piso Mineiro e tivemos a surpresa que  
1857 não é bem surpresa né tivemos a constatação do grande saldo de recurso nas contas dos  
1858 municípios, isso não nos autoriza a não fazer o repasse regular e automático mas nos  
1859 deixa com certa margem de tranqüilidade de sabermos que os municípios tem sim recursos  
1860 pra continuar tocando os serviços.Outra questão é com relação ao peenchimento do SIM  
1861 apesar dos municípios continuam colocando informações no sistema e através dessa  
1862 informação a gente consegue captar que os serviços continuam ser ofertado no município,  
1863 queria fazer também uma reflexão junto a esse conselho do papel do município e do papel  
1864 do estado na oferta de serviço socioassistenciais conforme ta definido em legislação  
1865 inclusive na nossa lei estadual é o piso é um piso, o piso Mineiro é um piso de co-  
1866 financiamento mas cabe a oferta a oferta de serviço cabe de forma compartilhada pelos  
1867 três níveis de gestão de governo tanto federal quanto estadual e quanto municipal  
1868 principalmente no nível municipal que são onde as pessoas residem então independente  
1869 do governo do estado co-financiar o município é obrigado a prestar serviço a sua  
1870 população em situação de vulnerabilidade, outra questão que eu acho que é mais

1871 importantante isso já foi colocado hoje por alguns conselheiros aqui eu gostaria de fazer  
1872 uma reflexão sobre isso é que o mais importante pra gente agora é pensar numa  
1873 estratégica pra correção dessa questão que infelizmente ocorreu nesse ano de dois mil e  
1874 doze. Não é , a execução orçamentária ela sempre é menor no primeiro trimestre de todos  
1875 os anos essa é uma característica da gestão pública por questões que achoque não vale a  
1876 pena detalhar, mas a gente ta pensando de qualquer forma numa estratégica de diminuir  
1877 essa baixa execução do primeiro trimestre, essa correção , ela passa por uma questão  
1878 mais estrutural que é alterar as fses do plano de serviço tal qual ta colocado hoje no  
1879 SIGCOM e agente vai fazer isso no decorrer deste ano de dois mil e doze estou tornando  
1880 isso aqui público e é um compromisso da SUBAS fazer isso pro próximo ano pra gente  
1881 evitar toda essa questão do primeiro trimestre e a gente é pretenda també rever eu já vou  
1882 inclusive fazer uma consulta sobre isso ao fundo nacional que foi uma possibilidade que a  
1883 gente viu a partir do seminário que eu e Claudinha participamos no final do mês passado  
1884 lá em Brasília da possibilidade do pagamento adiantado independente da finalização do  
1885 plano de serviço, são possibilidades, mas eu trago para conhecimento desse conselho só  
1886 no sentido de informa-los de que a SEDESE não está paralisada diante dessa questão e  
1887 que a gente vai gastar o restante do ano pra corrigir esse rumo do pagamento das parcelas  
1888 do piso mineiro e que nós mais do que ninguém se vocês forem lá na SUBAS agora vocês  
1889 vão encontrar todos os computadores aberto na pagina do SIGCOM e todo mundo  
1890 dependurado no telefone e falando com o município pior que quando vocês viram quando a  
1891 Nívia fez o relato a gente tem mais ou menos uma situa cção de cinqüenta por cento de  
1892 municípios pagos com cinqüenta por cento de município analisando ou preenchendo o  
1893 plano de serviços então assim ta todo mundo debruçado nesta questão pra que a gente  
1894 consiga vence-la o mais breve possível então queria deixar aqui essa reflexão e fazer  
1895 deixar claro esse nosso compromisso de corrigir esse rumo **Geraldo:**ta claro pra todo  
1896 mundo? **Conselheira Roberta?** **Roberta:**é, eu só queria complementar isso que a que a  
1897 Gilvânia ta colocando, e até muito em cima do item que ficou aqui pra deliberação são  
1898 posicionamentos estratégicos para que a gente consiga, né trabalhar numa regularidade  
1899 desse financiamento e aí eu queria só colocar assim só pra titulo de enriquecimento  
1900 mesmo pra gente buscar estrategicamente a posição certa do ponto de vista da gente  
1901 buscar uma referência nacional Gilvânia, eu acho que isso é eu diria que é tempo perdido  
1902 eu acho que a gente tem que buscar os caminhos aqui dentro do Estado porque o estado  
1903 como ente federativo ele tem autonomia pra regular as suas questões públicas desde que  
1904 não fira né as questões das leis que estão posta ,hoje nós temos uma lei estadual que fala  
1905 do regular é automático então isso é uma questão que eu acho que a gente precisa saber a  
1906 estrategicamente como é que a gente caminha pra isso do ponto de vista da gente pagar  
1907 sem o plano eu acho que é o caminho mais tortuoso que nós podemos perseguir porque as  
1908 pessoas e é isso, isso tou dizendo se o se o Geraldo bem lembra por exemplo a Ana Lígia  
1909 que foi secretária Nacional, Ana Lígia acabou cansou de pagar multa, ela era ordenadora  
1910 de despesa porque se você antecipa sem nenhum ato jurídico assinado pelas partes  
1911 federativas quem responsabiliza é o ordenador de despesa caso aquilo não esteja  
1912 efetivado, então eu acho que é um caminho tortuoso antecipar pagamento sem você ter um  
1913 ato pactuado qualquer que seja a coisa assinado entre os entes federados a minha  
1914 sugestão é que a gente antecipe todo processo operacional pra disponibilizar este plano  
1915 pros municípios sabendo nós de que nós estamos criando sistema de serviços que são  
1916 continuados pressupõe que o município não vai ficar inventando serviço todo ano né?  
1917 Então é a gente se organizar com antecedência e disponibilizar isso é tipo outubro você  
1918 antecipa toda essa pactuação de uma forma operacional né e as mudanças que tiverem e  
1919 as exceções a gente vai tratar como exceção agora essa de antecipar sem plano e aí eu  
1920 tou defendendo minha subsecretária amiga Nívia porque quem vai responder pelo  
1921 pagamento de multa que caso o tribunal de contas esteja lá e aquilo não estiver sido  
1922 efetivada é o ordenador de despesas aí é um preço muito alto que joga nas constas nossa  
1923 então é só uma sugestão para a gente buscar os caminhos e as estratégicas mais correta  
1924 pra gente poder resolver o problema sem criar outro problema porque aí se não a gente  
1925 busca estratégica errada e cria mais um problema. **Geraldo:** ok, nós ---é obvio que está

1926 muito claro aqui que o conselho não quer ver o ordenador numa situação ruim muito menos  
1927 porque pela própria operacionalização do fundo é a gente ta vendo que existe ainda um  
1928 amadorismo muito grande por parte dos municípios sem nenhum demérito né?, mas aqui  
1929 eu penso assim que nós temos como precisar hoje por exemplo quando é, nós já estamos  
1930 com o plano pronto é os repasses que não ocorreram no primeiro trimestre ocorrerão no  
1931 segundo dará tempo? Ou que acontecerão no terceiro?e quando ocorrer os primeiros ele  
1932 vai ocorrer os primeiro mês o segundo mês e o terceiro do primeiro trimestre ou se somara  
1933 aos quarto, o quinto e o sexto mês que é o segundo trimestre?.Então qual é o qual é o  
1934 planejamento que existe, qual é a intenção , qual é a a situação possível de acontecer  
1935 levando em consideração o caixa , a SEPLAG em consideração que é quando a gente não  
1936 fez o repasse que sabíamos que ia fazer estava previsto fazer não é?eu penso que a  
1937 gente guarda o dinheiro na botija pra na hora que autoriza,você chega e oh! Vou pagar  
1938 aquele lá pra trás e começo a pagar o outro, nós temos essa posição mais definida?quem  
1939 responde?Gilvânia. **Gilvânia:**Claudinha se eu falar alguma coisa que tá fora do  
1940 estabelecido você me completa,então, é no estado o orçamento não funciona bem assim,  
1941 né você tem um dinheiro você guarda ele no bolso na hora que for preciso você paga, aí a  
1942 gente depende de uma liberação né que vai por execução não é isso?mas o planejado e o  
1943 acordado entre a SEDESE e a SEPLAG é que a gente vai conseguir pagar ainda nesse  
1944 segundo trimestre os atrasados , as parcelas que ainda não foram pagas e o planej, você  
1945 quer colocar?e o cronograma é que até lá pra julho, julho agente já esteja com as parcelas  
1946 atualizadas.**Claudinha:** a verdade é, quando a gente ta trabalhando um plano a gente fica  
1947 junto aos municípios pedindo então na verdade como a gente já explicou um tanto de vez a  
1948 gente só paga o município se tiver o plano e conforme Roberta falou a gente não pode  
1949 fazer nada sem o instrumento legal de repasse, é a medida que o município vai é que a  
1950 gente vai conseguindo colocar os planos aqui dentro a gente vai fazendo e a SEPLAG  
1951 libera os recursos não existe essa de falar que não tem recurso, na medida que a gente vai  
1952 concluindo os planos, isso tem sim, a gente faz as reuniões todo mês pede cota então a  
1953 situação do piso de qualquer outro serviço nosso é acompanhado junto com a SEPLAG  
1954 assim é o que a gente tem é mesmo o trabalho de conseguir fazer com que todos os  
1955 municípios conclua o plano pra gente fazer o pagamento **Gilvânia:** respondeu?  
1956 Conselheiro Fernando:é acho que vale ressaltar né, como eu sou representante da  
1957 SEPLAG neste conselho que o problema que como todo dito o é plano de serviço do  
1958 município chegar aqui ,porque orçamentariamente o piso ta garantido sem por cento  
1959 garantido isso financeiramente tudo garantido pelo governador , doutora Renata então  
1960 assim que o plano de serviço estiver disponível pra pagamento assim que ele for chegando  
1961 ta chegando aos pouco né os municípios estão mandando é cada um no seu momento é o  
1962 recurso vai ser pago disponibilizado e tudo--- **Roberta:** é é presidente eu só queria fazer  
1963 uma sugestão ainda nessas questões estratégicas é preciso é como a gente sempre  
1964 contou com este colegiado pra nos apoiar nessas estratégias porque na verdade a gente  
1965 só perde esse orçamento no final do ano se a gente não consegue executar né?Então por  
1966 exemplo se você tem um orçamento aprovado de trinta milhões , gastou vinte e cinco, cinco  
1967 milhões você perdeu aí eu queria pedir é presidente que a gente também é evocasse daqui  
1968 desse do conselho estadual uma carta para os conselhos municipais no sentido de agilizar  
1969 porque grande parte desses desses planos também estão parados para validação dos  
1970 conselhos então é preciso que o exercício do controle social lá na ponta ele também  
1971 comesse a funcionar porque aqui quer dizer, nós tivemos esses problemas na medida que  
1972 solta o sistema e a gente percebe isso claramente inclusive no plano de ação do governo  
1973 federal, né que cê tem quando cê pega lá no sistema a situação dos planos você tem um  
1974 numero significativo que ainda está para os conselhos municipais validar e a gente sabe  
1975 como é o funcionamento dos conselhos municipais, então é preciso também que este  
1976 conselho estadual faça uma alguma coisa estrategicamente no sentido de mala  
1977 direta, entendeu ? pressionar um pouco os conselhos pra ficar atento a isso e poder  
1978 retornar porque tão logo retorne uma vez isso tudo garantido em termo de orçamento coisa  
1979 isso é efetivado e regularizado .**Anália:**Geraldo , só uma coisinha , eu não tou inscrita não  
1980 mas assim são tantas as dificuldades,que nós tivemos é ficamos muitos dias tentando

1981 entrar pra acessar o plano de serviços até que nós ligamos aqui a questão era do provedor  
1982 só podia ser pelo Explorer até isso entendeu. **Geraldo:**ok, é, o que eu consigo ,o que eu  
1983 consegui entender é o seguinte, existe algumas situações que a gente vê que, que que eu  
1984 penso que pode favore.. que favorece bastante, primeiro o comprometimento da SEPLAG  
1985 em assumir, olha,independente do fundo, não é? podemos garantir o dinheiro, é questão  
1986 de caixa não é isso?é o que até onde estou entendendo então é feito caixa ele vai bancar  
1987 até que se tenha o dinheiro, isso já dá um certo , um certo um certo é é como --- alívio pra  
1988 gente a segunda situação é que já existe então o comprometimento obvio que eu cobrei  
1989 aqui oh, a gente guarda na botija e muito mais sentido no interior a gente sabe como  
1990 funciona mas já existe também planejado um planejamento estratégico que já repassar o  
1991 valor já sabemos que são todos os meses anteriores que já estava planejado eu penso  
1992 que em sendo assim a gente tem ainda algum tempo para realização , pra aplicação do  
1993 dinheiro no segundo trimestre, ainda que pequeno mas tem a outra situação é que ao  
1994 apreciarmos o segundo trimestre na prestação de contas obvio que a gente vai ter retrato  
1995 do que ocorreu se for possível ressarcir aquele valor que os municípios não receberam e  
1996 penso mais, penso que aí eu quero chamar os representantes do COGEMAS aqui e de  
1997 nós enquanto conselheiros,viu principalmente aqueles que são dos municípios, nós  
1998 precisamos contar com a atuação do COGEMAS no que diz respeito a esse alerta para os  
1999 municípios, gestores viu,Anália? mas principalmente pra nós enquanto conselheiros os  
2000 representantes dos municípios com as URCMAS, porque as URCMAS é a união de  
2001 conselhos no sentido de fazer valer o controle social, e aí eu penso que se a gente  
2002 conseguiu empreitada dessa natureza nós vamos chamar atenção para outro quesito que é  
2003 o fato de os municípios estarem com dinheiro sobrando, pra mim ta sobrando e não  
2004 conseguiram aplicar nem conseguiram gastar independente qual seja o motivo, que a  
2005 gente, nenhum de nós sabe qual é, mas na realidade como é que você passa mais recurso  
2006 para um município que ainda não conseguiu realizar o anterior independente da rubrica ou  
2007 não, o fato é que isso também nós precisamos dar nossa parcela de contribuição quer seja  
2008 na qualificação , capacitação do do corpo muim que ta na gestão e o nome- do secretário  
2009 executivos dos conselhos, é é eu penso que ta muito claro a situação colocada eu penso  
2010 que é o planejamento estratégico de aporte de recurso ta colocado né?penso que as  
2011 estratégicas de fazer isso acontecer a nível de estado todo a conselheira Anália acabou de  
2012 colocar também essa dificuldade isso nos moldes que nós temos que fazer, assim sendo  
2013 penso que está esclarecido o segundo item e que nós já temos condições de votar a  
2014 aprovação ou não do do primeiro trimestre não é ? a não ser que ainda exista alguma  
2015 dúvida e nós continuamos ,perguntar até que a gente possa sanar todos os anseio e  
2016 angustias de cada um de nós. Conselheiro João Ademar,**João Ademar:**Só pra entender  
2017 porque na reunião de trinta e um de ontem na comissão foi dito que a questão era o  
2018 dificultador do repasse ou não repasse do primeiro trimestre deve se a questão do sistema  
2019 que foi alterado foi incluído mais municípios e tal, tal, só que agora se eu entendi correto  
2020 parece que uma boa parte não ocorreu porque os municípios não alimentaram, não  
2021 validaram no sistema, só pra entender porque não é de culpar ninguém nem mandar pro  
2022 inferno mas só que são focos diferentes, se o problema é sistema eu vou recuperar um  
2023 arquivo da semana passada onde nosso mundo moderno tudo é desculpa é o sistema, o  
2024 médico não me atende porque o sistema não funciona, Geraldo morreu ah! Foi o sistema  
2025 que em tempo não avisou que ele tinha que, quer dizer , só pra entender ou então se a  
2026 questão, desculpe você está na minha frente se a questão é uma parte da  
2027 operacionalização dos municípios segundo a Roberta colocou que muda um pouco, eu  
2028 acho que agente podia até diagnosticar exatamente que não é , não é invalidar nem  
2029 duvidar do que é dito mas acho que a gente sabe também que infelizmente ou felizmente  
2030 uma máquina grande e quanto mais grande seja privado ou público fica por conta do  
2031 sistema e ninguém responde eu acho que infelizmente ou felizmente eu ainda sou pelo  
2032 felizmente a questão do atendimento daquilo que a finalidade da política pública são os  
2033 usuários não pode a desculpa ser o sistema, muda se o sistema ou muda quem esta entre  
2034 a cadeira e o computador porque muitas vezes o problema está lá só pra eu poder  
2035 entender. **Gilvânia:**Ok, então, eu acredito que nós tivemos as duas questões , uma parte

2036 foi a dificuldade de operacionalização do sistema isso já foi colocado já foi explicado pela  
2037 subsecretária Nívia e a subsecretária Roberta e por outras falas aqui. Tem uma segunda  
2038 parte e que é a atual que é a situação que nós colocamos com relação aos planos que já  
2039 estão em andamento no sistema que são praticamente, cinquenta por cento de plano  
2040 pagos e cinquenta por cento de planos por pagar dependendo da resposta dos municípios  
2041 ta? porque eu dependo que o município, 182 não , não é , eu tô dizendo , não é , eu só  
2042 peguei os dois dados dos oitocentos e vinte e dois que estão no sistema que mais  
2043 chamam atenção os outros estão em outros estados do plano de serviços vão distribuir  
2044 nos outros estados uma questão foi de ajustamento do sistema antes de colocar no ar  
2045 partir do momento que nós colocamos no ar esta dificuldade de também de preenchimento  
2046 dos municípios .ok? É e queria colocar também , esclarecer que aquela questão que eu  
2047 coloquei da possibilidade de que nós ouvimos lá em Brasília e trouxemos para estudo  
2048 sobre a possibilidade do pagamento (do plano), do serviço sem o plano de serviço é uma  
2049 possibilidade, nós não estamos fazendo isso não, é não é sem o plano é com um sem  
2050 finalização do plano é , mas isso não vem ao caso agora eu só queria esclarecer que a  
2051 gente não está indo por esse caminho de fazer nada do ponto de vista não legal. **Geraldo**  
2052 ok conselheira **Anália**: É o questionamento do João Ademar é muito pertinente porque  
2053 realmente ficou parecendo nas falas , inclusive na minha que a culpa é o sistema e nós  
2054 precisamos propor correções né , então, na ultima reunião da CIB nossa grande questão e  
2055 incomodo era que os planos de serviços ainda não estavam aberto para que os municípios  
2056 acessassem ou seja , o estado demorou a colocar os plano de serviço para que os  
2057 municípios preenchessem a outra questão foi que o estado conseguiu pagar os municípios  
2058 em situação de estado de emergência, ou calamidade, o meu município era um dos que  
2059 estava em estado de emergência e nós contestamos esta posição de porque receber  
2060 adiantado sendo que nós temos serviço continuado nós temos que colocar na defesa civil  
2061 são outros recursos , eu discuti com o prefeito nós não aceitamos, então o estado  
2062 conseguiu pagar para aqueles municípios que estavam no estado de emergência então ele  
2063 teve uma forma uma formula uma forma de fazer este pagamento certo? que não foi  
2064 através do sistema né porque preencheu manualmente então o estado preencheu o plano  
2065 aqui pro município, mas, o que chegou pra preencher era manual, né então, deixar claro  
2066 estas questões pra gente realmente fazer estas correções como a Roberta propôs é super  
2067 pertinente que é a disponibilização dos planos de serviços né, no sistema para que os  
2068 municípios preencha com antecedência, é isso que a gente precisa corrigir  
2069 . **Conselheiro: Geraldo** : Júlio, **Júlio**: Só saber quando é que foi liberado pra ser preenchido  
2070 o plano no sistema **Gilvânia**: o sistema foi disponibilizado em abril na última semana de  
2071 abril, final de abril. **Geraldo** : Mais alguém? por favor claudinha, **Cláudia**: a questão do plano  
2072 de serviços, município de situação de emergência ter conseguido preencher o plano e  
2073 outros não , que na última reunião que a gente teve eu até expliquei, mas, é não tava todo  
2074 mundo, então eu vou repetir, é o que aconteceu foi o seguinte: como a gente não , como o  
2075 município não tinha acesso a colocar o serviço dentro do SIGCOM, prazo e a gente  
2076 precisava isso também alterar isso dentro do sistema a gente encaminhou para os  
2077 municípios em situação de emergência uma planilha, a gente entendeu que se a gente  
2078 fosse fazer isso com oitocentos e vinte e dois municípios ia ficar completamente inviável  
2079 porque a gente ia ter que mandar a planilha pro município, o município mandar a planilha  
2080 pra gente pra que a gente inscresse no sistema, na verdade o repasse dos municípios de  
2081 emergência, foi feito fora do SIGCOM e não foi feito sem plano de trabalho o que  
2082 aconteceu é que as planilhas que vieram nós colocamos no sistema e acertamos o sistema  
2083 pra atender os demais município pra não, não gerar, porque ia gerar tumulto, mandando  
2084 planilha , município ligando e vai planilha e volta planilha, nós chegamos a fazer isso num  
2085 exercício mas a gente tinha duzentos e quatorze municípios a gente entendeu que fazer  
2086 isso com oitocentos e vinte e dois, não , não a gente não ia conseguir ia piorar então esse  
2087 prazo que a gente ganhou, que a gente ta perdendo no repasse a gente entendeu que a ia  
2088 ganhar no município tendo lá possibilidade dele mesmo selecionar o serviço que ele ia  
2089 oferta ao município, mas não foi sem plano não foi sem cadastro não foi sem a aprovação  
2090 do SIAF. O mesmo procedimento pro de agora foi feito com os municípios

2091 emergenciais.**Geraldo:** eu penso que ta ta claro e mais ainda eu acho que se existe o  
2092 esse comprometimento dessa estratégica de repasse dos meses atrasados do primeiro  
2093 trimestre, não é? A gente tem uma situação de , a comissão propõe a não aprovação já  
2094 deu seu motivos dela já discutimos com essa com essa justificativa que vem agora a  
2095 comissão é não só a comissão mas aí ela socializa os membros da comissão tão aqui pra  
2096 socializar com o restante da plenária, não é? De que existe um comprometimento existe  
2097 um planejamento estratégico de aporte pra recupera inclusive o primeiro trimestre e nós  
2098 teremos o segundo trimestre para apreciação obvio que num tempo curto que já esta  
2099 terminando a competência dele mas o que quer dizer que nós neste intervalo que temos,  
2100 vamos ta vigilantes estabelecendo esse controle muito de perto pra vê a coisa acontecer,  
2101 não é? Então isso é um passo que nada impede que concomitantemente a gente possa  
2102 trabalhar junto aos municípios no sentido de que eles estejam preparados pra fazer o  
2103 gasto do dinheiro não de forma irresponsável, mas conforme Claudinha, mesmo colocou  
2104 aqui agora eles tem tempo de pensar de que maneira que vai gastar, ta claro pra todo  
2105 mundo? Pois não conselheira Nivia, **Nívia:**Eu já disse na mesa diretora, mas eu queria  
2106 repetir aqui, eu acho que é importante a gente frisar que nós estamos trabalhando  
2107 concomitantemente desde janeiro com todos os municípios com capacitação sobre a  
2108 execução orçamentária dos recursos da assistência social fizemos já cinco capacitações  
2109 regionalizadas de janeiro até agora, fomos a cinco regiões com uma média de cinquenta a  
2110 sessenta municípios em cada capacitação, onde nós chamamos o gestor da assistência  
2111 social, o gestor da fazenda ou o contador e o controle social pra participar e fizemos  
2112 capacitação também tanto de forma conjunta como individual pros municípios que  
2113 receberam antecipação das seis parcelas mas enfatizando a implantação de serviços  
2114 emergenciais que são os benefícios eventuais emergenciais que estão previstos na  
2115 tipificação e que os municípios nos demandaram por não ter conhecimento né mais aprofun  
2116 dado de como que se implementa de que tipo de ações emergenciais podem ser  
2117 consideradas benefícios emergenciais da tipificação, então dizer pra vocês que além  
2118 desse esforço todo que a gente ta fazendo mutirão de de plantão de atendimento aos  
2119 municípios pra orientação do preenchimento do plano de serviço, a gente vem desde  
2120 janeiro também fazendo capacitação sobre gestão orçamentária, fizemos a nossa  
2121 penúltima aula Telepresencial sobre esse tema também de modo a a ampliar mais né essa  
2122 informação e estamos atendendo demanda pontual de município também nós já  
2123 atendemos, por exemplo o município de Nova Lima que nos demandou mesmo tendo  
2124 participado de uma capacitação regionalizada demandou uma outra capacitação só pra  
2125 equipe do município, nós atendemos aqui, então assim a gente ta trabalhando nos dois  
2126 sentidos gente nós temos num processo é de de em plena fase de implantação de  
2127 aprimoramento né de todo essa de todo esses avanços aí do SUAS a gente tem se  
2128 desdobrado, a nossa equipe está é totalmente empenhada e a gente está fazendo o melhor  
2129 possível e tendo que são os ônus né desses avanços dessas é é dessa, momento desse  
2130 momento de aperfeiçoamento da gestão do SUAS e que nós esperamos contar com a  
2131 compreensão de todos vocês né e dizer que a gente ta , não ta medindo esforços pra ta  
2132 melhorando a cada dia pra gente ta dando conta a cada dia de sanar todas essas, essas, é  
2133 é é eventuais situações que ocorrem né? mas que nós estamos dentro do que ta  
2134 planejado de capacitação do que tem sido demandado dos municípios no sentido de está  
2135 fazendo as duas coisas não só repassar recursos mas capacitar aos municípios pra  
2136 execução também porque nos preocupa muito também a nós a execução orçamentária dos  
2137 municípios.**Anália:** Eu gostaria só de registrar esse descontentamento do COGEMAS em  
2138 relação ao adiantamento das parcelas, porque nós tamos num período de transição  
2139 planetária né muitas catástrofes podem acontecer e a gente continua é com a certeza de  
2140 que adiantar parcelas de serviços continuados não é contribuição do estado pra resolver os  
2141 problemas dos municípios.**Geraldo:** perdão Anália, não é o que?**Anália:** não é solução  
2142 para resolver os problemas dos municípios, adiantar parcelas de serviços continuados eu  
2143 tou falando isso pelo sofrimento geral de defesa Civil da gente peencher nopred avadam  
2144 não sei o que trazer no estado mandar pra união sabe, é decreto é um cartão o governo  
2145 federal só pra todo mundo ficar sabendo o governo federal criou um cartão defesa civil

2146 onde a gente teve que criar um CNPJ próprio né ir pro banco abrir as contas não chegou  
2147 um centavo nem da união nem do estado apenas adiantamento das parcelas de recursos  
2148 continuado que é pra CRAS, vou tirar o dinheiro de CRAS? Tá certo? O conselho estadual  
2149 precisa saber disso. **Geraldo:** é veja bem a gente tem tem uma situação aqui que é bom eu  
2150 , eu ia colocar isso aqui Anália falando de uma outra forma e preferi não colocar agora mas  
2151 colocaria depois da votação só no sentido de ganhar tempo mas já que você colocou  
2152 queria dizer o seguinte que meu pensamento é que a antecipação do piso é uma mera  
2153 antecipação de piso, reconheço sem tirar nenhum mérito da SEPLAG, do governo do  
2154 estado quando ele faz isso pra curar alguma aflição que é de ordem natural o que não  
2155 quer dizer que realmente é solução, porque o piso não foi constituído nem crido pra esse  
2156 fim, não foi pra esse fim, então se a situação é de ordem de natureza eu penso que todos  
2157 nós devíamos estar fazendo essa compreensão com todos os nossos municípios eu sou um  
2158 municípe e é bom que a gente tenha muita clareza compreensão somente quando se trata  
2159 de colegiados , como COGEMAS como conselhos como Foruns de que toda arrecadação  
2160 da união sai de cada um de nós enquanto municípios então esse retorno ele tem que vir de  
2161 acordo com a demanda também dos municípios e não é isso que a gente vê, num  
2162 momento em que ocorre uma catástrofe por ordem da natureza a gente não vê socorro  
2163 acontecer nos mesmos moldes que acontece a arrecadação pra união e a gente não vê  
2164 repasse da união voltar pros municípios na mesma proporção de onde se tira o imposto  
2165 então isso fere de morte os entes federados então eu penso que é uma compreensão que  
2166 a gente tem que fazer, tem que lutar por isso nas nossas câmara que são nossos  
2167 legislativo e inclusive no estadual porque se não nós vamos continuar a favor da da de de  
2168 fortalecer sim a municipalização, é lá que acontece as coisas, eu não vejo nada acontecer  
2169 se quer no estado ou na união, porque o estado é uma mera junção dos municípios e a  
2170 união uma mera junção dos estados e distrito federal. Então se assim é, nos não podemos  
2171 ter essa compreensão de resolver, vai aliviar mas vai chegar o momento que o piso tem  
2172 que voltar a realizar aquele objetivo pra qual ele foi constituído e aí então vai ter aporte,  
2173 né? Mas enfim é uma compreensão que eu faço. Aí eu faço , fazer uma pergunta , deixar  
2174 bem claro aqui o seguinte: é, qual a implicação que nós teremos por exemplo, se a  
2175 aprovação desse primeiro trimestre ficar pra ser apreciada junto com o segundo? Posso  
2176 dizer o seguinte, porque essa colocação? porque eu quero ver esse planejamento  
2177 acontecer .Qual a implicação? Nós temos perda? eu pergunto Claudinha, Gilvânia ---?-- ---  
2178 pode dar a resposta? **Gilvânia:** é, se este conselho vai fazer esta reflexão, então eu quero  
2179 colocar mais um ponto, que é com relação a letra 'C' é, você ta me perguntado pelo, pela ,  
2180 pelo planejamento estratégico pra correção desse, da dos pagamento do Piso, nós  
2181 estamos hoje no dia quinze de junho, portanto ha quinze dias do vencimento do segundo  
2182 trimestre e este conselho tá colocando como condicionante ali o o o acerto das seis  
2183 primeiras parcelas, então eu gostaria de esclarecer que o nosso planejamento estratégico  
2184 para que não haja dúvida depois sobre isso é de pagamento das quatro primeiras parcelas  
2185 até junho pra todos os municípios, planejamento, em junho, em julho pagamento ,já da  
2186 quarta e quinta, não, quinta e sexta maio e junho e em julho nos estamos acertados, com  
2187 relação as parcelas do Piso Mineiro. Julho paga em ju, não, Julho paga em agosto porque  
2188 nosso pagamento de parcela do piso é do mês que acabou, então julho a partir da parcela  
2189 de julho nós estaremos pagando a competência correta, ta? é por causa do preenchimento  
2190 do SIM porque é até o vigésimo dia do mês subsequente aí a gente acerta em junho , em  
2191 julho. Porque aí eu acho que isso precisa de entrar na consideração daqui senão nós  
2192 estaríamos assumindo um compromisso **Geraldo:** não, o considerando que eu quis eu  
2193 levantei isso aqui tendo como paralelo aquela questão de de manhã o próprio secretário  
2194 assumiu pra setembro, pra outubro, uma situação que a gente claramente acho que foi  
2195 quase que um consenso que não daria tempo assim como vejo que estaremos no dia hoje  
2196 nós estamos há poucos dias, então é bom clarear isso aí porque como pra gente não ficar  
2197 né situação. Quem ?, alguém mais quer colocar? ok, então pois não, vamos lá, conselheiro  
2198 João Ademar, depois quem? pois não , **J. Ademar:** uma questão só de ordem lógica o  
2199 repasse do , o repasse antecipado das seis parcelas do piso para quem aceitou foi em  
2200 abril? Não, eu digo só pode ter sido em abril porque até março foi zero execução por aí já



2201 deduz , a calamidade foi em janeiro, ponto é porque eu sugiro junto com isso que você está  
2202 colocando Geraldo, só as vezes por causa, é eu me pauto por coisas lógicas 'A' é 'B' 'B'  
2203 com 'C'—sequencial?-- eu acho que não no meu modesto entender que não haverá  
2204 prejuízo se hoje não apreciarmos a prestação de contas do primeiro trimestre, eu acho não  
2205 obstante a discussão toda que a gente teve antes do almoço, mas eu acho que o ponto 'A'  
2206 que é relativo a devolução e tal eu acho que pelo que a gente já conversou podemos votar  
2207 porque aí liquida pelo menos um assunto né, mas não podemos deixar pendência com  
2208 pendência, minha sugestão é que o ponto 'A' mas se tiver de acordo seja apreciado e o  
2209 outro sim junto com. **Geraldo:** conselheira **Cristiane:** é, não, ainda não é só porque tem é  
2210 então a vantagem de você estar num espaço colegiado é pra você fazer exatamente  
2211 discussões, e como é rica quando essas discussões começam já ficam aparecendo  
2212 algumas questões que nas comissões não foram apresentadas inclusive, né? E aí, só pra  
2213 gente não perder, gente , um aspecto que apareceu aqui na fala tanto da Gilvânia quanto  
2214 da Roberta e da Nívia também que são estratégias de superação de interrupção de  
2215 repasse de recursos, né então, Roberta apresentou algumas questões , a Gilvânia falou  
2216 que a SEDESE está trabalhando em outras e tal só pra gente não perder isso Geraldo eu  
2217 queria fazer um, uma proposta de encaminhamento que é a seguinte: nós já tínhamos  
2218 solicitado à SEDESE que apresentasse essas propostas naquele ofício que tá descrito ali,  
2219 né? do dia primeiro de março, o ofício exatamente pedia isso, que a SEDESE apresentasse  
2220 exatamente porque no quatro no quarto trimestre, conselheiros, nós percebemos  
2221 interrupção de repasse de recursos para os municípios então isso não é uma, uma situação  
2222 que está acontecendo no primeiro, né desde os outros trimestre a gente tem observado  
2223 problemas que tem causado a interrupção de recursos, não estou aqui entrando no mérito  
2224 se o problema é do município ou se é da SEDESE, problemas né ?e esses problemas  
2225 precisam ser sanados, então que a gente é retomasse esse, essa questão desse  
2226 encaminhamento então que de fato a SEDESE apresentasse quais são as estratégicas pra  
2227 resolver essa questão do sistema que irão favorecer o repasse regular e automático isso  
2228 que vocês discutiram aqui e que ficou, a Roberta falou uma coisa a Gilvânia falou outra,  
2229 mas qual que é de fato a estratégia que a SEDESE vai tomar, então que na próxima  
2230 plenária a SEDESE apresente claramente quais são as estratégia né?de forma formal né e  
2231 tal e nós vamos alterar o sistema nisso se é possível alterar naquilo,e tal, pra que esse  
2232 repasse seja regular e automático então eu gostaria de colocar esse encaminhamento  
2233 antes da questão da aprovação porque acho que é uma questão é fora **Geraldo:**  
2234 conselheira **Nívia:** bom eu quero é deixar muito claro aqui que a partir dessa demanda que  
2235 nós recebemos do CEAS, né aqui da qual nós estávamos presentes nessa discussão, eu já  
2236 levei essa discussão é para o conhecimento do secretário, e secretário adjunto que se  
2237 dispuseram a estar junto conosco é estudando uma forma né de nós sanarmos essas,  
2238 esses problemas . essas dificuldades que não são intrínsecas da SEDESE, né elas são de  
2239 todo o governo, nós não temos um sistema isolado na SEDESE nós entramos dentro da  
2240 mesma lógica do mesmo sistema de todo o estado, então não é simples assim, gente, nós,  
2241 eu não tenho como dizer hoje pra vocês , nós já temos uma estratégia definida ta estamos  
2242 discutindo, o secretário e o doutor Juliano, já sentaram conosco diante do ofício que nós  
2243 recebemos do CEAS, já começamos a fazer essa discussão, é o doutor Juliano já começou  
2244 uma conversa com a SEPLAG nesse sentido de buscar orientações de buscar subsídios  
2245 para que a gente possa entender qual o caminho que nós vamos seguir pra conseguir  
2246 sanar, ta porque é desejo da secretaria que a gente resolva esse tipo de problema que  
2247 entra né, entra num bolo, não é um problema só da SEDESE, né?é porque nós fazemos  
2248 parte de um conjunto que é do estado todo, né nós não temos, nenhuma secretaria de  
2249 estado de assistência social, nos somos uma secretaria de desenvolvimento social, nós  
2250 temos três subsecretarias dentro dessa secretaria , pra mostrar pra vocês que não é  
2251 simples, não é fácil, mas que nós estamos empenhando esforços e tão logo a gente tenha  
2252 um caminho definido que agente possa formalizar para este conselho nós teremos o maior  
2253 prazer e o maior interesse em dizer olha gente encontramos um caminho, vamos agora  
2254 seguir esse caminho pra ver se a gente consegue uma certa independência pra que a  
2255 gente possa né por um sistema próprio pra que a gente possa ter uma , uma ferramenta

2256 própria pra gerir os recursos do FEAS, mas dizer pra vocês que não é uma tarefa  
2257 institucionalmente falando, simples, mas estamos discutindo sim e tão logo tenhamos uma  
2258 resposta um caminho nós vamos trazer e socializar com todos vocês. **Roberta:** é, eu só  
2259 queria é a título de contribuição, é a gente é tentar Nívia, e aí eu acho que assim é junto  
2260 pode estar construindo algumas possibilidade que eu acho que muito na linha que a  
2261 Cristiane colocou, existe um elenco de estratégias que a gente pode criar junto, né pra  
2262 resolver esse problema, por exemplo quando a gente detecta que o problema é do estado  
2263 e a isso eu falo: o problema é do sistema ?, quais, são as estratégias que eu vou resolver,  
2264 né? Porque essas possibilidades de autonomia por exemplo sistema próprio ferramenta  
2265 própria isso é inviável, porque o SIGCOM ta ligado ao sistema SIAF e que a gente não  
2266 consegue essas possibilidades, isso aí é como se agente criasse algumas possibilidades  
2267 que vão amarrando, que vão amarrando que a gente não consegue ver outras porque o  
2268 que ta posto no governo é que nós temos trabalhar com o SIGCOM e no SIGCOM você  
2269 tem uma janela para plano de serviço e que todas as ferramentas usadas para repasse tem  
2270 que ser via SIGCOM que é ligado ao SIAF isso aí é do governo inteiro então a  
2271 impossibilidade de separar o FEAS com uma ferramenta própria, isso aí é criar, é optar  
2272 por um caminho que não levaria a nada, mas tem algumas estratégias como por exemplo a  
2273 gente pode listar de imediato e a gente focar estatisticamente em que que nós estamos  
2274 tendo problema porque assim a mim me parece, a dificuldade de pensar em estratégia se  
2275 a gente não esta conseguindo ver qual que é o problema então eu preciso ver primeiro  
2276 como é o problema, de quem é o problema sem dizer culpa, um problema gente, eu tenho  
2277 um problema que, ele ta demorando a passar ponto, passar recurso, se percentual 'X' é  
2278 dos municípios, estratégia 'A', 'B' e 'C' se percentual 'Y' é no estado? É no sistema? Estratégia  
2279 'Z', 'D', e não sei mais o que, então a mim me parece que seja isso que nós teríamos que  
2280 está apresentando nessa plenária, pra gente resolver esse problema, porque não e fica  
2281 muito claro que nós não temos um problema, nos temos vários e encima de vários, várias  
2282 estratégias eu não posso optar por um só porque se eu penso que é um só obviamente  
2283 estrategicamente, eu vou pegar o caminho errado o meu problema vai continuar porque  
2284 nós vamos chegar no terceiro, no quarto e no quinto trimestre de repente com o mesmo  
2285 problema, é como se eu fizesse um diagnóstico errado e tô tomando um remédio errado e  
2286 os sintomas vai só piorando e eu vou chegar lá na frente quase que eu tô indo pro CTI  
2287 porque não consegui detectar qualquer problema então assim fica muito claro pra mim é  
2288 isso é a gente pensar focar, perceber aonde está o problema perceber as suas  
2289 possibilidades de intervenção e como são vários atores envolvidos no sistema que várias  
2290 estratégias que nós vamos atacar a cada um deles não existe um só não, é por isso que  
2291 eu fiz o clamor dos conselheiros estaduais e desse colegiado pra nos ajudar com o  
2292 conselho municipal. **Geraldo:** ok, é vencemos as inscrições eu queria fazer um comentário  
2293 antes de dar encaminhamento, é o seguinte: é as vezes doi aqui aos meus ouvidos ouvir  
2294 conselheiros dizer assim, este conselho, e se excluir, então nós temos que pensar que nós  
2295 somos o conselho embora aqui nós temos papeis diferentes não é? Então, o conselho, o  
2296 conselho, é quem? eu tô nele eu tô inserido neste contexto não é? Embora a gente saiba  
2297 da importante representação que trás os conselheiros principalmente os governamentais e  
2298 mais até prioritariamente aqueles que estão no nosso órgão gestor, então tirar essa  
2299 camisa de força daí, vamos tirar essa nossa divergência daí porque nós temos que pensar  
2300 enquanto conselho dar nossas explicações se vocês observaram bem, eu cheguei pela  
2301 manhã e fiz questão de cumprimentar Roberta como autoridade pública do estado e depois  
2302 eu cumprimento como conselheira, é diferente né? A Nívia é secretária nossa da  
2303 assistência social, mas aqui ela está como conselheira como vários outros porque eu falo  
2304 isso porque, como diz a nossa amiga e conterrânea Márcia Tibúrio né, grande filósofa ela  
2305 diz que " a prosperidade e o nosso status dá uma certa felicidade" mas a alegria de viver  
2306 está no compartilhamento, então nós temos que compartilhar sim, não temos aqui pra  
2307 denegri o estado e muito menos para estar contra o nosso órgão gestor, ao contrario, nós  
2308 estamos aqui pra somar, então precisa haver essa compreensão, pra que a gente possa  
2309 somar, não é? E aí juntos com toda certeza somos fortes, não é? E aí por que que eu estou  
2310 dizendo isso? porque as vezes tem informações é que chega aqui agora nesse momento

2311 não é? E fica parecendo que é informação nova, pra nos é nova , mas ela já existe no  
2312 contexto do conhecimento do gestor não é? Claudinha trouxe novidades, Gilvânia trouxe  
2313 novidades que a gente não sabia então são passos que as vezes, é deixa uma divergência  
2314 aumentar é ficar com a visão de lente de aumento sem necessidade, então por exemplo se  
2315 já se conhece o problema no ato um telefonema aquele problema um ali, eu acho que o  
2316 problema não é o valor alias depois eu posso fazer um discurso imenso contra aquilo  
2317 porque eu sou radicalmente contra não é, mas o a fonte mas ali mais ate porque existiu  
2318 uma recomendação de quando mexer no fundo falar conosco, com o conselho, mas falar  
2319 conosco não é falar com a sociedade Civil , é falar com o conselho, onde -?- está inserido  
2320 quer dizer, um telefonema poderia ter acontecido, aí não tinha essa divergência toda, a  
2321 outra situação é essa agora, então quer dizer, penso eu dentro da da da minha capacidade  
2322 de compreensão que ta muito claro a situação colocada aqui, são justificativas agora não  
2323 são meras explicações, são justificativas e um planejamento não é ?de acordo com a  
2324 recomendação que foi feita penso que está muito claro então, vamos pra apreciar nos  
2325 vamos acompanhar isso aqui de perto e aí a nós podemos até deixar aqui é de público uma  
2326 pergunta : - De que forma a sociedade Civil organizada aqui representada pelos vários  
2327 conselheiros podem somar, pode ajudar os conselheiros governamentais no sentido de  
2328 fazer acontecer o repasse dos recursos pros municípios e que forma o colegiado então no  
2329 todo pode fazer as coisas acontecer, eu aqui já clamei pela ajuda das URCMAS, através de  
2330 nós mesmos e pelo próprio COGEMAS, pronto, eu queria falar isso pra ninguém ficar um  
2331 pouco desabafado porque no início da manhã houveram , várias falas, fica parecendo que  
2332 este conselho é é “barriga verde” né?um linguajar do sul do país, né ta chegando agora  
2333 não é? Aqui não tem ninguém sem experiência, fica parecendo que a gente ta querendo  
2334 emperrar o gestor, nós também não queremos sabemos muito bem o nosso papel , e fica  
2335 parecendo que a gente não quer deixar o gestor andar, ao contrário, nós tamos pra somar,  
2336 então este tipo de fala, ele não contribui, contribuiria se fosse pra pessoas que estivesse  
2337 chegando agora na caminhada, então eu acho que a gente precisa refletir melhor e saber  
2338 até que ponto que é que nos vamos somar sem trazer pra uma plenária dessa alguns  
2339 desgastes desnecessários, desnecessários que eu diria porque a nossa compreensão já é  
2340 outra, nós superamos esses esses penso que essas colocações esses pensamentos.Vou  
2341 encaminhar se alguém tiver alguma posição de ordem muito bem, porque senão posso  
2342 encaminhar.**Anália:** Geraldo, eu quero só um esclarecimento de sua fala, o que que  
2343 significa quando você diz assim:quando mexer no fundo tem que falar com a gente, isso é  
2344 me soou estranho porque se o FEAS, o FMAS é forma de gestão de recursos transparente  
2345 aí essa fala ela me soou que é amarramento mesmo amarra sabe , eu queria que você me  
2346 esclarecesse por favor, “quando mexer no fundo tem que falar com a gente”**Geraldo:**ok,  
2347 veja bem a gente sabe a destinação, qual é o propósito do recurso que se acumulou no  
2348 fundo e qual é a destinação do mesmo, todos nós conhecemos isso, sabemos de que  
2349 maneira que o planejamento acontece desde via toda documentação do do do do circulo  
2350 orçamentário, desde o PPAG, até a lei de diretrizes , a lei de orçamento, aprovação e  
2351 execução não é?ocorre que as vezes a gente tem situações que ocorrem com recursos  
2352 com aplicação de recursos do Fundo e que é novidade pro conselho, pra comissão eu não  
2353 digo pra comissão do conselho, como eu repeti aqui agorinha mesmo e não do gestor,  
2354 qual é a dificuldade qual a razão de não ser socializados com os conselheiros uma vez que  
2355 de que o conselho é composto também pelos gestores que estão administrando isso?Não  
2356 é no sentido de engessar não é? Porque existia uma correspondência, Beth por favor  
2357 passe pra Anália pra mim, a correspondência lá de dezembro quando fomos apreciar o  
2358 quarto trimestre e que já dizia o seguinte , olha,” o conselho gostaria de receber informação  
2359 toda vez que se usar recursos do fundo” não é que a gente quer engessar não, pode  
2360 cumprir nós queremos é fazer o controle social não é? E aí como vê uma situação  
2361 independente do valor saiu um recurso do fundo po saiu daqui e o conselho não foi  
2362 comunicado, existia uma prévia solicitação ta lá no orçamento então não é engessar  
2363 né?Mas aí com a correspondência você vai ficar mais esclarecida e ----?--- essa  
2364 situação.ok, então ta pra apreciação , foi feito um adendo ali na deliberação no conselho é  
2365 entendemos já que por discussão é várias que o item 1( um) foi vencida, no item 2(dois)

2366 já foi acrescentado alguma situação que é o planejamento , que é a gestão deve  
2367 apresentar pra nós na próxima plenária, ta claro isso? ok, vamos, podemos ir a  
2368 votação(pergunta ao fundo fora do microfone)sim?Não, eu fiz uma pergunta antes que é a  
2369 seguinte : Qual é consequência né?Então não existe consequência, nós temos duas  
2370 situação : aprovamos , aprovemos agora o primeiro trimestre penso eu que não traz  
2371 prejuízo nenhum, mesmo porque já está muito discutido e colocado de que forma vai  
2372 acontecer a realização do segundo trimestre, mas, temos também a alternativa de deixar a  
2373 aprovação pro segundo e aí e aí bom então eu vou voltar a co a deixar, vou fazer uma  
2374 defesa de cada situação se deixamos pra depois ou não, quem quiser pode defender e a  
2375 gente toma a decisão.**Roberta:** eu quero fazer a defesa da aprovação aqui desse primeiro  
2376 trimestre se quero justificar em cima de experiência que nós já vivemos neste colegiado,  
2377 quanto mais você vai deixando passar o tempo para aprovar prestação de conta de meses  
2378 anteriores por mais que a gente exercita o nosso pensamento, ele ta sempre voltado pro  
2379 momento que a gente ta vivendo presente , nós já tivemos situações aqui neste conselho  
2380 que a gente tava com as prestações de contas atrasadas nós fizemos um esforço enorme  
2381 pra regularizar e uma das justificativas era exatamente esta porque quando chega por  
2382 exemplo em junho, julho nós vamos ter que ta com o pensamento sempre voltado para o  
2383 primeiro trimestre e os nossos pensamento acabam sendo envolvido em discussões no  
2384 tempo atual, isso é um sofrimento de informação porque as pessoas vão pra plenária no  
2385 debate na discussão, mas sempre com o pensamento na atualidade do que ta voltado, ta  
2386 vivendo na atualidade, e esquece que você ta ta resolvendo um problema de três do  
2387 primeiro trimestre do ano, então isso era um sofrimento pra nós sempre tinha que ta  
2388 voltando com mesmos explicações por causa disso, disso e disso entendeu? então assim  
2389 se nós esgotarmos esses entendimentos então quer dizer apresentando estratégias que  
2390 com certeza já vão tá sendo cumprida para avançar na regularização desse desse tempo  
2391 do do repasse o que que nós vamos ter no segundo trimestre que do ponto de vista da da  
2392 da da lei de fundo e que fala que eu tenho que prestar contas de três em três meses em  
2393 julho eu já teria que ta prestando do segundo trimestre, não é isso?então nós vamos ver o  
2394 salto que nós demos do ponto de vista de tá avançando nisso, porque assim aquilo que  
2395 porque isso não vai resolver o nosso problema, quer dizer deixar isso pra lá, não ele não  
2396 vai resolver em nada a nossa questão, é então assim a minha sugestão e, e palpando e  
2397 pedindo aos senhores pra pensar nos momentos que a gente vivia aqui quando nós  
2398 tavamos prestando conta por exemplo de outubro nós tamos prestando contas em março  
2399 os conselheiros já não lembravam de mais nada, é porque muita água se passa aí e  
2400 dependendo da dinâmica do conselho da das coisas que a gente tem que viver, de repente  
2401 você não consegue julho você vai pra agosto se vai pra setembro, ai chega em agosto  
2402 você ta discutindo coisa do primeiro trimestre gente , é um desgaste que a gente tem com a  
2403 memória pra voltar sempre a discussão do que nós estamos discutindo é lá do primeiro  
2404 trimestre não é agora porque o nosso a nossa cabeça ta no momento presente que a gente  
2405 ta vivendo, então a minha defesa é que a gente aprove dados esses esclarecimentos que a  
2406 gente aprove e a gente trabalhe as estratégias com ênfase pra que a gente passe a ter na  
2407 prestação de contas do segundo trimestre resultados mais positivos que nós tivemos  
2408 agora.**Geraldo:** alguém quer fazer a defesa ? ok, então ta claro, ta ta claro? Pois  
2409 não Cristiane, por favor. **Cristiane:**é , a fala da Roberta me chamou atenção pra uma  
2410 determinada situação, olha , olha o que nós estamos vivendo aqui, nós estamos falando  
2411 do primeiro trimestre, primeiro trimestre execução foi nula, zero né e é isso que nós  
2412 estamos discutindo, o que que a SEDESE traz, uma série de pontuações do que que vai  
2413 fazer do que está fazendo e no segundo trimestre, então a gente eu tô to aqui é até me  
2414 paltando que a gente não pode fazer uma análise da prestação de contas do primeiro  
2415 trimestre paltado em discussão do segundo trimestre o que a gente ta discutindo é o  
2416 primeiro trimestre e o primeiro trimestre apresenta essa situação né, não houve repasse  
2417 aos municípios, o que vai acontecer no segundo trimestre, nós vamos discutir, assim que a  
2418 a,a a SEDESE apresentar é só essa, esse esclarecimento gente porque é fica parecendo  
2419 que ah! Então agora a SEDESE explicou o que ela ta fazendo no segundo trimestre , nós  
2420 vamos aprovar o primeiro ,não é essa a lógica né? a lógica é o primeiro trimestre ta ponto

2421 tá colocado é isso aí, não houve repasse pros municípios até os esclarecimentos da  
2422 Gilvânia ela coloca que município ta co saldo mas não é essa questão né?você mesma  
2423 apontou a questão é o nosso papel de contole social de saber se o recurso está sendo  
2424 repassado ou não ta pontado já pro segundo trimestre é essa análise cada vez mais  
2425 rigorosa da questão do repasse né de que a gente ta falando, isso a gente vai fazer, isso  
2426 gente, não é de agora no quarto trimestre nós já informamos isso pra secretaria, olha o  
2427 repasse regular é mensal, quais são as estratégias?então considerando até que a gente já  
2428 colocou o encaminhamento que a SEDESE então apresente as estratégias tranqüilo mas  
2429 só fazendo esse alerta de que a gente ta discutindo o primeiro trimestre.**Geraldo:**Ok, ta  
2430 colocado,penso que está devidamente esclarecido eu disse antes, disse que ia abrir para  
2431 uma pessoa fazer a defesa e a outra contraria, as duas colocações foram feitas todas duas  
2432 muito pertinentes , todas duas muito pertinentes, eu penso que agora é, é nós precisamos  
2433 de ter a nobreza de votar com consciência, nós somos um órgão gestor um colegiado  
2434 estadual, é cujo reflexo também vai pro Brasil inteiro, sabe disso né? e uma vez colocado  
2435 nós não tivemos mera explicação tivemos justificativa nos temos um planejamento a  
2436 executar e o primeiro não se mexe mais então penso eu no meu modo de pensar que, não  
2437 há porque é, é voltar lá no primeiro, nós vamos ver o que vai acontecer pro segundo cujo  
2438 tempo ainda existe, ta claro?podemos ir a votação?Pronto, Então aqueles que forem  
2439 favoráveis pela aprovação do primeiro com essas várias recomendações e as outras  
2440 observações que foram feitas por favor queiram levantar os crachás, ok, votos,  
2441 contrários?ok,abstenção?ok,1(uma) abstenção e 3 (três) contrários. Tá aprovado o  
2442 primeiro trimestre, é o segundo trimestre nós vamos fazer a apreciação, espero que as  
2443 recomendações, todo o, o as colocações que foram feitas aqui sejam observadas  
2444 rigorosamente para o resto da realização dos dias que faltam do segundo trimestre pra que  
2445 a gente possa ter uma aprovação mais de perto e mais ainda, quero recomendar que todo  
2446 e qualquer ponto de possibilidade de não cumprimento, possibilidade de não realização  
2447 daquilo que está planejado, por favor, que a gente possa trabalhar concomitantemente,  
2448 juntos, pra que agente possa somar e não ter surpresas desagradáveis quando de  
2449 apreciação de aprovação da prestação de contas, ok obrigado conselheiros, vamos  
2450 avançar na nossa pauta,passamos ao próximo item, é que a letra “E”, eu quero me permitir  
2451 aqui fazer um uma, uma inclusão nesse momento já decidi, pra facilitar antes de a letra ‘E’,  
2452 que a plenária nossa descentralizada que está prevista pra julho, na cidade de Guanhães,  
2453 Guanhães não é? E aí a colocação é a seguinte, nós fizemos uma discussão, mas,  
2454 paralelas não conseguimos fazer -ao- todo e a gente queria ver o seguinte, levando em  
2455 consideração que o mês de julho , é um mês de férias que o mês de julho alguns já  
2456 manifestaram que não vai poder estar presente e considerando ainda que também se  
2457 adiar, nós vamos estar em plena efervescência do, do processo eleitoral e do orçamento,  
2458 não é? Então eu quero que a gente tenha bastante essa consciência e terceiro se a gente  
2459 adia quase que certamente nós vamos perder a possibilidade de fazer as quatro plenária  
2460 Descentralizadas, que foi pensada e planejada certamente nós faremos só três, então  
2461 ainda assim precisamos submeter a essa plenária,é precisamos fazer, alguém quer fazer  
2462 alguma colocação ou não se realiza a plenária como estava planejada que seria julho em  
2463 Guanhães ou não?Alguém quer fazer alguma manifestação antes da gente ir para  
2464 votação? ou pra ouvir(fala ao fundo) não, a não a alternativa é adiar ao invés de fazer no  
2465 mês sete (conversa ao fundo **Roberta:** a descentralizada né?)**Geraldo:**a Descentralizada  
2466 está prevista pra Guanhães, dezoito e vinte do mês sete, não é a alternativa, o que foi  
2467 pensado foi adiar essa plenária pra agosto levando em consideração que julho é um mês  
2468 um tanto quanto atípico, conselheira Roberta está inscrita...**Roberta:** é, então só pra  
2469 entender, o que nós tamos discutindo aqui é que não ter a descentralizada, a normal vai  
2470 acontecer, é, a minha sugestão é, presidente , é que a gente pensasse realmente é se  
2471 vale a pena o prejuízo que a gente pode ter, aqui eu quero defender do ponto de vista de  
2472 toda bancada governamental, que são as secretarias estaduais, nós temos que trabalhar  
2473 todo processo de repasse de recurso nosso até sete de julho, então a equipe vai estar  
2474 concentrada afinco , entendeu? Com todo um processo até sete de julho se eles não  
2475 resolverem ampliar esse, esse prazo aí, então me parece ser mais justo do ponto de vista

2476 até operacional nosso dentro da SEDESE pra gente trabalhar essa organização, pra dar  
2477 condição da da plenária descentralizada porque tanto o setor de convênio quanto o setor  
2478 de compras estão totalmente abarrotado agora nesse sentido, setor de pagamento por  
2479 exemplo, pra gente criar uma estrutura de pagamento, pagamento de diária, criar uma  
2480 estrutura pra ta liberando eu acho que esse momento seria extremamente complicado e  
2481 poderia consumir do ponto de vista da SUBAS é uma mão de obra da SUBAS que estaria  
2482 voltado né e dado a essa questão toda que nós tamos vendo que a gente acabou de  
2483 discutir é que nós vamos ter é que nos debruçar junto com a SUBAS pra ajudar toda essa  
2484 operalização pra gente ta tranqüilizando pra gente manter o repasse mais em dia que eu  
2485 acho que pode nos comprometer e assim e também com uma certeza quer dizer se a partir  
2486 de agosto nós temos três descentralizada a gente pode apertar , fazer dois meses seguidos  
2487 pra não deixar de cumprir o planejamento, mas eu acho que julho se esse conselho puder  
2488 ter clemências com os conselheiros governamentais a gente ficaria muito feliz  
2489 presidente. **Geraldo:**tem uma inscrição só que é da Fátima e depois dela nós vamos pra  
2490 decisão, Fátima. **Fátima:**eu gostaria de saber se o município já está fazendo alguma  
2491 articulação com relação a essa data, já teve algum encaminhamento já fez alguma  
2492 proposta, por isso que eu to perguntando se adia ou se já fez alguma coisa. **Geraldo:** ainda  
2493 não, então é possível a gente adiar,ok/ **Fátima:**Tá, só isso, obrigada.**Geraldo:**pronto, ok,  
2494 **Marcelo:** eu também quero concordar com com a Roberta considerando todas as  
2495 dificuldades que a gente vai ter nesse mês de julho, até mesmo é a gente já fazendo aqui  
2496 uma conversa com alguns conselheiros na sua maioria estarão de férias também, e  
2497 conseqüentemente não poderiam participar né?então eu, eu, eu gostaria de sugerir pra que  
2498 também a gente não perca o planejamento como a própria conselheira Roberta disse, é de  
2499 fazermos em agosto que a plenária mesmo de agosto e´ dia dezesseis e dezeseite que  
2500 fizéssemos essa plenária nos 16 e 17 descentralizada a plenária de setembro também que  
2501 estava marcada no planejamento como descentralizada e a de novembro que seria a  
2502 quarta descentralizada então faríamos é em agosto, setembro e novembro.**Nívia:** e a de  
2503 julho ocorreria aqui na data que já ta prevista normalmente.**Geraldo:**alguma colocação  
2504 contrária a isso? não?ok? então a gente atende a reivindicação de Roberta bem colocado  
2505 Roberta nós faremos em julho realizaremos em agosto e no modelo que o Marcelo. Eu  
2506 gostaria que a Consolação , Consolação cê pode cê tem registro ai dos,dos, das regionais  
2507 que nós vamos realizar?sabemos que a primeira é Guanhães, as próxima quer falar?por  
2508 favor (**conversas** ao fundo **Marcelo:** Guanhães , depois Montes Claros) **Consolação:**é,  
2509 não , é Guanhães, Caldas, e por ultimo voltaria o que a gente tinha é adiado né?que seria a  
2510 primeira, que é Conceição do Mato Dentro que seria a ultima em novembro. (conversa ao  
2511 fundo **Marcelo:** mas parece que Caldas não tinha ----Conceição que não tem)**Geraldo:**ta  
2512 claro? Ok?, passamos a régua, próximo ponto é o “E” apresentação dos trabalhos das  
2513 comissões temáticas e a gente começa então com a comissão de política (fala ao fundo)Tá  
2514 vencida?Tá, ok , só lembrado a comissão de orçamento ta vencida nós temos agora a  
2515 apresentação da comissão de política e eu passo então para o coordenador, Conselheiro  
2516 **Volney:**É, bom, numero 1(um) e-mail do Secretario Municipal de Trabalho e  
2517 Desenvolvimento Social de São Gonçalo do Rio Abaixo, um minutinho só por favor gente.  
2518 O secretário informa que solicitou a relação dos beneficiários do BPC do município pois  
2519 não é opção para baixar via SUASWeb, no zero oitocentos, o atendente informou que o  
2520 sistema estava com problemas e sugeriu o envio de e-mail, enviado o e-mail foi respondido  
2521 afirmando que a relação só poderia ser retirada via SUASWeb., o encaminhamento:  
2522 solicitar informação por e-mail ao gestor do município citado para que saibamos se ele já  
2523 teve acesso às informações desejadas;Encaminhar correspondência ao MDS registrando o  
2524 recebimento da correspondência do gestor solicitando informações a cerca de outra  
2525 possibilidades das informações desejadas; caso aja falhas no sistema SUASWeb  
2526 acrescidas de solicitação para que o gestor seja atendido; caso não tenha solucionado o  
2527 problema, nesse caso também, informar ao gestor. numero 2(dois) Ofício  
2528 SUBAS/SEDESE/Nº185/12, em resposta ao ofício CEAS/Nº 053/12, informando sobre o  
2529 programa “UAE que é um programa de unidade de assistência especial.Encaminhamento:  
2530 encaminhar ofício a SUBAS solicitando informa-nos caso haja novas definições a cerca do

2531 UAE e necessariamente ofício ao CEAS findando o prazo de doze meses conforme citado  
2532 no ofício SUBAS/SA/Nº185/12.Terceiro, e-mail de Ipaba, ver com a comissão de Apoio,  
2533 solicitar informações ao Conselho Municipal de Assistência Social das medidas já  
2534 adotadas,; informar ao denunciante por e-mail as providencias que o CEAS tomou e  
2535 encaminhar a comissão de Apoio para orientar e acompanhar as ações daquele Conselho  
2536 Municipal de Assistência Social em ações preventivas. Numero 4(quatro) expansão de  
2537 serviços de proteção especial para pessoas com deficiência; resolução do conselho  
2538 Nacional de Assistência Social, nº 11/2012, aceite do estado e aprovação do CEAS, com  
2539 comissão de orçamento.Encaminhamento:conforme apresentação pela SEDESE, os  
2540 municípios que receberão expansão de serviços concordaram que o co-financiamento do  
2541 estado se dê por meio do Piso Mineiro de Assistência Social para garantir a expansão que  
2542 vem ao encontro da necessidade de atendimento às pessoas com deficiência. A comissão  
2543 manifesta se favorável ao aceite da SEDESE. Oi?**Nívea**: pode continuar Volney, eu não  
2544 chingo a Roberta, ta servindo aqui que causou alvoroço.**Volney**: nº 5(cinco)**Fátima**: ô  
2545 Volney!**Volney**: nº 5(cinco)**Fátima**:,ô companheiro! Eu quero fazer uma colocação **Nivia**:  
2546 Fátima você quer se inscrever? **Nivia**:Eu vou fazer as inscrições, aí ao término a gente dá  
2547 oportunidade. **Volney**: nº5( cinco) participação da conselheira Cristiane Nazaret da Silva,  
2548 no 2º Seminário “Políticas Públicas Para População em Situação de Rua”, Conforme  
2549 relatório de atividades enviado pela conselheira, foi apontado pela mesma a necessidade  
2550 do CEAS pautar no processo de discussão do orçamento do estado sobre a inclusão que  
2551 efetive em políticas publicas para atendimento a essa população, além de prever a  
2552 cooperação técnica com os municípios para superação do preconceito, discriminação e  
2553 desinformação sobre esse fenômeno social que gera implementação de ações  
2554 descontinuadas inadequadas, aponta ainda que o programa de atendimento a migrantes  
2555 que apontado como instrumento dentro da violação de direitos da população de rua pois os  
2556 municípios utilizam destes serviços para se livrarem das pessoas em situação de rua  
2557 financiando passagens até a próxima cidade .O CEAS como responsável pela fiscalização  
2558 dos serviços deve atuar para apurar esta situação e propor mudanças. Na avaliação da  
2559 conselheira a participação do CEAS deveria estar prevista não só para a mesa de abertura,  
2560 uma vez que na programação constava a discussão e proposição de ações para prevenção  
2561 e inclusão social de pessoas em situação de rua como oficina especifica sobre a população  
2562 em situação de rua no âmbito da assistência social, no entanto o CEAS não foi informado  
2563 da programação tendo sido convidado somente para a mesa.A comissão foi informada pela  
2564 convidada senhora Maria do Carmo da SUBAS/SEDESE que um relatoria das cinco oficina  
2565 realizadas durante o seminário, oficina de saúde; Educação; Direitos Humanos;Assistência  
2566 Social; Trabalho e Renda, está sendo finalizado pelos organizadores do referido seminário,  
2567 a mesma informou também que no CD do Seminário alem do resultado da pesquisa  
2568 realizada ao instrumento de coleta de dados para sua realização e toda legislação  
2569 pertinente ao conteúdo. A comissão definiu pelo encaminhamento do conteúdo  
2570 disponibilizado pelo CD entregue no seminário aos conselheiros da comissão de política  
2571 bem como conteúdo contido no CD fornecido pelo Movimento Nacional de população de  
2572 Rua definiu que solicitara a SEDESE o conteúdo das discussões das oficinas realizadas  
2573 assim que todo material for reunido neste conselho, pautará novamente na comissão para  
2574 discussão, avaliando posteriormente a necessidade de participação de outras comissões  
2575 no processo de apropriação desse conteúdo para traçar as estratégias de atuação do  
2576 CEAS.Informe pra conhecimento: Para conhecimento , no dia onze de junho foi preenchido  
2577 o aceite do CEAS no sistema do MDS referente ao ‘Capacita SUAS’, então são esses os  
2578 informes, encaminhamento, me desculpe **Nivia** : tem mais alguma inscrição?Então nós  
2579 vamos passar para a conselheira Fátima que se inscreveu.**Fátima**: alô eu fiquei muito  
2580 preocupada com relação a expansão do serviço de proteção especial para pessoas com  
2581 deficiente na resolução CNAS do dia é, resolução 11 do dia 12 né ano, 11 de 2012 ,  
2582 porque se o municípios de é é é de grande, grande, porte e necessite ,é que tem muita  
2583 demanda e aí conversando com nossa amiga conselheira aqui na, na nossa reunião ontem  
2584 então perguntei pra ela se seria viável a gente articular com esses municípios né vê se tem  
2585 condição deles aceitar, fazer o aceite ela consultar o MDS vê que que a gente poderia fazer



2586 para que esses municípios fizesse parte desse conjunto de de esse conjunto de município  
2587 que já foram lançados po MDS, então eu pedi ela pra fazer esse favor de olhar e to  
2588 querendo saber da resposta dela aqui neste momento por fav ,faça favor.**Maria do Carmo** :  
2589 na verdade Fátima eu não sou conselheira não, faço parte da equipe da SUBAS, .. ta ..  
2590 Com relação a recusa né do aceite por parte dos 11 municípios no na que receberam  
2591 expansão pra acolhimento institucional em pessoas em residência, inclusivas os que  
2592 citados os que não aceitaram foram :Araguari, Contagem, Ibirité, Ipatinga , Juiz de Fora ,  
2593 são esses e eles é na verdade não tem como mais já passou a data, já passou prazo é e  
2594 eles já alguns igual Juiz de Fora já formalizou a negativa então o prazo já foi.Inclusive ,é  
2595 ,então é, não vai ter mais essa possibilidade de aceite não, é, **Nívia**:Eu queria  
2596 complementar a explicação da Maria do Carmo Maria do Carmo que é o seguinte é nós  
2597 discutimos também no dia trinta e um na comissão que ainda tava dentro do prazo ,né do  
2598 aceite tanto do estado, dos municípios, quanto do conselho, inclusive o conselho formalizou  
2599 um pedido de prorrogação porque o prazo já passou não , não daria tempo é de esperar  
2600 esta plenária, é na verdade foram 11(onze) municípios que foram ranqueados pelo MDS,  
2601 não é pra implantação de serviços ou pra reordenamento de serviço já existente de  
2602 atendimento a pessoas com deficiência é crianças e adolescentes então foram os  
2603 municípios que pressupostamente, já tinham esse serviço em execução, ontem inclusive  
2604 conversando com a gestora de Juiz de Fora ela disse que não sabe porque Juiz de Fora foi  
2605 escolhido porque ela não temesse serviço ela não teria condições de implantar esse  
2606 serviço em tão pouco tempo e ela teria que fazer um diagnóstico acho que ela não tinha  
2607 então cada município desse que a Maria do Carmo citou ali que não fizeram o aceite do co-  
2608 financiamento federal cada um tem a sua justificativa gente aí, é, ficou a cargo do município  
2609 o prazo também foi muito curto pra fazer esse aceite, nós pedimos prorrogação eles  
2610 prorrogaram por mais uma semana só nessa uma semana nos ficamos insistentemente  
2611 falando com os gestores municipais no sentido de tentar mobilizar-los pra fazer o aceite  
2612 apesar de que hoje o MDS ainda fazendo uma nova análise porque o prazo do aceite foi  
2613 pra apresentar um plano de ação, uma proposta. **5º Parte** - Treinamento de serviço já  
2614 existente. **Conselheira Fátima Bergamini**: eu pensei que fosse implantação, por isso que  
2615 eu pensei... (fora do microfone) **Vice-Presidente Nívia**: conselheira Roberta. **Conselheira**  
2616 **Roberta**: eu acho Fátima e aí eu acho que a gente precisa aprofundar bem do ponto de  
2617 vista técnico. Acho que a comissão de política precisa entender bem o quê que é isso,  
2618 porque o que tá acontecendo? E eu acho que por maturação do SUAS nos municípios.  
2619 Quando um município diz que não quer ele já interiormente fez a reflexão e diz: “eu quero  
2620 saber o que eles estão me ofertando e qual é a capacidade que eu tenho pra isso? Seja  
2621 pra reordenar, seja pra implantar”. E não é algo tão simples, né, a gente trabalhar. Falar  
2622 que tem que aceitar. Tem que aceitar. Tem que aceitar. Até porque quando você pega do  
2623 ponto de vista da complexidade do que é serviço de proteção especial, ele faz o aceite, ele  
2624 passa um piso, né, entendendo do co-financiamento. Aí, nós tivemos acesso à informação.  
2625 Eu to dizendo nós, porque eu não estou nessa discussão da CIT mais. Mais, por exemplo,  
2626 o que foi votado na CIT de que os estados teriam que dar 50% de co-financiamento. A meu  
2627 ver e do ponto de vista conceitual, isso é uma aberração, porque não é a CIT, nem é o  
2628 conselho que define o percentual para que um ente federado possa dar em qualquer  
2629 possibilidade de implantação e, principalmente, no meio do ano onde você trabalha com  
2630 orçamento do outro ano. Isso, inclusive, é inconstitucional. Eu dizer, por exemplo, a CIB  
2631 aqui dizer, por exemplo, que vai definir que o município tem que entrar com 40% e eu entro  
2632 com 60. Isso não existe. Então, a mim me parece, que essa resolução nós tivemos a  
2633 mesma experiência aqui quando foi trabalhar sentinela. Não sei se os senhores se  
2634 lembram, mais teve a mesma questão do sentinela, que a CIT deliberou que o estado tinha  
2635 que dar 50%. Isso é totalmente fora de qualquer discussão legal. Isso é uma questão. A  
2636 segunda questão, eu quero dizer o seguinte: quando os municípios e muitos municípios de  
2637 portes maiores estão entendendo o que é o serviço que está sendo proposto a implantar ou  
2638 reordenar não é coisa tão simples pra ele dizer: eu aceito. Eu aceito. Sem ter a perspectiva  
2639 de orçamento. Eu aceito. Sem saber se do ponto de vista legal o estado pode me dar 50%,  
2640 porque isso é claro que o nosso jurídico aqui e a auditoria; e qualquer perspectiva da



2641 Seplag não existe isso, porque eu não estou trabalhando com a relação de contrapartida.  
2642 Relação de contrapartida é outra discussão. Eu estou trabalhando de co-financiamento de  
2643 50%. Então, existe uma série de atropelos que tá nesse aceite aí, que, eu acho, que é  
2644 preciso sim. Tem a comissão de política debruçar sobre isso. Entender qual é o serviço.  
2645 Porque não é um serviço simples de ser ofertado. Né?! Porque você tem que ter a  
2646 possibilidade de criar as condições para que o usuário acesse essa Casa de Convivência.  
2647 Não é só ter instalado. E o recurso que se propõe a passar seja do Governo Federal. Seja  
2648 do Governo de Estado não é suficiente para que os municípios ousem a querer implantar e  
2649 ficar com esse abacaxi na mão. E, haja visto, gente que nós temos que pensar na análise  
2650 que nós temos da implantação dos CRAS. Olha a dificuldade que nós estamos tendo pra  
2651 poder ofertar um serviço de qualidade no CRAS. Olha a dificuldade que nós estamos tendo  
2652 pra poder não precarizar, como o próprio Marcelo disse aqui antes. Né?! O cuidado que a  
2653 gente tem que ter pra não ficar precarizando o serviço. Agora, esse cuidado, ele tem de ser  
2654 inclusive ser visto era nessa hora do aceite, porque o governo federal faz a proposta. Ok.  
2655 Passou na CIT. Manda o conselho, o conselho aprova. E aí, manda pra baixo e todo  
2656 mundo entra numa sem fazer a reflexão do que isso significa. Agora, nós aqui precisamos  
2657 ter essa responsabilidade, porque senão também vai fazer aceite e não vai funcionar,  
2658 gente. Entendeu? Vai cumprir alguma qualquer resolução do conselho. Qualquer que seja  
2659 alguma coisa do Conselho Nacional e não vai funcionar. Não vai por quê? Porque a  
2660 capacidade que o município tem de ofertar, reordenar ou implantar isso não é algo tão  
2661 simples, de simplesmente ir ao sistema e bater lá: aceite ou não aceite. Entendeu? Acho  
2662 que essa reflexão, a gente precisa fazer. Viu Fátima? Porque, às vezes, a gente tá  
2663 achando que está levando alguma coisa pro usuário em na verdade, você tá levando  
2664 alguma coisa que não é factível de ser feita não. Então, a gente precisa também  
2665 compreender essas questões. **Conselheira Cristiane:** é... só com relação a essa questão  
2666 do seminário de políticas públicas para a população em situação de rua uma vez que, nós  
2667 temos discutindo tudo em bloco. Né?! É só ressaltar que esse foi o segundo seminário é...  
2668 que aconteceu. A Pesquisa já está com a secretaria executiva pra distribuição para os  
2669 conselhos. E ressaltar, o Francisco não pode estar. Né Francisco?! Você estava doente,  
2670 estava com problemas de saúde. Não pode estar no seminário. Mais é... ressaltar a...  
2671 importância né, desse processo que está em discussão, né, a partir da pesquisa que foi  
2672 realizada juntamente com a SEDESE e que esses seminários estão é... muito ricos nas  
2673 discussões de proposta para o atendimento à população em situação de rua, que é... que  
2674 esta discussão, inclusive, infelizmente, está ausente neste conselho. Né?! A gente não tem  
2675 discutido isso no conselho e por isso, inclusive, que eu mandei o relatório chamando a  
2676 atenção deste conselho pra essa discussão que esta em andamento que a gente tem um  
2677 foco também sobre esta questão da política pública de atendimento as pessoas em  
2678 situação de rua. E aí, só um destaque gente. Porque aquela situação que foi mencionada  
2679 no meu relatório em relação ao Programa do Migrante foi várias denúncias. Porque no... no  
2680 seminário participam pessoas que representam o Movimento de População de Rua e essas  
2681 pessoas que são pessoas que ou passaram, né, pela situação de rua e conhecem essa  
2682 realidade informaram que o Programa de Migrante ele tem causado essa situação de é...  
2683 passar por outro município a situação da população. Então, assim, trata a população de rua  
2684 como migrante dando passagem para ele ir até próxima cidade. Então isso, foram várias  
2685 pessoas, não foi só uma pessoa. Foram várias pessoas que denunciaram isso no  
2686 seminário e uma vez que o Programa de Migrante é um programa estadual. Né?! Ele é um  
2687 serviço estadual e tem gestão da SEDESE. É importante que o conselho tome que aí a  
2688 comissão tome conhecimento dessa denúncia que foi apresentada e solicite a SEDESE  
2689 quais são, né, os encaminhamentos, a questão da gestão desse programa para evitar esse  
2690 tipo de situação. Não é discutir agora gente. Só deixar isso claro. Eu só estou levantando e  
2691 ressaltando porque eu vi o encaminhamento da comissão em relação aos  
2692 encaminhamentos das propostas do seminário. Do temático, né?! Mais eu gostaria de  
2693 ressaltar a importância da comissão retomar essa discussão do Programa Migrante. Né?!  
2694 Pra apurar essas questões que foram denunciadas no seminário. Não é pra discutir agora.  
2695 É pra discutir depois que a comissão fizer esse estudo. (fora do microfone) Não. Não. Eu

2696 estou dizendo em relação à denúncia do Migrante. Tá? Ok. Obrigada gente! Conselheiro  
2697 Marcelo: bom. Eu pensei que nós estávamos discutindo ainda a questão do aceite. (fora do  
2698 microfone) Pois é. Eu quero voltar na questão do aceite pra fazer algumas reflexões. Eu já  
2699 tive presença na CIT como membro, e a gente sabe, como as coisas acontecem por lá. Né,  
2700 Roberta?! Na verdade, é o seguinte: e aí uma preocupação que me traz é o estado... a  
2701 representação dos estados e a representação dos municípios é... acatarem situações em  
2702 que eles mesmos sabem que não vão dar conta. E aí joga pro... no caso específico, para  
2703 os estados e para os conselhos estaduais a responsabilidade de discutir uma situação.  
2704 Hora, se nós é... o estado por si só na medida em que ele aceita determinada situação ele  
2705 tá, no meu ponto de vista, acatando o ônus daquela deliberação, daquela situação em que  
2706 ele aceitou. Né?! Então eu fico preocupado, porque nós aqui no estado de Minas nós  
2707 temos o Piso Mineiro que é o... a forma de repasse de recurso para os municípios. Né?! Aí,  
2708 vem uma deliberação da CIT, do Conselho Nacional dizendo: olha, vocês, então,  
2709 pactuaram na CIT, portanto, vocês vão repassar 50% daquilo que a União vai repassar  
2710 pros municípios. Pra um serviço. Pois é. Mais o que eu quero dizer, oh Roberta, é que o  
2711 estado aceitou. Não é?! Por isso que teve o aceite. Não é?! Porque se você não aceitar,  
2712 você não repassa. Eu fico pensando o seguinte: na medida em que há o aceite não há,  
2713 portanto, o compromisso formal do estado em fazer aquilo que ele pactuou. Não é?! Mais,  
2714 por outro lado, nós temos uma situação aqui no estado que nós temos o Piso Mineiro, que  
2715 já tem definido formas de repasse fundo a fundo para os municípios que é um...um... não é  
2716 na lógica *per capita* e sim na lógica de família. Não é isso? Na medida em que a gente faz  
2717 o aceite, a gente diz: olha, nós vamos por os 50%. Porque o estado diz que nós vamos por  
2718 os 50%. E aí, cai na lógica do Piso Mineiro, ou seja, se nós já temos o Piso Mineiro e a  
2719 gente se compromete, o estado se compromete a...a... aos 50%, de fato, ela não vai tá  
2720 é...é... repassando os 50%, porque já existe o Piso Mineiro que é a forma de repasse do  
2721 recurso. Me vem uma preocupação muito maior. Se todas as vezes que a União fizer isso e  
2722 o Estado disser para nós: “nós já temos o piso mineiro”. Qual que vai ser a...a... a  
2723 reflexão... qual que vai ser a lógica disso? A União vai estar repassando recurso para o  
2724 Estado. O Estado não vai cumprir a sua... não. Vai repassar para o município na forma de  
2725 co-financiamento. O Estado não vai repassar para o município, porque ele já está na lógica  
2726 do Piso Mineiro. Então, e nem todos os municípios vão ser agraciados com aquela fonte de  
2727 recurso que a União tá definindo. Então, a gente tem de fazer uma reflexão muito grande.  
2728 Nós, conselhos estaduais. E aí, levo para a representação do Geraldo no FONACEAS pra  
2729 fazer essa discussão em âmbito nacional dos conselhos estaduais, para que toda vez que  
2730 a União pensar em fazer alguma forma de repasse de recurso que ela o faça quando do  
2731 planejamento dos estados. Pois é, do planejamento dela, do planejamento do estado,  
2732 consequentemente, poder lá na hora da peça orçamentária poder fazer é... consignar  
2733 essas rubricas e essas despesas. Eu vejo que nós estamos num abacaxi tremendo aqui e  
2734 agora, porque o estado aceitou. E aí, como nós ficamos? Conselheira Nívia: então, deixa  
2735 eu responder essa... esse ponto que o Marcelo tocou. É, nós tínhamos nessa relação de  
2736 municípios, inclusive, municípios que já recebiam co-financiamento do estado para a  
2737 implantação desse serviço que nunca implantou, que tinha esse saldo de recurso muitos  
2738 anos na conta. Nós temos municípios nessa lista que vão receber o piso mineiro a partir do  
2739 ano que vem. Qual que foi... e aí, eu vou dizer pra vocês da nossa responsabilidade  
2740 enquanto gestores públicos de darmos uma resposta de manifestarmos junto com os  
2741 municípios que vão ser os executores do serviço. O nosso interesse, né, e o nosso é... a  
2742 nossa... o nosso reconhecimento da importância desse serviço para os municípios dizendo  
2743 o seguinte: o município que tinha esse recurso e não executava que era uma forma dele  
2744 executar uma vez que o recurso é do estado. O co-financiamento era do estado. E o  
2745 município na mesma hora concordou. Não. Você tem razão. Eu tinha esse recurso e não  
2746 executava, porque eu não tinha contrapartida do município. Agora, com a contrapartida  
2747 federal isso vai me possibilitar de implantar o serviço ou de fortalecer outros que já tem. E  
2748 os municípios que vão entrar no piso o ano que vem como, por exemplo, é o caso de Belo  
2749 Horizonte. Nós conversamos com os gestores municipais, no caso de Belo Horizonte, foi  
2750 conversado com a diretora da proteção especial. Não foi possível. As meninas não

2751 conseguiram localizar a Beth, falar com a Beth. É... de que como vai fazer o planejamento  
2752 do Piso Mineiro pro ano que vem em sendo priorizado a implantação desse serviço se ela  
2753 já podia fazer esse compromisso, né, de tá é... contando com o recurso do Piso de 2013,  
2754 por conta de nós não termos essa previsão orçamentária. É aquilo que a Roberta disse no  
2755 início. A CIT deliberou, eu estava presente. O Fonceas resistiu, assim, terminantemente,  
2756 em não aceitar. Mais o Congemas aceitou, juntamente, com o convencimento do MDS. E,  
2757 inclusive, o MDS disse: olha, se vocês não aceitarem que não pactuarem aqui o conselho  
2758 nacional vai aprovar essa resolução de qualquer maneira. Foi muito... foi uma reunião  
2759 muito difícil. Depois dessa reunião da CIT, o Fonceas voltou a encontrar pra discutir sobre  
2760 esta situação e já tirou um documento em que entregou para a Denise Colin no dia  
2761 seguinte dizendo: olha, não aceitamos este tipo de pactuação mais, sem o consentimento  
2762 prévio dos estados, porque vocês trazem aqui na frente dos gestores municipais, na frente  
2763 do Congemas. O município quer executar a defesa do Congemas, ela era pelo aceite sem  
2764 querer saber como um estado ia se virar para colocar esse recurso no orçamento e aí, ficou  
2765 a cargo de cada estado fazer o aceite ou não e definir uma estratégia ou não. Então, a  
2766 estratégia que nós conversamos com cada gestor municipal, por isso que cinco municípios  
2767 não quiseram, porque nós dissemos: olha, nós não temos essa previsão orçamentária. Nós  
2768 não fizemos. Isso não foi conversado com o estado antes. Né?! O MDS não previu isso  
2769 conosco o ano passado. Então, pro ano que vem a alternativa que nós temos é essa, pra  
2770 fazer o aceite que o município é... se ele entender que ele vai colocar, priorizar esse  
2771 serviço no plano de serviço pro Piso Mineiro. Se ele já tá prevendo isso, que ele  
2772 concordasse que fosse já o co-financiamento pra esses serviços. Que, inclusive, não é um  
2773 valor tão alto, mas que nós não teríamos, o estado não teria como fazer o aceite se o  
2774 município não concordasse com esta estratégia. Os municípios que aceitaram, que fizeram  
2775 o aceite e mandaram no papel para nós, porque a gente tinha que mandar via eletrônico e  
2776 via papel pro MDS com a assinatura nossa aqui também, do município e nossa, é porque  
2777 os municípios concordaram com essa forma que tínhamos agora. O que não significa,  
2778 Marcelo, e isso você está coberto de razão quando você diz: e daqui pra frente? Todas as  
2779 expansões que vierem nós vamos dar prerrogativa do Piso? Não, com certeza. Até porque  
2780 o Fonceas não vai aceitar este tipo de imposição do MDS mais. Isso foi documentado, foi  
2781 discutido com a secretária nacional numa reunião do Fonceas e ela entendeu que  
2782 realmente o MDS extrapolou dessa vez. E que isso não vai acontecer mais. E se vier  
2783 acontecer, que vai haver uma discussão prévia e vai haver um consenso do Fonceas. E aí,  
2784 claro né, é... um prazo para os estado fazerem esse planejamento no seu orçamento.  
2785 Então, essa foi uma estratégia que a gente pensou e que agente conversou com cada  
2786 município que vez o aceite. Mais que não significa que isso que vai acontecer de maneira  
2787 alguma. Não é isso que a gente quer. A gente quer planejar, a gente quer fazer realmente  
2788 um co-financiamento específico para aquele serviço. Mais nesse momento a gente não  
2789 teria outra opção. Então, como houve esse consenso com esses municípios, que  
2790 aceitaram, foi por isso que nós fizemos o aceite. Com relação ao Seminário de População  
2791 de Rua é... eu queria dizer Cris, que nós fizemos o planejamento junto com a CNBB que foi  
2792 a entidade parceira, tanto pra execução da pesquisa quanto pra execução desse segundo  
2793 seminário. Mais na verdade, o primeiro ele foi muito mais pra gente divulgar os dados da  
2794 pesquisa. Nós não podemos considerar que ele teve a produtividade que esse teve. Esse é  
2795 que a gente tinha intenção de chamar todos os municípios que participaram da pesquisa e  
2796 que é... identificaram um número significativo de população em situação de rua. Mais as  
2797 entidades que participaram da pesquisa porque atendem serviço pra essa população e  
2798 mais o Movimento Nacional e mais o conselho estadual de assistência social. Como o  
2799 movimento nacional é aqui representado por um conselheiro, nós entendemos na  
2800 organização e as vagas eram muito limitadas, porque a gente tinha um limite. Né?!  
2801 Orçamentário, pra executar. Ele aconteceu em dois dias. A gente precisaria custear  
2802 hospedagem, alimentação. Né?! Toda a logística pra gente ter um tempo maior pra discutir  
2803 e, por isso, que ele foi tão rico. É... nós definimos, então, por chamar um representante, o  
2804 que não significou que foi só pra abertura, nós chamamos pra participar e nós contávamos  
2805 com a participação do conselheiro, o nome dele estava na lista de representação. Tanto

2806 pelo movimento nacional da população de rua quanto pelo CEAS. E aí, infelizmente, no dia  
2807 do evento ele não pode participar. Não é que nos esquecemos do CEAS não. De maneira  
2808 alguma. Por que as vagas estavam muito contadinha. Nós precisávamos chamar quase  
2809 100 municípios. E aí nós, por exemplo, Belo Horizonte nós abrimos 12 vagas. Né?! 10  
2810 vagas. Pra gente não ter uma, duas, vagas por município, nós dividimos por porte de  
2811 município o número de vagas. Gestão. Nós chamamos os gestores, os diretores da  
2812 proteção especial, porque a gente queria fazer essa discussão que fosse mais deliberativa.  
2813 Não adiantava a gente chamar técnico que atende esse serviço. Entendeu? Dirigentes de  
2814 entidades, os gestores municipais porque a gente queria essa qualidade e o convite foi feito  
2815 uma vaga pro CEAS mais entendendo que eram duas, porque seu Francisco, a gente  
2816 estava contando com a participação dele. Tá?! E com certeza assim que a gente tiver  
2817 acesso à compilação que está sendo feita pela equipe da CNBB, nós vamos socializar com  
2818 este conselho sim. Volney. **Conselheiro Volney:** ohh Nívia. Com relação à expansão do  
2819 serviço de proteção especial. Os municípios que deram o aceite eles apenas deram aceite  
2820 ou justificaram o aceite? **Maria do Carmo:** o aceite consiste em cinco assinaturas. Né?!  
2821 **Conselheiro Volney:** Tá. Mais eles simplesmente na assinatura como aceitando ou  
2822 justificam o aceite? **Maria do Carmo:** aceitando. **Conselheiro Volney:** Tá. Agora, eu acho  
2823 interessante. Né?! Que este conselho, né, que vocês encaminhasssem pra gente as  
2824 justificativas do não aceite desses municípios aqui pra gente ter uma compreensão. O que  
2825 eles pensaram? Por que não aceitaram? Pra ver se a lógica é a mesma desse pensamento  
2826 desse conselho estadual. Entendeu Maria do Carmo? Então, se puder encaminhar pra  
2827 gente. Né?! Sobre a gente ter, né, é... é... essa lógica, porque eu acho que isso vai nos dar  
2828 informações disso aí. Mais eu não aceitei. Por que eu não aceitei? Pra vê se a lógica de um  
2829 é a mesma lógica dos demais municípios. O que eles estão justificando. **Maria do Carmo:**  
2830 ok. **Conselheiro Volney:** podemos fazer isso? Vocês concordam? **Maria do Carmo:** sim.  
2831 **Conselheiro Marcelo:** Senhor presidente, nós já estamos no adiantado da hora. Faltam 15  
2832 pra 5 e nós temos, ainda, uma pauta enorme pra fazer. Então, eu gostaria de solicitar dos  
2833 conselheiros que a gente fosse mais breve nas nossas interlocuções pra gente poder  
2834 avançar no processo. E aí, com isso, eu chamo o Márcio, depois o Francisco e por último  
2835 Nívia. Não. Não. Gilvânia. Gilvânia. Gilvânia retirou. Então, Márcio e Francisco.  
2836 **Conselheiro Márcio:** é... boa tarde a todos. Queria só contribuir com relação ao item 5 que  
2837 é o Seminário de Políticas Públicas para a população em situação de rua. A visita que nós  
2838 realizamos essa semana no município de Araxá, eu e a conselheira Gilvânia. Uma das  
2839 questões que a gestora colocou lá foi justamente, orientações em relação a este fenômeno  
2840 no município que já desenvolve o programa de migrantes, né, e a questão da população de  
2841 rua que eles têm apresentado um... um... elevação do número de munícipes que estão  
2842 agora em situação de rua. Então, é interessante essa situação porque foi até colocado pela  
2843 própria conselheira Gilvânia com relação a esses dados da pesquisa que foi realizada, a  
2844 qual a conselheira Nívia já colocou aqui a questão da publicização pra todo esse conselho  
2845 também. Né?! Porque é importante porque é um problema real dos municípios. Né?! E que  
2846 desenvolve o programa de migrante, faz o acolhimento e depois no final desse acolhimento  
2847 paga-se o transporte de retorno pra cidade de origem. Então, o problema é real. Né?! E  
2848 que vai perpetuar de um pra outro. Então, é importante que a gente se debruce encima  
2849 dessas alternativas porque quando há uma população de rua porque houve ruptura de  
2850 vínculos e essa ruptura de vínculos tem de ser trabalhada pela política de assistência.  
2851 **Presidente:** conselheiro Francisco. (fora do microfone) **Conselheira Nívia:** Então, nós  
2852 vamos passar para deliberação dessa plenária das propostas que foram apresentadas aí  
2853 pelas comissões. É referendar o aceite porque nós precisamos fazer o aceite do... do  
2854 conselho estadual. O aceite do estado. O prazo era muito curto. Nós fizemos. Né?! Nós  
2855 fizemos pra esperar essa plenária pra ver qual que é a definição desse conselho pra  
2856 referendar ou não. Nós estamos votando o aceite do conselho estadual. Né?! Para o aceite  
2857 que o Estado já fez (conversa fora microfone) e todo o restante da pauta dessa comissão  
2858 que foi lido aí. Ok? Podemos colocar em votação? Quem é pela aprovação do referendo do  
2859 aceite e das outras informações que foram dadas pelas comissões que levante o cartão.  
2860 (conversa fora do microfone). Tem algum voto contrário? Alguma abstenção? Então, por

2861 unanimidade foi feito o aceite. **Presidente:** Comissão de Normas. Conselheira Ana Paula.  
2862 (conversa fora do microfone). **Conselheira Ana Paula:** isso mesmo João. Deixa as  
2863 meninas colocarem lá no... A Súmula. Vou lendo. Correspondências recebidas: a) Em  
2864 reposta ao ofício do CEAS nº 96/2012, o Conselho Nacional de Assistência Social  
2865 encaminha o relatório que o departamento da rede socioassistencial privado do SUAS –  
2866 DRSP/MDS apresentou ao CNAS que contem a entidade que teve seu Certificado de  
2867 Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS cancelado no ano de 2011, qual seja  
2868 “União Espírita Mineira”. Foi uma solicitação do CEAS pra ciência de quais entidades no  
2869 âmbito do estado tiveram o registro cancelado. Então, foi à resposta do conselho nacional  
2870 foi só o da União Espírita Mineira. Então, o encaminhamento: Dar ciência e despacha-se  
2871 para arquivamento. Dar ciência a plenária. b) Correspondência eletrônica do conselheiro  
2872 municipal de Divinópolis, Sr. Michael Marques, que descreve sobre os convênios entre a  
2873 prefeitura e entidades do município de Divinópolis, objetivando o contrato de monitores e  
2874 educadores sociais para trabalhar nos CRAS, CREAS, Instituições acolhedoras, Núcleos  
2875 de Jornada Ampliada. Ainda solicita manifestação do CEAS sobre a possibilidade de  
2876 contratação direta desses profissionais pela Prefeitura. Sobre esse assunto há uma análise  
2877 técnica preliminar. O documento tá em anexo. Tá em anexo, né? Tá aí? Tá.  
2878 Encaminhamento: acrescentar o artigo da LOAS , art. 6º item E. É obrigatório observar a  
2879 contratação dos servidores nestes casos e caso tenha alguma entidade que esteja  
2880 realizando esta contratação de pessoal para os equipamentos, o Conselho deverá atentar  
2881 para o fato e buscar o órgão de controle interno do município ou o Ministério Público.  
2882 Marcelo vai esclarecer porque foi uma solicitação do conselheiro. Na realidade uma...  
2883 uma... ele... ele expressa uma preocupação que são trabalhadores vinculados a uma  
2884 entidade e da... da... do cancelamento da parceria com essa entidade, a demissão dos  
2885 trabalhadores e como seria a contratação de trabalhadores. Né?! Então, nós esclarecemos  
2886 que precipuamente para CRAS e CREAS só ressaltando a letra e do art. 6º da Lei 2.435  
2887 fala que são funções que devem ser exercidas de forma prioritária por servidores  
2888 concursados efetivos. E aí, o recurso pode ser utilizado pra conveniamento pro serviços. Oi  
2889 Roberta? **Conselheira Roberta:** eu, continuo nessa tentativa da gente tentar contrapor em  
2890 algumas alertas que a gente não cair em determinadas armadilhas. Até no lugar de  
2891 gestora. Né?! Eu acho que é do ponto de vista assim se olhar racional é isso mesmo.  
2892 Existe uma lei que obriga ta ra ra... ta ra ra... Agora, é preciso a gente ficar atento de que  
2893 forma estrategicamente nós vamos alcançar isso sob pena também da gente interromper  
2894 esses serviços lá. E aí, é que a gente precisa saber se estrategicamente antes de tomar  
2895 é... essas medidas mais radicais eu diria assim: pra Ministério Público. Se esse colegiado  
2896 não pode a gente tratar esses casos com algumas comissões de conversação com gestor  
2897 pra ver se faz alguns encaminhamentos antes que a gente, sob pena da gente perder esse  
2898 serviço por um período temporário que é isso que eu estou dizendo. Assim, se ... porque o  
2899 Ministério Público chega com liminar. Né?! Então, cumpra-se. E aí, a penalidade disso a  
2900 quem vai ficar maior. É nós que queremos um SUAS implantado com oferta de serviço.  
2901 Queremos um SUAS com oferta de serviço, com servidores públicos sem ser precários.  
2902 Ok. Agora, não podemos também perder o time do processo dessa construção, porque  
2903 senão a gente inviabiliza determinados processos que a gente pode viver de construção  
2904 com o município e a população perde o serviço. E aí, a gente precisa saber qual o prejuízo  
2905 é maior disso aí. Antes da gente também tá orientando para determinadas decisões, mais  
2906 sem a gente pensar em algumas ações que aqui a gente poderia tá fazendo. Sabe, de  
2907 construção mais descoligado. Tá indo, construindo algumas alternativas. Apresentando,  
2908 por exemplo, o plano de providências. Dando um tempo para o gestor pra que ele possa  
2909 trabalhar essas questões e não partir já para os finalmente, porque eu não tenho dúvida  
2910 que numa questão dessa, num cumprimento disso, porque e principalmente nós temos que  
2911 pensar que é ano eleitoral. Né?! Ninguém faz concurso em ano eleitoral. Entendeu? Então,  
2912 assim, se isso vai pra lá, ok. O Ministério Público vai mandar fechar. Pronto. Acabou. O  
2913 gestor vai dizer: olha aqui eu fechei porque teve essa denúncia lá e o Ministério... Só vou  
2914 poder fazer isso o ano que vem. Sinto muito pra vocês. Mais eu não vou poder abrir esses  
2915 equipamentos. Então, acho que a gente precisa começar a pensar nessas estratégias que

2916 a gente toma, pra gente ter a garantia desse serviço pra população. **Conselheiro Marcelo:**  
2917 É o que nós fizemos a discussão. Esse ... ele é um conselheiro municipal que eles estão  
2918 analisando uma documentação. Essa documentação da entidade que utiliza recursos do  
2919 convênio com o município pra poder pagar profissionais para trabalhar nos CRAS. Quer  
2920 dizer é... se você for na lógica do sistema, né, do Sistema Único. E até mesmo dentro do  
2921 direito administrativo a gente vai ver que isso aí é burlar concurso público. Não é?! Isso é  
2922 burlar concurso público. Eu não sei estrategicamente, então, qual a melhor estratégia nós  
2923 daremos. Ou passemos essa questão para que a secretaria de estado responda. Porque,  
2924 viu Roberta. Porque, eu fico imaginando o seguinte. Se nós ficarmos a todo instante é...  
2925 utilizando de subterfúgios pra poder resolver algumas mazelas que o próprio sistema ou a  
2926 própria administração pública utiliza pra poder burlar concurso público. Né?! A gente nunca  
2927 vai chegar a uma consolidação efetiva do sistema. Né?! Eu acho até Roberta, que você  
2928 está coberta de razão. A gente tem que pensar talvez primeiro num plano de providência  
2929 com esse município lá, pra poder resolver a situação dele. Mais o que essas questões elas  
2930 estão a todo instante é... pipocando... nos municípios e caindo aqui no conselho estadual  
2931 que a gente tem que pensar é... algo mais efetivo. Tá? **Conselheira Roberta:** Pois é,  
2932 Marcelo. **Conselheiro Marcelo:** esse plano de providência eu concordo plenamente com  
2933 você. **Conselheira Roberta:** e só pra gente enriquecer aqui mais. Porque a gente não  
2934 pode esquecer do processo de implantação do SUAS que é muito recente. Haja visto Belo  
2935 Horizonte que agora conseguiu fazer um concurso público e teve ainda problemas com  
2936 concurso público, me corrija se eu estiver errada, que ainda não conseguiu ocupar as  
2937 vagas até pela... dentro do processo. Então, eu acho assim. Eu não estou dizendo aqui é...  
2938 que a gente venha tomar alguma decisão que fomente essa mazela. Absolutamente. Eu  
2939 acho que existe aqui e aí como gestora eu preciso também confiar no esforço dos gestores  
2940 públicos que tem feito para aprimorar o SUAS e implantar o SUAS, que é um esforço muito  
2941 grande, porque é uma política pública nova e que não é o fato de eu chegar ao extremo.  
2942 Por que quando sai uma orientação daqui, do conselho. E a gente sabe e isso faz parte do  
2943 processo democrático. Nos conselhos municipais, você tem muito mais conflito do que  
2944 possibilidade de solução. Né, porque eles vão encaminhar dessa forma muitas vezes do  
2945 que a gente está orientando. Então, o que eu estou chamando a atenção é isso. Antes da  
2946 gente trabalhar essa orientação para ministério público, eu acho que é preciso, que tanto e  
2947 aí não é o estado que tem que responder. Tanto o gestor como o conselho, entendeu? Ter  
2948 uma escuta e assinar um plano de providência dos dois lados, controle social e gestor, pra  
2949 tentar ver e escutar as possibilidades desse gestor. Por que senão... é isso que vai  
2950 acontecer, por exemplo, se por um acaso tiver uma liminar em Belo Horizonte e mandar  
2951 fechar. A gente sabe disso. Né?! Quantos servidores trabalham no CRAS que são  
2952 contratados pela Amas. Não é pouco não. Entendeu? É coisa real. Agora, tem uma oferta  
2953 de serviço com qualidade? Tem. Agora, tem um desafio aí. Que é administrativo, que é  
2954 tudo isso que nós estamos conquistando. Agora, a mim me parece que não se conquista  
2955 dessa forma. Eu acho que nós temos que ter a responsabilidade nessa construção.  
2956 **Conselheira Ana Paula:** Roberta, eu acho que procede. A questão aqui colocada pelo  
2957 conselheiro. Acho que a diferença entre sua fala e a questão da resposta é uma questão de  
2958 escala. Né?! Você traz uma questão para discussão que é a escala. Lógico que a  
2959 alternativa última é esse que pode ser inviabilizadora do processo. A demanda do  
2960 conselheiro aqui é uma questão relativa a qual é a situação desses trabalhadores que vão  
2961 ser dispensados pela entidade e o que o poder público pode fazer? A norma operacional,  
2962 as orientações técnicas autorizam inclusive a realização de processo seletivo simplificado  
2963 anterior ao concurso. Não no ano restritivo. Né?! Nós temos esse problema. Então, eu acho  
2964 que a resposta pode ser alterada no sentido de dar essa escala. Que se converse com o  
2965 município primeiro para averiguar a situação que ele tá. Do ponto de vista do  
2966 funcionamento do sistema. Por que ele diz de um serviço especificamente. Trabalhar com o  
2967 município a realização de um plano de providência pra adequação dando a escala, o prazo  
2968 pra que ele comece a se movimentar em função da orientação técnica. Por que talvez você  
2969 de fato colocar a alternativa aqui, que é a realmente viável estabelecida mais também não  
2970 nesse momento de implementação do SUAS. Agregada ao ano restritivo pode gerar uma

2971 inviabilização de serviço. Então, eu acho, que aqui alterar a resposta, né, nesse sentido.  
2972 Não que esta não seja a resposta correta. Mais é uma questão de escala no processo. O  
2973 plano de providência é o gestor estadual com o gestor municipal. (conversa fora do  
2974 microfone) Pra SEDESE. É. (conversa fora do microfone) Solicitar um plano de providência  
2975 pra adequação. Podemos avançar? Próxima. Todo mundo de acordo? (conversa fora do  
2976 microfone) Presidente, letra, c) Correspondência eletrônica da Presidente do Conselho  
2977 Municipal de Assistência Social de Laranjal/MG, Sra. Miriam Garcia solicitando reunião com  
2978 os membros do CEAS a fim de tratar de assuntos referentes à Associação de Pescadores  
2979 de Laranjal- MG e plano de reativação econômica do município. Encaminhamento: Solicitar  
2980 do empreendedor a situação atual do empreendimento, a metodologia e critérios que estão  
2981 sendo aplicados na comunidade, analisar e avaliar a presente situação para  
2982 posteriormente, caso haja necessidade, solicitar uma reunião repassando as informações  
2983 ao CMAS local. Ok? Letra d) Correspondência eletrônica datada de 11 de junho do Fundo  
2984 para Crianças em resposta ao Ofício nº072/CEAS/12, demonstrando interesse em fazer  
2985 parte deste Conselho, mas informam que não possuem inscrição em outro município.  
2986 Encaminhamento: Caso seja interesse desta entidade em compor o Conselho na condição  
2987 de entidade prestadora de serviço, fineza providenciar junto aos Conselhos municipais a  
2988 referida inscrição da entidade ou do projeto que executa e remetê-los ao CEAS. É. Ok?  
2989 Fundo para crianças. O antigo Fundo Cristão, Roberta. Letra e) Correspondência eletrônica  
2990 da Diretoria da APAC e Co-Gestão em resposta ao Ofício nº073/CEAS/12, informando que  
2991 não está apta para compor vaga no Conselho Estadual de Assistência Social por estar  
2992 vinculada ao Governo de Minas através da Secretaria de Estado de Defesa Social.  
2993 Encaminhamento: Enviar uma correspondência a APAC informando que; se a APAC é uma  
2994 entidade de direito privado e sem fins lucrativos e se a vinculação informada se trata de  
2995 uma relação convenial junto ao Governo do Estado de MG não há qualquer impedimento  
2996 para que a entidade venha compor o CEAS na categoria de entidades prestadoras de  
2997 serviço. **Presidente:** ok. Veja bem. Já passou pela plenária desse conselho que ela é uma  
2998 instituição que tem inscrição. Então, ali é só corrigir o se caso você tenha uma controvérsia  
2999 plausível. **Conselheiro Marcelo:** Senhor Presidente. A discussão que nós fizemos é se  
3000 mesmo. Por quê? Quando nós fizemos a discussão de que a APAE era uma entidade de  
3001 assistência social. Né?! A APAC e, portanto, poderia fazer parte aqui do conselho. Eles  
3002 enviaram uma resposta a este ofício dizendo que não. Que eles não estão aptos a compor  
3003 o conselho, porque eles estão vinculados ao Governo do Estado e a Secretaria. Então, a  
3004 dúvida que a gente tá querendo... a gente não tá tendo dúvida. Mais nós já estamos  
3005 dizendo pra eles o seguinte: olha, se você é uma entidade de direito privado e sem fins  
3006 lucrativos. Né?! E esta vinculação ela é da relação convenial. Então, não há impedimento  
3007 você compor o conselho. Tá certo?! Então, só isso que a gente... **Conselheira Roberta:**  
3008 tenho... **Presidente:** só um minutinho Roberta. Eu quero só insistir que não é assim no  
3009 nosso entendimento enquanto colegiado. Pra eles... eles estão equivocados. Não tenho  
3010 dúvidas disso. Eles estão equivocados. Por que o vínculo não quer dizer que eles deixam  
3011 de ser. Aliás, ao contrário, a própria constituição federal diz que não cabe intervenção e é  
3012 livre o direito de associação nos modelos que foram constituídas. Então, esse conselho já  
3013 aprovou. Eles estão equivocados. Penso eu até por uma questão política, podemos até  
3014 conversar, por uma questão política de não querer ou não ter alguém para estar compondo  
3015 o colegiado. Roberta. **Conselheira Roberta:** eu... eu... acho até é... que eu fico pensando  
3016 assim, como é que o conselho é composto? Se abre para a concorrência das vagas se o  
3017 outro diz que não quer. Aí, eu vejo a primeira questão que eu levanto. É a gente estar  
3018 discutindo isso. Quer dizer, ele próprio manifestou, eu não tenho desejo. E a mim me  
3019 parece também presidente o seguinte: o serviço por ele prestado é que eu tenho dúvidas  
3020 se ela é socioassistencial. Essa é minha dúvida. O serviço que eles hoje estão prestando  
3021 na defesa social. Entendeu? Do ponto de vista de acolhimento para abrigamento... Como é  
3022 que fala? De... de medida... (fora do microfone) Condenado? Condenados. É isso que eu  
3023 tenho dúvida. A mim me parece que é mais do ponto de vista, que tipo de serviço que ele  
3024 presta ou pode tá até o seu estatuto dizendo a gente entendendo que é serviço  
3025 socioassistencial mais na prática eu acho que ele está mais no serviço é... que não seja



3026 socioassistencial. Entendeu? E que possa outra coisa. Mais assim, acho que primeiro,  
3027 quando ele diz que não quer. Mais dizer que ele ta equivocado ou não. Quer dizer se ele  
3028 quer, eu acho que a gente podia abrir o chamamento para outras entidades que...  
3029 **Conselheiro Marcelo:** eu... tenho... vou fechar a régua aqui. Mais tenho... só pra é...  
3030 quando nós fizemos essa discussão gente é porque ela se manifestou a intenção de  
3031 participar. Ela que manifestou a intenção. Por outro lado ela... ela depois, ela diz que ela  
3032 está vinculada ao Estado. Talvez porque na compreensão de que ela não poderia ser uma  
3033 entidade de assistência social, porque ela tem vínculo com o Estado. Essa foi a análise que  
3034 a comissão fez ontem. Então por isso, que foi a resposta. A gente já está dizendo pra ela;  
3035 “olha, se você é uma entidade de direito privado e sem fins lucrativos e essa vinculação é  
3036 conveniente não há impedimento pra você participar”. Só isso. Mais parece-me que, a  
3037 Roberta levantou uma outra questão que é se ela é de fato uma entidade de assistência  
3038 social e a uma análise técnica que foi feita sobre isso. **Técnica Rosalice:** Bom, não sei se  
3039 alguns se alguns conselheiros devem lembrar é... no final de 2010 houve uma solicitação  
3040 das APAC's, Associação de Minas Gerais, das APAC's de uma análise técnica do conselho  
3041 em relação a elas serem ou não de assistência social porque ela estavam tendo algumas  
3042 dificuldades nos conselhos municipais de obter inscrições. Então, nós fizemos uma  
3043 consulta longa em relação a várias APAC's de Minas Gerais, eu não sei o número delas  
3044 exatamente agora porque foi no final de 2010 e foi possível verificar que ela é uma  
3045 entidade de assistência social que presta serviços por trabalhar com inserção das pessoas  
3046 que estão em situação de vulnerabilidade temporária é... na sociedade. Trabalha ainda  
3047 suas famílias fazendo uma capacitação pra que essas pessoas voltem ao mercado de  
3048 trabalho. Esses mesmo condenados eles são contratados pelas suas comunidades locais  
3049 para trabalhar, né. E pela pesquisa que foi feita pela APAC aqui em Minas Gerais, poucos  
3050 desses condenados voltam ao crime. A não ser aqueles que são... é... que tem algum tipo  
3051 de vínculo com drogas, por ser viciados enfim. Mais as outras pessoas, elas conseguem  
3052 ser ressocializadas. Então, pela análise técnica foi tipificada e ela pode ser inscrita como  
3053 entidade de assistência social. E esse parecer foi aprovado aqui no conselho no final de  
3054 2010. **Conselheira Rosilene:** Não. Também só... a... a Roberta colocou. Em Montes  
3055 Claros também teve essa solicitação e teve uma discussão é mais da minha parte que são  
3056 o seguinte; é... o recurso, eles fazem artesanato e o que foi levantado lá é que parte desse  
3057 recurso vai pra família e parte vai pra APAC, para manutenção da APAC. E a gente é... eu  
3058 fiquei inquietada com essa questão. Se vai parte do recurso para APAC ele tá contribuindo.  
3059 Né?! E pela LOAS a assistência social é não contributiva. Aí eu fiquei com essa inquietação  
3060 e queria discutir com vocês e achei que é um momento importante agora. **Presidente:** Eu  
3061 quero sugerir que a colocação que a Rosilene traz junto com a reflexão de conselheira  
3062 Roberta. Com toda certeza elas serão consideradas penso que não impede nem atrapalha  
3063 em nada aquele encaminhamento. Podemos mandar o encaminhamento e vamos passar  
3064 essas duas situações. Aliás, já fica registrado essas duas situações pra comissão de  
3065 normas debruçar sobre isso e tirar um parecer. Pode ser? Conselheira Ana Paula continua.  
3066 Conselheira Ana Paula: item 2 – Entidades. Letra a) Correspondência eletrônica recebida  
3067 em 28/05/2012 da Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de São  
3068 Gotardo/MG informando que após análise da documentação da Entidade “Lar do Idoso  
3069 Sociedade São Vicente de Paula” e visita a mesma, constatou-se o não cumprimento da  
3070 Lei nº10.741/2003 em seu artigo 35, que diz que a pessoa idosa colabora com o custeio da  
3071 entidade no limite de 70% do valor do benefício percebido. De acordo com a  
3072 Coordenadora, o Lar do Idoso tem uma autorização assinada pelo Promotor de Justiça da  
3073 Comarca de São Gotardo que autoriza a entidade a usar todo o benefício dos idosos  
3074 internos no Lar. Solicita ao CEAS informação sobre a legitimidade desta autorização e se  
3075 este motivo seria impedimento para que a entidade receba a inscrição no Conselho. Ainda  
3076 questiona o quadro de profissionais da entidade que não está de acordo com a NOB/RH  
3077 não possuindo Psicólogo nem Assistente Social no local.  
3078 Encaminhamento: O Conselho Municipal de São Gotardo pode sim negar a inscrição até  
3079 que a entidade cumpra o que prevê a LOAS , a NOB/RH e a Lei 10.741/2003. Deve-se  
3080 cumprir o artigo 48 e seguintes da Lei citada. Ok? Ok, presidente? (fora do microfone) É.



3081 **Presidente:** Dúvidas?É complexo. **Conselheira Ana Paula:** alguma dúvida?  
3082 Extremamente complexo. **Presidente:** Hem? Todo mundo cansado ou tá todo mundo  
3083 devidamente clareado? **Conselheira Ana Paula:** é a forma da resposta... **Presidente:**  
3084 acho que é importante dar uma clareada aí porque não é tão simples assim. **Conselheira**  
3085 **Ana Paula:** Não **Conselheiro Marcelo:** Olha gente! O presidente do conselho questiona  
3086 da gente dizendo que a entidade Lar do Idoso por uma determinação lá do Ministério  
3087 Público eles estão utilizando 100% do recurso que é devido. 100% do idoso pra poder  
3088 manter a entidade. E o Estatuto do Idoso fala que só pode ser 70%. Ele pergunta se esta  
3089 atitude que está ocorrendo lá com essa entidade é passível ou não de inscrição dele no  
3090 conselho considerando esta irregularidade. Nós estamos dizendo, o conselho estadual está  
3091 dizendo o seguinte: que ele pode sim negar a inscrição da entidade até que ela cumpra o  
3092 que prevê a LOAS, a NOB-RH e a Lei 10.741. E quando coloca aqui deve-se cumprir o art.  
3093 48 é o art. 48 da lei do estatuto do idoso quando trata daqueles 70% do recurso.  
3094 **Presidente:** Oh pra mim esta situação aí gente, só pra clarear, a... a..., um pouquinho  
3095 mais. A colocação que a conselheira Rosilene nos traz em respeito à contrapartida da  
3096 “LAN” é a mesma que se aplica aqui. Quando você se digna a cobrar um valor maior do  
3097 que é permissivo em lei que é 70%, que está no estatuto. Tem uma lei federal. É garantia  
3098 de direito de quem vive uma situação em faixa etária de cuidado especial que é o idoso.  
3099 Então, tá passando mais do que isto tivesse contrapartida e fere de mote um dos três  
3100 princípios que é a entidade ser, tá vinculada ao sistema e cumprir algum tipo de tipificação  
3101 da assistência social. Então, pra mim, o conselho pode sim caçar a qualquer momento. Se  
3102 não se cumprir, não se encaixar. Então, pra mim, a posição do conselho está corretíssima.  
3103 (fora do microfone) **Conselheira Roberta:** eu vou continuar na mesma posição minha aqui  
3104 porque, é o seguinte: eu continuo insistindo se nós temos... vamos tentar fazer um  
3105 diagnóstico aqui do Lar do Idoso dos Vicentinos. Se você tem 100 idosos se a informação  
3106 me chega assim: tenho 100 idosos desses 100 idosos eu tenho 30 idosos que não está  
3107 sendo cumprido essa questão, é uma informação. Segundo, eu tenho tantos idosos que tá  
3108 sendo usados 100% da informação dele, por quê? Ele não tem vínculo. Ele é totalmente  
3109 dependente. Numa situação acamada que passar 30% pra ele eu não sei o que significa.  
3110 Porque, gente, essa discussão no pé da lei só. Eu quero assim, isso é importante pra  
3111 gente. Porque esse Lar Vicentino, hoje instituição de longa permanência só tá existindo e  
3112 continua existindo pela misericórdia de nosso senhor. Porque eles estão sem receita de  
3113 recurso. Eles, hoje, não conseguem captar na rede do SUAS recurso suficiente para a  
3114 manutenção do acolhimento. Porque quando nós tiramos do saque, esse recurso que era  
3115 passado e jogamos para equipamento que foi isso que nós fizemos no SUAS, para  
3116 implantar o SUAS. Essas entidades têm pouca fonte de captação. Então, saber ou não se  
3117 tá cumprindo a lei ou não. Eu acho que essa informação ela é pouca para esse conselho  
3118 definir se dar ou não o registro. Porque entendendo que esse registro ele leva ao CEBAS.  
3119 Ele leva a possibilidade da questão é... patronal e que nós não estamos olhando. Nós  
3120 estamos simplesmente olhando um fato ou ele é A ou ele é B. Aí, nós precisamos conhecer  
3121 sim, mais dados do que isso, pra gente saber se tá cumprindo e descumprindo e por que  
3122 está descumprindo. E qual a estratégia que a gente precisa trabalhar. Inclusive, do ponto  
3123 de vista do SUAS. Porque caçar o registro dele por essa pouca informação que tá sendo  
3124 colocada é risco. Porque essas entidades vão fechar e esses idosos vão estar aonde? Se a  
3125 situação está precária de atendimento nós vamos piorar. Com qualquer decisão que nós  
3126 vamos tomar aqui. Então assim, o que eu chamo atenção é pra mais informação antes da  
3127 gente fazer os encaminhamentos de a que são dois. A sensação que eu tenho que nós  
3128 estamos trabalhando com receituário pra esse caso aplica-se isso, pra esse caso aplica-se  
3129 isso. E não pode. Eu acho que a gente precisa ter mais dados. Discutir isso mais. Fazer  
3130 mais tratativa pra fazer outros encaminhamentos mais diversos. **Presidente:** Eu quero  
3131 aqui, como a minha fala foi contrapondo a sua Roberta eu quero só fazer uma justificativa,  
3132 é o seguinte: acho que a comissão deve olhar, óbvio que a gente tem que ter esse olhar  
3133 mais detalhado. Muito embora não tira nada na posição. Veja bem, que fere os meus  
3134 princípios. Fere os meus princípios que é de que quando o... se Estado é incompetente.  
3135 Esse estado se diz de direito. Estado que eu quero dizer União. O Estado Brasileiro. Se diz

3136 de direito mais não cumpre o papel constitucional que deveria cumprir. E nesse modelo ele  
3137 não tem comprometimento com as entidades que são parceiras que são  
3138 constitucionalmente, existem pra fazer a complementaridade das políticas públicas sociais  
3139 básicas no modelo dessa entidade. O Estado não conhece isso. Porém fere de mote o  
3140 princípio de ele cobrar um percentual definido em lei que é maior. Pra mim fere de mote.  
3141 No entanto, quando a gente tem esse olhar pra analisar mais acho que devemos... acho  
3142 que devemos. Mais no meu entendimento não vai modificar a situação de ordem legal. Por  
3143 quê? Isso pra mim é mais ou menos o modelo que a própria... o nosso próprio estado de  
3144 direito, o Brasil, através da nossa presidenta Dilma, né, ela vem com o Brasil carinhoso.  
3145 Quê que é o Brasil Carinhoso? É um não cumprimento de um primeiro programa que na  
3146 verdade é o mesmo quando ela trouxe. Disse que iria construir 6000 creches. O mau  
3147 exemplo está aqui em Belo Horizonte. Não é?! Nós também tivemos uma promessa de  
3148 Belo horizonte de construir 100 e até agora estamos com 59. Então, quer dizer, que papel é  
3149 esse? Aí entra nessa mesma linha. Eu quero só ratificar que essa mesma linha que você  
3150 fala se não houver essa compreensão nossa com o olhar, eu diria mais do coração do que  
3151 com a razão, as entidades vão fechar e perde o beneficiário, porque o Estado não é  
3152 competente pra dar pros usuários na mesma demanda requerida que tá realmente é... é  
3153 uma demanda que está é... perdi a fala aqui. Uma demanda que não está conseguindo ser  
3154 atendida. Né?! A mesma situação é a de criança de 0 a 3 anos que não tem... não tem as  
3155 creches públicas suficientemente no modelo constitucionalmente fundamentado. Então,  
3156 quer dizer, quando ela fala assim: vou fazer 6 mil creches. É 1 creche por município? E 1  
3157 creche por município dá demanda? Pega Teófilo Otoni tem 16 e 1 é municipal. Pega Belo  
3158 Horizonte que tem quase 500, 193 tem convênio com a prefeitura de Belo Horizonte e só  
3159 59 são municipais. Então que retrato é esse? É o retrato de profundo desrespeito as  
3160 entidades que são parceiras e que não são reconhecidas como parceiras. Então, no meu  
3161 entendimento é isso. Agora podemos olhar, mais pra mim é muito mais com o coração  
3162 porque legalmente, pra mim, já fere de mote o principio dela. **Conselheira Ana Paula:**  
3163 Gente! Eu queria fazer uma... Senhor presidente, eu queria fazer uma proposta de  
3164 encaminhamento que no caso considerando aí a fala da Roberta e a algumas discussões  
3165 que a comissão fez aqui. Solicitar da equipe técnica uma análise da documentação da  
3166 entidade em relação à adequação e se possível e caso necessário uma visita a entidade  
3167 até pra construção de uma alternativa de adequação as normativas vigentes junto com a  
3168 entidade. Então, se a plenária assim concordar. Podemos? O olhar contributivo no sentido  
3169 da adequação a... **Conselheira Anália:** Ana Paula. Queria só complementar, por favor,  
3170 porque essa a Roberta falou da minha angústia, da nossa angústia de gestores e o que tá  
3171 acontecendo nos municípios são isso. Além do Lar dos Vicentinos, né, as antigas vilas  
3172 vicentinas estão abrindo vários lares assim iniciativa particular. E o promotor entendendo  
3173 como ILPI. Né?! E solicitando dentro da mesma legislação que se cumpram. Né?! E eles  
3174 não têm estatuto. Não tem nada. Por exemplo, meu município que é médio porte, 54 mil  
3175 habitantes, tem mais 8 lares. E eu tô sentando com promotor sempre pra gente ta  
3176 conversando isso, porque ele não podem ir pra rua e não tem pra onde ir. Agora, eu acho  
3177 que essa discussão precisa ir junto pro conselho do idoso. Sabe?! A gente precisa sentar  
3178 com eles. Né?! Pra poder aprofundar, porque Geraldo tá certinho. Tá na hora de descer da  
3179 mente pro coração. Nó! O país está envelhecendo e nós não temos política para o idoso.  
3180 Né?! Então, vamos descer no coração pra ver se sobe alguma coisa melhor do que tá  
3181 agora. **Conselheira Ana Paula:** Só complementando antes de passar para o Márcio.  
3182 Anália acho que tem uma outra aí acrescentando no meu encaminhamento. Uma sugestão  
3183 que verifique também com o conselho do idoso, porque é prerrogativa do conselho do  
3184 idoso, da... da... do estatuto do idoso a inscrição prévia no conselho do idoso também pra  
3185 entidades que fazem acolhimento ao idoso. E está questão da adequação ao SUAS ela é  
3186 processual e a gente tem que entender isso de fato. Né?! Ela não é taxativa nem pode ser.  
3187 Márcio. **Conselheiro Márcio:** é... gostaria só de ilustrar aqui uma situação que a Roberta  
3188 trouxe à tona. De uma situação vivenciada na minha família em relação a uma entidade.  
3189 Uma instituição de longa permanência onde tenho um familiar que está lá e é 100% do  
3190 benefício que está com esta entidade. Por quê? Ela é 100% dependente. 100%

3191 dependente. Ela não tem a mínima condição de gerir nada. Então, qual é a lógica que a  
3192 gente teria. Né?! E de estar fazendo essa retenção. Primeiro, a família ela não está lá  
3193 dentro. Então, isso tudo foi construído junto com essa instituição. Então, é uma situação  
3194 real que a gente realmente precisa ter com bastante cautela, bastante carinho pra que a  
3195 gente realmente consiga alcançar esses objetivos que são traçados aqui que é a garantia  
3196 de direitos. **Presidente:** queria fazer uma proposta rápida aqui para não delongar mais.  
3197 Que a gente numa reunião aqui. Numa próxima plenária aqui em Belo Horizonte que a  
3198 gente pudesse pegar parte do nosso tempo do dia da comissão, no mesmo modelo que a  
3199 gente vinha fazendo anteriormente de alguma capacitação, a gente trouxesse esse assunto  
3200 à tona e chamasse o conselho do idoso pra participar. E que a gente pudesse ter alguém  
3201 especialista para a gente dar a nossa contribuição. E penso eu, nós vivemos um momento,  
3202 nós podemos tirar sim uma discussão daqui. O nosso Estado, eu diria que nas condições  
3203 de adversidades que ele tem talvez seja o maior ou no mínimo igual à desse país. Então, a  
3204 gente tirar um encaminhamento de dar uma contribuição efetiva pro nível nacional. E nós  
3205 vivemos esse momento agora de levar, inclusive, para o Fórum Nacional dos Conselhos  
3206 Estaduais e pra Tripartite que eu penso que Nívia pode estar fazendo esse papel. Só um  
3207 encaminhamento dessa natureza e se estiverem de acordo à gente faz isso. **Conselheira**  
3208 **Ana Paula:** podemos caminhar? De acordo com o encaminhamento? Letra B) Ofício  
3209 nº013/2012 recebido em 06/06/2012 no CEAS, do Conselho Municipal de Assistência  
3210 Social de Sabará, solicitando parecer deste Conselho no que se refere à contratação de  
3211 empresa especializada para atender um usuário através do serviço de Socialização da  
3212 pessoa com deficiência. Segue anexa toda a documentação e laudos que comprovam a  
3213 deficiência. Recurso proveniente do Fundo de Assistência Social. Encaminhamento: Trata-  
3214 se de política pública e não interesse individual... interesse individual... tá... tá... a redação  
3215 aqui que tá complicado. Está previsto na tipificação o atendimento no serviço a proteção  
3216 social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas. Após a avaliação da  
3217 equipe para este serviço, caso seja uma intervenção na saúde, caberá à assistência  
3218 somente a articulação com o equipamento da saúde mais próximo para a garantia do  
3219 atendimento ao usuário. Portanto avaliamos que não é pertinente a contratação da  
3220 empresa pelo poder público por meio de recurso do fundo de assistência para atendimento  
3221 individual o que contradiz a universalidade do atendimento. Clareando um pouco o caso é  
3222 uma demanda que chegou do conselho de Sabará. Foi contratada uma empresa que faz  
3223 atividades é no campo em atenção à saúde. É uma pessoa com autismo, pra atendimento  
3224 foi contratado pelo município pra atendimento a essa pessoa, por volta de 14 mil Reais. Né,  
3225 Marcelo! Pra atendimento a essa pessoa. E a discussão que foi feita na comissão é que a  
3226 política de assistência social primeiro ela tem de ser encarado como uma política pública  
3227 de interesse coletivo e dentro do campo da assistência social, do escopo dos serviços o  
3228 que cobriria o atendimento seria o serviço de atenção a pessoa com deficiência e idoso no  
3229 domicílio. Analisado o caso cabendo neste serviço será atendido no campo da assistência  
3230 senão a função da assistência social também o outro braço dela seria a articulação no  
3231 território com equipamento da política pública de saúde pra garantir o atendimento ao  
3232 usuário, porque na nossa avaliação não tem sentido a política pública contratar uma  
3233 empresa para fazer o que é dela enquanto política pública. Nessa ideia da priorização do  
3234 atendimento ao usuário. Nesse sentido a comissão entendeu vetar... fazer um parecer  
3235 negativo, né, na proposta de contratação da empresa, mais sempre com o foco de se  
3236 manter e de garantir que o usuário seja atendido nos campos das políticas públicas. Não  
3237 necessariamente no serviço da pessoa com deficiência. Nívia. **Conselheira Nívia:** eu  
3238 queria só sugerir que a gente sugerisse para o município que com esse recurso ela pode  
3239 implantar uma equipe técnica pra fazer esse serviço e que vai beneficiar mais de um  
3240 usuário. Com certeza tem mais usuários nessa condição lá no município. **Conselheira**  
3241 **Roberta:** se eu bem entendi é... nós estamos financiando um serviço que não é nosso é da  
3242 saúde? Né?! É isso? Então, pra mim é claro a... questão é o seguinte: quer dizer, a saúde...  
3243 a assistência assume o que é dela seja com 14, com 10, com 20, com 30, com o que ela  
3244 tiver, que é de competência dela assumir. E a saúde assume o que é dela. Por que pra  
3245 mim o que tá claro aí não é a oferta de serviço é quem tá financiando esse serviço e

3246 financiando a lógica errada. Quer dizer, se tá saindo da assistência pra financiar uma ação  
3247 que é da saúde, tá errado. Entendeu? **Conselheiro George:** George de Lagoa Santa. A  
3248 unidade de atendimento especial não cobriria esse problema? A unidade de atendimento  
3249 especial não poderia resolver? É. O AE. Não poderia Resolver? **Presidente:** A nossa  
3250 diretora de Proteção Especial saiu aqui. Acho que ela poderia responder com mais  
3251 propriedade. Mais a Roberta colocou isso aqui antes. Isso não é da política pública de  
3252 assistência social, isso é da saúde. Segue o modelo de distribuição de remédios a moda  
3253 antiga. **Conselheira Roberta:** É deixa eu só te explicar o que ele ta fazendo como se eu  
3254 dissesse assim pra você, nós aqui na SEDESE tão pagando, por exemplo, a conta de  
3255 médicos. Médico não é da Assistência. Médico é da Saúde. Entendeu? Então assim, lá,  
3256 isso que você colocou tem que ser atendido na Assistência mais no foco na assistência. O  
3257 médico atende na saúde. Na fisioterapia atende na saúde. Entendeu? A fonoaudiologia é  
3258 na saúde. Não é conosco. Ele tem que ser atendido é lá na saúde e aí a saúde pagar.  
3259 (conversa fora do microfone). O que tá... Não. O que tá dizendo aqui se eu bem entendi, se  
3260 eu bem entendi. A assistência... foi tirado da assistência, contratou o serviço... **Conselheira**  
3261 **Ana Paula:** através de uma empresa. **Conselheiro George:** Roberta. Como a assistência  
3262 poderia funcionar, então, nesse caso? A assistência? **Conselheira Roberta:** a tipificação  
3263 de serviço, isso aí é outra coisa. Deixa eu entender de novo, Ana Paula. Essa socialização,  
3264 o que ele tá dizendo, pessoa com deficiência, isso é da assistência. **Conselheira Ana**  
3265 **Paula:** No campo da convivência. **Conselheira Roberta:** No campo da convivência.  
3266 **Conselheira Ana Paula:** com fortalecimento de vínculo. **Conselheira Roberta:** e tá. O que  
3267 apareceu de saúde? Que eu não entendi. Então? **Conselheira Ana Paula:** Eles  
3268 contrataram uma empresa com o foco que tem atividades, inclusive, de saúde pra fazer  
3269 esta atividade de socialização. Pagando com recurso do fundo municipal. (conversa fora do  
3270 microfone) O serviço demandado ele encontra assento no campo da assistência que é a  
3271 socialização, mais o fato, o que foi perguntado, que foi questionado o gasto pra contratação  
3272 desta empresa pra fazer, ela é uma empresa com gasto da saúde pra fazer uma ação no  
3273 campo da assistência é que é equivocada. Então, ela faz uma atividade para além da  
3274 saúde. **Presidente:** Pessoal! ... nós temos inscrição da Fátima, Cristiane e Ami. Eu só  
3275 queria antes de eu dar as colocações, dizer o seguinte: eu acho que mais uma vez aqui o  
3276 encaminhamento seria a gente observar com mais cautela e inclusive se for o caso de  
3277 diligencia pra saber se de repente com todo o respeito à deficiência que traz esse autista  
3278 se é filho de vereador ou prefeito. **Conselheira Fátima:** Aló. Gente! Esse é o programa da  
3279 saúde, chama saúde em casa. Então, já tá assegurado na saúde. É um benefício próprio  
3280 da saúde. E os agente comunitário, eles têm esse perfil pra ir até o local e fazer a  
3281 demanda. Não precisa de empresa pra fazer esse serviço não. Serviço já está no SUS, de  
3282 graça para toda a população. Então, isso é da saúde. É só o agente comunitário integrar  
3283 junto com a equipe lá da assistência social. (fora do microfone) **Conselheira Cristiane:**  
3284 Gente! É uma sugestão de encaminhamento. É não tá claro pra mim qual é o serviço que  
3285 tá sendo prestado. Eu acho que essa é a principal informação que a gente precisa ter. Que  
3286 serviço foi contratado pra atender este usuário. Independente. Porque lá acima tá falando  
3287 o seguinte: atender o usuário através de serviços de socialização. É esse o serviço? Se for  
3288 o serviço de socialização é um serviço da assistência. E aí embaixo vocês colocam assim  
3289 caso seja um serviço da saúde. Acho que precisa clarear. Que serviço está sendo  
3290 ofertado? Por que, ele está sendo ofertado dessa maneira? Acho que entra na mesma  
3291 situação anterior. E se o município tem ou não o serviço de atendimento dentro da  
3292 assistência. Não tá claro. Tá muito confuso essa questão desse serviço. (fora do microfone)  
3293 **Conselheiro Ami:** eu só gostaria de dá ênfase a questão da essência da coisa. Olha!  
3294 Quando a Roberta falou sobre o item anterior. Sobre os idosos. A gente aqui analisa mais  
3295 em tese. As questões mais em tese. Nós não aprofundamos. Eu acho que a gente pra  
3296 qualquer tipo de decisão nossa nesse espírito aí, como este nós temos que conhecer a  
3297 essência da coisa, o que tá acontecendo. Então, eu sugiro, quando receber uma demanda  
3298 dessa faça essas perguntas para as pessoas: que tipo de serviço é? Como é que vai ser  
3299 feito isso? Entendeu? Pra gente não ficar discutindo em tese aqui. A Fátima ta falando aqui  
3300 um serviço, tá falando em tese, porque ela não sabe nem o quê que é. Eu, também, posso

3301 falar uma coisa mesmo não sabendo. Então, nós temos, toda a decisão aqui, sugiro que  
3302 nós decidamos conhecendo a essência da coisa, como ela se dá e como ela se dará.  
3303 **Conselheiro Marcelo:** gente, é... uma questão... eu até achei muito importante a fala do  
3304 Ami, né, porque é de fato que a gente tem que realmente aprofundar mais. Né?! Eu queria  
3305 até, Ami, sugeri, que você venha para a nossa comissão de normas pra poder contribuir  
3306 nessas discussões considerando que a sua fala e as suas intervenções elas são perfeitas.  
3307 É... pra gente poder até aprofundar mais e fortalecer a equipe, então, receba o nosso  
3308 convite. **Conselheira Ana Paula:** Sr. Presidente, eu queria fazer um encaminhamento que  
3309 é remete novamente a discussão pra própria comissão, para análise da comissão. Para um  
3310 trabalho melhor com os dados. **Presidente:** ok. Então, fica a sugestão de encaminhamento  
3311 da conselheira Ana Paula. Reverter para a própria comissão, aprofundar mais a questão.  
3312 Não é isso? **Conselheira Ana Paula:** Isso. Uma vez que, nós estamos sem a  
3313 documentação aqui. **Presidente:** ok? Pronto. Vencemos? **Conselheira Ana Paula:**  
3314 Vencemos? **Presidente:** ok. Conselheira Gilvânia. Comissão de Apoio. **Conselheira**  
3315 **Gilvânia:** primeiro, eu gostaria de colocar que a Comissão de Apoio, ontem, se reuniu, eu  
3316 e a Paula. Tá?! É, então, eu vou passar o que a gente discutiu mais vou estar aberta pra  
3317 contribuição dessa plenária. Ok? Paula é a técnica. (fora do microfone) É. Vamos lá. 1- Co-  
3318 financiamento de serviços para municípios na execução de Proteção Social Especial:  
3319 Situações inconsistentes de 41 municípios, que encontram-se, com plano de providências  
3320 relativo ao CREAS Expansão 2010 e, ainda, dos 08 municípios que não encaminharam o  
3321 Plano de Providências para a SEDESE/SUBAS para que a Comissão articule junto aos  
3322 CMAS dos ditos municípios tomada das providências cabíveis. Qual foi o nosso  
3323 encaminhamento que nós sugerimos: Encaminhar ofício aos conselhos CMAS dos  
3324 municípios com plano de providência relativo à CRAS, CREAS e expansões, orientando-os  
3325 para acompanhar o cumprimento dos planos pelo gestor municipal, conforme aceite do  
3326 Conselho. (Os documentos comprobatórios são encaminhados a SEDESE, não sendo  
3327 necessário cobrá-los). Esclareço. O conselho estadual tem uma prática de cobrar dos  
3328 municípios que estão com o plano de providência pactuado de gestor municipal e gestor  
3329 estadual o envio da cópia dos documentos comprobatórios que os municípios estão  
3330 providenciando a nosso pedido, a pedido da SEDESE. Então, aqui e a situação era relativa  
3331 apenas aos municípios que estavam com o plano de providência do CREAS expansão  
3332 2010. A minha sugestão pra esse conselho é que esse envio de correspondência essa  
3333 ampliado pra qualquer município com plano de providência pendente seja ele de CRAS,  
3334 CREAS ou expansões, que isso seja uma prática desse conselho mandar pro conselho  
3335 municipal orientando no acompanhamento do plano de providência, pactuado com o gestor  
3336 estadual e que os documentos não sejam solicitado ao conselho municipal, porque eu  
3337 entendo aí, eu vou ter que dizer que o gestor sou eu porque foi eu só na comissão. Eu  
3338 entendo que o gestor já cobra esse municípios, esses documentos do município e o  
3339 conselho ao cobrar de novo faz com que o município providencie todos os documentos  
3340 duas vezes. Caso esse conselho tenha necessidade de ver as evidências comprobatórias  
3341 elas estão todas aqui na SEDESE anexadas nos devidos processos de comprovação de  
3342 cada município. **Conselheira Roberta:** eu quero concordar com a Gilvânia porque eu acho  
3343 assim, até que, se todos esses municípios que têm plano de providência resolver mandar  
3344 pacote e pacotes de documentos eu não tenho dúvida nenhuma que isso vai ficar parado  
3345 aqui. Então, vai ser um desperdício deles terem que fazer tudo e mandarem para cá.  
3346 Gastar dinheiro e essa coisa não vai ser analisada tempo hábil pra poder fazer qualquer  
3347 grandeza de discussão desnecessária a essa a... pedido de demanda pro município. Quer  
3348 dizer, ele manda pra cá e aí sim, a SEDESE tem a obrigação de deixar tudo isso disponível  
3349 para qualquer conselheiro. E a outra sugestão minha é que isso deva ser encaminhado  
3350 para as URCMAS, porque a possibilidade das URCMAS é pra isso. Quer dizer, as  
3351 URCMAS se reúnem mensalmente de forma regional e tem que ter essas informações pra  
3352 poder discutir com os conselhos municipais. Senão, não faz sentido se a gente não  
3353 trabalhar a comissão de apoio aos conselhos não trabalhar bem afinco, a título de  
3354 informação com as URCMAS, fica uma coisa desassociada. **Conselheira Gilvânia:** sim.  
3355 Está propondo aumentar o encaminhamento então? **Conselheiro Marcelo:** eu quero fazer

3356 uma outra reflexão também. É... a gente tem tido atuações e aí eu não sei se vai contrapor  
3357 com que... esse encaminhamento que está sendo feito. Do quando o conselho vai até o  
3358 município e vai fazer visita e lá ele constata irregularidade. Né?! Eu não sei se isso aí ele  
3359 vocês chagaram a discutir sobre isso. **Conselheira Gilvânia:** isso vai entrar na minha, no  
3360 relato da visita que eu vou e o Márcio Caldeira fizemos a Araxá. **Conselheiro Marcelo:**  
3361 Ah!! Então eu aguardo. **Presidente:** Só quero chamar a atenção dos conselheiros se  
3362 prestaram a atenção como deveriam senão o clamor da conselheira Gilvânia. Ela decidiu  
3363 sozinha. A comissão de normas por falta de conselheiros. Então, por favor, aqueles que  
3364 ainda não estão em alguma comissão queiram se inserir na comissão que se faz  
3365 necessária. Aqueles que estão em outras nos vamos ter que somar pra tirar essa situação  
3366 dela. Continua, por favor, Gilvânia. **Conselheira Gilvânia:** quer não. Roberta não que ela  
3367 já pronunciou. Ela que na de normas. (fora do microfone) É. Tá aprovado o  
3368 encaminhamento gente? Ok. 2- Sistema Único de Assistência Social – SUAS: Articular  
3369 junto a SEDESE apoio aos municípios quanto ao preenchimento dos planos de serviços e  
3370 iniciação do processo de pagamento do piso mineiro de assistência social.  
3371 Encaminhamento: Solicitar à SEDESE a relação dos municípios pendentes quanto ao  
3372 preenchimento do plano de serviços e que recebem cofinanciamento federal, para  
3373 encaminhamento de e-mail aos CMAS alertando-os quanto ao prazo de preenchimento  
3374 dos: plano de serviço do piso mineiro de assistência social; Plano de ação do SUAS WEB;  
3375 Demonstrativo anual físico financeiro SUAS WEB. Esclarecimento: o encaminhamento era  
3376 relativo apenas ao plano de serviço do piso mineiro. Isso já foi colocado hoje pela  
3377 conselheira Roberta da necessidade desse conselho solicitar apoio aos conselhos  
3378 municipais. Eu e a Paula discutimos que seria interessante o conselho estadual ao  
3379 encaminhar a correspondência já fazer tudo num pacote só. Solicitando o preenchimento  
3380 de todos esses instrumentos que nós estamos todos no período de preenchimento, do piso  
3381 e do suas web. E do piso a gente fez a ressalva que seria apenas pros municípios que  
3382 ainda estão pendentes porque vários como a gente já relatou aqui hoje já inseriram plano  
3383 de serviço no sistema. **Presidente:** ok. Conselheira Roberta. Conselheira Roberta: a gente  
3384 trabalhar com informação é uma coisa difícil. Né?! Eu queria sugerir aqui que esse  
3385 encaminhamento para os conselhos municipais ele deva ser específico para aqueles  
3386 municípios cujo status diz assim: para o conselho municipal aprovar. Porque, pela  
3387 experiência que a gente tem de município quando você manda correspondência  
3388 generalizada ele tende a dá bolo ou não. Agora, se você especifica, tais municípios estão  
3389 com status no conselho e eu precisam de uma interferência no conselho. Se a gente não  
3390 clarear essas informações de nada vale quando chega no município que ela chega geral.  
3391 Ela chega genérica igualzinho remédio genérico. Aí, ele vai para uma gaveta qualquer e  
3392 não tenha feito nenhum. **Presidente:** ok. Posições contrárias? Prossiga, por favor, então,  
3393 Gilvânia. **Conselheira Gilvânia:** o encaminhamento já ta ok? Com essa ressalva da  
3394 Roberta. 3- Relato da visita ao município de Araxá, pelos conselheiros Gilvânia de Paula e  
3395 Márcio Caldeira nos dias 12 e 13 de junho de 2012. A gente fez um breve relato, qualquer  
3396 dúvida a gente está à disposição para complementar mais trouxemos um mínimo, porque o  
3397 relatório detalhado vai ser encaminhado ao conselho. A visita ao município foi realizada  
3398 pelos conselheiros Gilvânia Francisca de Paula e Márcio Caldeira, para apuração de  
3399 denúncia encaminhada pelo conselho municipal de segurança pública. A denúncia se  
3400 baseia em dois pontos principais: qualidade da oferta dos serviços socioassistenciais e  
3401 processo de escolha dos representantes da sociedade civil. Foram efetuadas reuniões com  
3402 o CMAS e gestor municipal de assistência social, além de visitas ao CRAS Francisco  
3403 Duarte e PROFETI (Projeto de formação e encaminhamento ao trabalho). Ok. Ou alguém  
3404 quer detalhe da visita? Encaminhamento: Formalizar resposta ao denunciante, que foi o  
3405 conselho municipal de segurança pública; encaminhar ofício ao CMAS com orientações  
3406 sobre: alteração da lei municipal adequando o processo de escolha da sociedade civil  
3407 conforme as normativas vigentes; planejamento anual do conselho e calendário anual de  
3408 reuniões e competências do controle social; Modelo – instrumento da Juanita; Encaminhar  
3409 ofício à SEDESE sugerindo orientação ao gestor municipal de assistência social quanto  
3410 adequação da lei municipal e demais instrumentos de gestão do SUAS. Esclarecimento: a

3411 gente verificou na reunião com o gestor municipal o que a secretaria municipal também  
3412 desconhece totalmente os instrumentos de gestão. Aí eu entro naquela questão do que  
3413 acredito que o Marcelo começou a fala de que a gente já discutiu nesse conselho que  
3414 quando da realização de visita aos municípios caso sejam constatadas irregularidades na  
3415 gestão municipal que o conselho encaminharia essa questão ao órgão gestor pra que o  
3416 órgão gestor fizesse a orientação do gestor municipal. É isso? Não foi isso que nós  
3417 combinamos? (fora do microfone) É isso Marcelo que você queria dizer àquela hora. Então  
3418 é esse encaminhamento que a gente está propondo. Por isso que eu disse que você  
3419 estaria contemplado na minha... no meu relato de visita. **Conselheiro Marcelo:** só  
3420 acrescentando viu Gilvânia. É que nós... quando eu digo nós, nós conselhos, através da  
3421 ex-conselheira Juanita ela elaborou um instrumento que é o instrumento da visita que ela  
3422 fez em Congonhas e esse instrumento ele contempla todas essas questões que estão  
3423 sendo colocadas aqui por vocês e faz um ajustamento com o conselho municipal pra ele  
3424 regularizar essas situações e depois disso lógico né, a SEDESE fazendo uma visita no  
3425 órgão gestor para poder verificar essas irregularidades. **Conselheira Gilvânia:** É, esse  
3426 instrumento construído pela ex-conselheira Juanita nós levamos. Ele orientou a nossa  
3427 conversa com o conselho e com o gestor e a gente deixou aberto, né Márcio Caldeira com  
3428 o conselho e com o gestor que após discussão nessa plenária com certeza seria retornado  
3429 ao município gestor e conselho a atuação. **Presidente:** alguma posição contrária. Ok. Bom.  
3430 Prossiga por favor conselheira Gilvânia. **Conselheira Gilvânia:** Assessoria em 13/06/12,  
3431 pela conselheira Cristiane à equipe do CMAS de Santos Dumont, quanto a realização do  
3432 Seminário de políticas públicas no município, em 03/08/12. Solicitam ao CEAS, a presença  
3433 um conselheiro, para realizar no evento uma palestra como tema: O Papel dos Conselhos.  
3434 Inclusive durante a reunião dessa comissão chegou à solicitação oficial do município.  
3435 Nosso encaminhamento é verificar a disponibilidade de um conselheiro para atender ao  
3436 Município. Tendo em vista a agenda da Cristiane que não possibilita. Não é? **Presidente:**  
3437 conselheiro Marcelo está mais próximo possível? Enquanto ele vê a agenda eu quero já  
3438 previamente aqui agradecer os conselheiros e conselheiras. Volney, Cristiane, Ana Paula e  
3439 Gilvânia. Destacando aqui a Gilvânia ter feito um trabalho a sós. Sem desconsiderar o  
3440 apoio e assessoramento da técnica. Sim Marcelo. Marcelo não poderá. Santos Dumont.  
3441 Conselheiro Volney. Ok? Enquanto o conselheiro Volney olha a agenda dele a gente vai  
3442 olhar com outro conselheiro. Nós passamos então a letra F e para aqueles conselheiros  
3443 que chegaram nós temos uma fila aqui por ordenação cronológica onde os conselheiros  
3444 participam por sorteio e por sorteio nós tivemos a distribuição do processo CGH Farias,  
3445 município de Guanhães a cargo do conselheiro Márcio Caldeira. A CGH de Poços,  
3446 município de Carvalho, conselheiro Mauro Alves e a CGH Barulho, município de Liberdade,  
3447 conselheiro José Fernando. Sejam felizes na carreira que abraçaram. Passamos ao ponto  
3448 derradeiro dessa ... pois não. Conselheiro Marcelo: No que diz respeito a Santos Dumont, o  
3449 Volney ele está com disponibilidade de ir mais é só para alertá-lo viu Volney que nós já  
3450 fizemos uma visita lá tem... deve ter uns três meses, eu e o José Fernando, nós  
3451 constatamos que lá ta realmente com uma dificuldade enorme, mais dificuldade com a  
3452 gestão. Os conselheiros conversaram com a gente depois que o secretário saiu que é  
3453 conselheiro é que os conselheiros se abriram pra gente e a gente constatou que lá a coisa  
3454 não funciona muito bem. **Presidente:** Apresentação de relatoria que fica PCH Dias a cargo  
3455 da conselheira Ana Paula, por favor. Conselheira Ana Paula: Ohh gente diante do  
3456 adiantado do tempo vou ler o termo de relatoria. Nome do empreendimento: Pequena  
3457 Central Hidrelétrica/PCH Dias; Nome do empreendedor: Wanerg Energética Ltda;  
3458 Municípios envolvidos: Uberlândia; Apreciação PAS/Barragem; Fundamentação do  
3459 parecer: Contexto do PAS/BARRAGEM - A PCH Dias será implantada no rio Uberabinha,  
3460 localizado no Distrito Industrial de Uberlândia para gerar 7,3 MW de potência instalada,  
3461 atingindo o total de 3,29 há de 02(duas) propriedades para manter a Área de Preservação  
3462 Permanente/APP exigida pelo órgão ambiental. A propriedade da margem esquerda  
3463 pertence à empresa de Britagem São Salvador Ltda e a da margem direita pertence à  
3464 Prefeitura Municipal de Uberlândia. Nas duas, não há moradores e/ou trabalhadores  
3465 residentes. Estará cercada por diferentes tipos de empreendimentos, Aterro Sanitário,



3466 Estação de Tratamento de Esgoto, empresa de exploração de rocha basáltica, rodovia Anel  
3467 Viário Ayrton Senna. De acordo com estudos recentes, a cidade de Uberlândia deverá  
3468 absorver sem grandes sobressaltos os impactos a serem gerados pela construção da PCH  
3469 Dias, uma vez que a cidade já convive, atualmente, com a construção de hidrelétricas de  
3470 maior porte, como é o caso das UHE's Capim Branco I e II. De acordo com a avaliação da  
3471 equipe socioeconômica do projeto, foram realizados trabalhos de campo para estabelecer  
3472 contato com possíveis atingidos pelo empreendimento. Também ocorreram pesquisas  
3473 sobre a infraestrutura da cidade de Uberlândia acerca da economia, educação, mão de  
3474 obra, saúde para verificar a possibilidade do empreendimento exercer algum tipo de  
3475 impacto social ou pressão sobre os serviços públicos atualmente oferecidos. Outra  
3476 estratégia utilizada pela equipe foi se reunir com o Conselho Municipal de Assistência  
3477 Social de Uberlândia – CMAS para obtenção de informações e orientação nos trabalhos a  
3478 serem desenvolvidos. Na margem esquerda do Rio Uberabinha encontra-se a Britagem  
3479 São Salvador. A empresa realiza exploração de basalto para utilização na construção civil  
3480 há mais de 20 anos, e conforme a empresa de consultoria foi realizado contato por telefone  
3481 com o proprietário da empresa, o Sr. Eugenio Romanielo, e agendada visita ao  
3482 estabelecimento. No entanto, na ocasião, o mesmo se recusou a prestar qualquer tipo de  
3483 informação acerca da empresa e de suas atividades, não permitindo visita às suas  
3484 instalações. De acordo com informações fornecidas pelo PAS, as atividades desenvolvidas  
3485 pela Britagem São Salvador não serão interrompidas quando da implantação da PCH Dias.  
3486 Conforme o Plano de Assistência Social, quando da sua elaboração, “em visita ao local,  
3487 constatou-se que na área de propriedade da Prefeitura existe um invasor chamado Sr Luiz  
3488 Cardoso de Faria, com o qual também foi feito contato pela equipe de socioeconômica para  
3489 alguns questionamentos”. De acordo com PAS, o morador Luiz Cardoso de Faria, consta  
3490 como invasor. Ele tem 49 anos, 5º série, é aposentado, reside na propriedade da  
3491 Prefeitura e utiliza o serviço público municipal. Possui uma renda de 3 salários mínimos e  
3492 mora com o filho de 5 anos em um cômodo de 50m<sup>2</sup>, criando porcos e gado sem nenhum  
3493 critério de saúde pública necessário. Se encontra numa situação irregular, não sendo  
3494 atendido com nenhuma infraestrutura sanitária (saneamento básico, coleta de lixo, energia,  
3495 abastecimento de água). A área ocupada pelo Sr Luiz está na área de influência do  
3496 empreendimento e, portanto, não será atingida diretamente com a implantação da PCH  
3497 DIAS. Durante a visita ao local de residência do Sr. Luiz Cardoso, com o objetivo de  
3498 entrevistá-lo e confirmar as informações apresentadas ao PAS, constatou-se que ele havia  
3499 saído da área. A equipe técnica pode aferir por meio de levantamento de informações junto  
3500 à ex-esposa do Sr. Luiz, Sra. Ana Damasceno, estabelecimentos comerciais, dentre outros,  
3501 que o mesmo foi preso em janeiro/2012, acusado de furto de gado e participação em uma  
3502 quadrilha especializada neste tipo de furto em Araguari e região. A Sra. Ana Damasceno  
3503 afirma que o filho do casal de 5 anos nunca residiu com o pai, que a criança estuda,  
3504 frequenta creche e vive com ela. Em entrevista, informou que ela e o marido se separaram  
3505 em setembro de 2011, quando ele foi residir na área da Prefeitura. Porém ela não sabia  
3506 das condições de sua residência. Só sabia que o local era abandonado e que era  
3507 freqüentado por usuários de drogas. O Plano de Assistência Social da PCH Dias  
3508 apresentou o diagnóstico do município de Uberlândia, da área a ser atingida pelo  
3509 empreendimento e a descrição dos previstos impactos sociais. E em seu planejamento a  
3510 execução dos seguintes programas/projetos: Programa de Comunicação Social; Projeto de  
3511 saúde e controle de vetores; Projeto de Monitoramento Sócio Econômico; Projeto de  
3512 Formação de Parque Municipal; Projeto de aproveitamento de mão de obra local.  
3513 Para a implantação deste empreendimento serão contratados aproximadamente 71  
3514 trabalhadores, com preferência aqueles que residem no município de Uberlândia, ou região  
3515 próxima ao empreendimento. Para o processo de contratação será utilizado o cadastro da  
3516 mão de obra disponível no SINE de Uberlândia. Além disso, as vagas serão divulgadas  
3517 pelos meios de comunicação local. A contratação será acompanhada pela assistente social  
3518 já contratada pelo empreendedor. Já a construtora responsável pela obra ficará  
3519 responsável pela capacitação dos trabalhadores contratados. Destaca-se que não constou  
3520 a instalação do Posto de Atendimento Social, porém este aspecto foi discutido durante a



3521 reunião da equipe do CEAS e do empreendedor com o CMAS de Uberlândia, no dia  
3522 11/04/2012, gerando a seguinte sugestão: O assistente social deverá acompanhar os  
3523 programas propostos no PAS e as famílias dos trabalhadores, com visitas e projetos para a  
3524 melhoria da qualidade de vida das mesmas. Além disso, o profissional deverá ter uma  
3525 relação estreita com o CMAS, repassando mensalmente informações do desenvolvimento  
3526 dos programas e da construção da usina. Parecer conclusivo: A partir do exposto conclui-  
3527 se que o Plano de Assistência Social da PCH Dias contemplou o disposto na Resolução  
3528 CEAS 317/2010, ressaltando a necessidade do CEAS avaliar os aspectos acordados  
3529 durante reunião com o CMAS de Uberlândia e representantes do empreendedor, que irá  
3530 substituir a instalação física do Posto de Atendimento Social pela contratação do assistente  
3531 social, para acompanhar os programas e projetos do PAS, bem como acompanhar os  
3532 trabalhadores e suas famílias. Acrescenta-se a esta proposta que o empreendedor  
3533 organize um espaço de referência para a atuação do Assistente Social, com acesso para  
3534 as famílias dos trabalhadores. Rosa só naquela apresentação do desktop do Power point  
3535 só para ver a localização da hidrelétrica. As primeiras que são do ... (conversa fora do  
3536 microfone) é onde o morador mora numa espécie de uma caixa d'água. É uma caixa  
3537 d'água. Na área invadida da prefeitura de Uberlândia. São é... pode pular essa. Passa só  
3538 na foto do Google. Aí. Onde vai ser instalada no perímetro urbano onde vai ser instalada a  
3539 PCH. Entre dois bairros a empresa de basalto e a outra margem o terreno da prefeitura. A  
3540 malha industrial. E o eixo rodoviário do Airton Senna passa no meio. Então, é isso. Tinha  
3541 mais coisas mais pelo adiantado da hora. O encaminhamento da relatoria é pela aprovação  
3542 do PAS/Barragem. **Presidente:** Ok. Tá aberto aos conselheiros. Conselheiro Volney, logo  
3543 em seguida conselheiro Marcelo. **Conselheiro Volney:** e quais seriam as informações que  
3544 você iria buscar com o Sr. Eugenio Romanielo uma vez que ele não autorizou a entrada  
3545 sua. Seria essa dúvida, essa alegação e nessa propriedade dele despertou. E uma outra  
3546 coisa que chamou muita atenção esse morador dessa caixa d'água ele está aposentado  
3547 com três salários mínimos, então, isso me chamou muita atenção. **Conselheira Ana**  
3548 **Paula:** ele tá preso. **Conselheiro Volney:** pois é. **Técnica Rosalice:** primeiro é uma  
3549 britagem. Né, uma empresa e essa área dele vai ser uma área muito pequena que não vai  
3550 atrapalhar. Eu só queria confirmar essa informação. Tá?! Como em qualquer outro  
3551 empreendimento e o caso do morador ele é um invasor. Como vocês podem ver aqui é  
3552 uma caixa d'água que ele adaptou. Ele estava residindo lá desde setembro quando ele  
3553 separou da esposa e adaptou a caixa d'água. No processo tem as fotos internas desse...  
3554 essa aqui é a caixa d'água dele e ele é aposentado e ganha três salários mínimos e tá  
3555 preso desde janeiro acusado de roubo de gado. E nós confirmamos essa informação por  
3556 meio de matéria que saiu no jornal local e com as informações que nós já temos ele  
3557 continua preso e como a gente não conseguiu localizá-lo. Dispor comércios locais, nós  
3558 vamos pro bairro próximo lá a Britagem onde o empreendedor falou que a esposa dele  
3559 poderia estar residindo. Nós fomos aos comércios locais para saber quem é ela. Ela é...  
3560 agente do PSF, então, tivemos que esperar ela chegar. Tentar localizá-la. Então, ela  
3561 confirmou isso. E as pessoas da redondeza confirmaram essas informações dela, que o  
3562 menino nunca morou com o rapaz. O que acontecia era como ela saia de um horário e o  
3563 menino saia da escola em outro horário o pai pegava e ficava andando com ele no meio da  
3564 rua até a mãe sai do emprego. Foi essa informação que os próprios comerciantes do local  
3565 passaram pra gente. **Conselheiro Marcelo:** Posso falar? Cabou? É... me leve na  
3566 conclusão, por favor. Porque lá na conclusão diz que vai substituir a instalação física do  
3567 posto de atendimento pela contratação de assistente social que vai acompanhar os  
3568 projetos e tal. E que essa proposta do empreendedor organize para que o empreendedor  
3569 organize um espaço de referência. Esse espaço de referência não é o próprio posto de  
3570 atendimento? Então, não tá... porque se ... entenderam? (Conversa fora do microfone)  
3571 **Presidente:** ok. Ok. Pode melhorar a redação. Algum outro questionamento, alguém mais  
3572 quer perguntar alguma coisa a respeito? Não. Quero lembrar aqui que a votação é nominal.  
3573 Por favor. E quero lembrar que o encaminhamento da relatora é pela aprovação. Então,  
3574 Geraldo Gonçalves, pela aprovação. Com a relatora. **Conselheiro Marcelo:** Marcelo, com  
3575 a relatora. **Conselheira Ana Paula:** Ana Paula, pela aprovação. **Conselheiro Marcos:**

3576 Marcos, pela aprovação. Conselheiro Mauro: Mauro, pela aprovação. **Conselheiro**  
3577 **George:** George, pela aprovação. **Conselheira Cristiane:** Cristiane, pela aprovação.  
3578 **Conselheira Roberta:** Roberta, pela aprovação. **Conselheiro Fernando:** Fernando, pela  
3579 aprovação. **Conselheira Anália:** Anália, pela aprovação. **Conselheiro Júlio:** Júlio, pela  
3580 aprovação. **Conselheiro Márcio:** Márcio, com a relatora pela aprovação. **Conselheiro**  
3581 **José Fernando:** José Fernando, com a relatora pela aprovação. Gilvânia, pela aprovação.  
3582 **Presidente:** ok. Então, tá aprovado a relatoria feita pela Ana Paula da PCH Dias.  
3583 Passamos em seguida para o conselheiro Luiz George fazer a relatoria CGH Boa Vista.  
3584 **Conselheira Ana Paula:** Sr. Presidente. **Presidente:** pois não. **Conselheira Ana Paula:**  
3585 eu queria agradecer a equipe técnica na pessoa da Rosa e da Luciana, pelos subsídios  
3586 consistentes que possibilitaram a construção do relatório, do termo de relatoria.  
3587 **Presidente:** Ana Paula, nós que agradecemos você também pela relatoria. Conselheiro  
3588 George. **Conselheiro George:** Boa tarde, senhoras e senhores. Eu conselheiro Luiz  
3589 George Marcelino da Trindade vou ler o termo de relatoria da execução do PAS CGH Boa  
3590 Vista. Nome do empreendimento: Central Geradora Hidrelétrica CGH Boa Vista; Vocês  
3591 estão me ouvindo bem? (conversa fora do microfone); Nome do empreendedor: COM  
3592 ENERGÉTICA PARTICIPAÇÕES S/A; Responsável pela elaboração do PAS/BARRAGEM:  
3593 Rosalice Tassar e Luciana Ferreira; Municípios envolvidos: Carvalhos / MG; Tipo do  
3594 processo: Comprovação de implementação do PAS/BARRAGEM; Data do recebimento do  
3595 processo: 20/12/2011; Data da entrega: 07/05/2012; Não houve pedidos de diligências; III –  
3596 Fundamentação do parecer: Contexto do PAS/BARRAGEM - Conforme o PAS de 2010,  
3597 não haverá estabelecimentos rurais afetados diretamente para a construção da usina,  
3598 tendo em vista que a empresa construtora já adquiriu todas as propriedades que  
3599 pertenciam a antiga usina de Seritinga. O empreendedor adquiriu seis hectares de terras  
3600 para a APP (Área de preservação Permanente), sendo três há de cada propriedade: Sr.  
3601 Elizeu (margem direita) e Sra Adelina (margem esquerda), ambos foram devidamente  
3602 indenizados e estão satisfeitos com a negociação, conforme constatado em visita técnica  
3603 ao município. O CMAS de Carvalhos, em reunião no dia 07/03/2012, confirmou o  
3604 acompanhamento, por parte do Conselho, dos trabalhos de reativação da usina por meio  
3605 de relatórios, visitas e reuniões com o empreendedor que divulgou amplamente o  
3606 empreendimento na região. Impactos Sociais: 1 – aumento da receita da Prefeitura  
3607 Municipal de Carvalhos, pelo potencial aumento da arrecadação do ICMS. 2 –  
3608 aproveitamento da mão de obra local com a contratação de 31 funcionários do próprio  
3609 município de Carvalhos, o que minimizou possíveis efeitos negativos relacionados à  
3610 atração de trabalhadores de fora do local. 3 – houve aumento da demanda do comércio,  
3611 uma vez que a população gastava mais, devido à maior circulação de dinheiro. Maior  
3612 frequência aos restaurantes da cidade. 4 – qualificação de 30% a mais da mão de obra, a  
3613 ser contratada pela empresa, para a construção da usina. 5 – custeio mensal, durante um  
3614 ano, a partir de novembro de 2010, do aluguel de imóvel que sediará o CRAS do município  
3615 de Carvalhos, visando potencializar a oferta de serviços públicos na área de assistência  
3616 social no referido município. Conforme ata da reunião realizada em 07/03/2012, os  
3617 Conselheiros Municipais avaliaram que a assistente social atendeu às demandas da  
3618 comunidade. E o convênio entre empreendedor e prefeitura, para o pagamento do aluguel  
3619 do imóvel para o funcionamento do CRAS, foi assinado em fevereiro de 2012 com validade  
3620 de um ano, até fevereiro de 2013, no valor de 01 salário-mínimo, conforme consta na  
3621 resolução de aprovação do PAS. Parecer conclusivo: Como não houve estabelecimentos  
3622 rurais afetados diretamente pela construção da CGH BOA VISTA, pois os construtores  
3623 adquiriram todas as propriedades que pertenciam à antiga usina de Seritinga que será  
3624 reativada, gerando uma potência de 0,7 MW; devido ao fato de os proprietários das áreas  
3625 adquiridas para serem APPs (Áreas de Preservação Permanentes) não residirem nelas e  
3626 estarem satisfeitos com a transação comercial; um expressivo aumento de arrecadação de  
3627 ICMS pela Prefeitura Municipal de Carvalhos; maior circulação de dinheiro, aumentando a  
3628 demanda do comércio e visível melhora nos restaurantes locais; aproveitamento da mão de  
3629 obra local, com a contratação de 31 funcionários do próprio município de Carvalhos; um  
3630 programa de ações de capacitação de mão de obra e de segurança da comunidade, junto

3631 ao Poder Público Municipal e um convênio acordado entre o Empreendedor e a Prefeitura  
3632 Municipal, no período de fevereiro de 2012 e fevereiro de 2013, para o atendimento social  
3633 das demandas da comunidade, tudo isso gerou uma completa satisfação, tanto por parte  
3634 da comunidade quanto por parte dos empreendedores, o que leva esta relatoria a optar  
3635 pela aprovação do PAS da CGH Boa Vista. (conversa fora do microfone); Optar pela  
3636 aprovação, tá errado? (conversa fora do microfone); Ahh então tá, desculpe pessoal. Leva  
3637 esta relatoria a optar pelo cumprimento da aprovação do PAS. É isso? (conversa fora do  
3638 microfone); Tá legal. Cumprimento da aprovação do PAS da CGH Boa Vista. Não é isso?  
3639 (conversa fora do microfone); ok. Perguntas? **Presidente:** conselheiro você podia  
3640 manifestar sua posição. (conversa fora do microfone); ok. **Conselheiro Luiz George:** eu já  
3641 optei pela aprovação. **Presidente:** Tá. Perguntas? Questionamentos? Esclarecimentos?  
3642 **Conselheira Cristiane. Conselheira Cristiane:** não é que eu fiquei na dúvida quando falou  
3643 a questão do aluguel do imóvel do funcionamento do CRAS e a questão do pagamento da  
3644 assistente social. Não entendi muito bem o que foi isso. (conversa fora do microfone); Mais  
3645 ta falando... (conversa fora do microfone); **Presidente:** passa o microfone para a  
3646 conselheira Roberta, por favor. (conversa fora do microfone); **Conselheira Roberta:** não.  
3647 Porque eu também fiz o mesmo questionamento. É aí ela me respondeu. Mais eu sou  
3648 técnica em qualquer aspecto meu filho. Sou uma assistente social com experiência e sou  
3649 uma pessoa efetivada pelo poder público. **Presidente:** conselheira Roberta com toda a  
3650 competência que lhe é peculiar queira manifestar-se. **Conselheira Roberta:** concursada e  
3651 efetivada e concursada (risos) É porque eu fiz essa pergunta **Presidente:** só um minutinho,  
3652 por favor. Pessoal, nós estamos vencendo uma plenária... **Conselheira Roberta:** o que  
3653 nós estamos aprovando é o cumprimento do PAS. No PAS dizia foi apresentado daqui e  
3654 daqui foi aprovado que no plano de assistência social ele ia pagar aluguel e não sei mais o  
3655 que. E ele fez tudo isso. Então, nós estamos cumprindo. Nós estamos aprovando o  
3656 cumprimento. (conversa fora do microfone); **Presidente:** conselheira Cristiane está  
3657 devidamente esclarecida? Ou quer complementação por parte da técnica Roberta.  
3658 **Conselheira Cristiane:** porque se o PAS já aconteceu há algum tempo eu tô vendo que  
3659 a... não. O contrato de pagamento de aluguel foi assinado agora em fevereiro de 2012.  
3660 Essa que é minha dúvida. É...porque tá recente se o PAS é lá pra trás, não sei de quanto  
3661 tempo. Por que este contrato só foi assinado agora? Só pra... **Presidente:** técnica Rosa,  
3662 por favor. **Técnica Rosalice:** Oh. É... em 2010. Só um minutinho Cristiane. Oh, em 2010  
3663 esse conselho aprovou um plano de assistência social onde houve um acordo entre  
3664 prefeitura e empreendedor. O empreendedor pagaria 1 ano de aluguel. É. Em 2010. Porém  
3665 segundo o prefeito que estava na reunião a Câmara Municipal não aprovou a instalação de  
3666 um CRAS. Foi até um... esse Carvalho foi motivo de pauta da comissão de apoio se eu não  
3667 me engano. Salvo em engano eu estava voltando de licença eu lembro-me dessa  
3668 discussão. É foi com a Leila. E nessa época eles não aprovaram. A câmara, ele tentou três  
3669 vezes. A câmara não aprovou a instalação de um CRAS. Tanto que chegaram várias  
3670 correspondências aqui desse empreendedor perguntando ao conselho – O quê eu faço, se  
3671 o Prefeito não cria um CRAS para eu alugar o imóvel ? – Eles só conseguiram agora em  
3672 fevereiro de 2012 a aprovação da câmara desse CRAS. Que agora que esse CRAS foi  
3673 instalado. Tanto assim, que a reunião foi até nesse local alugado. Desse CRAS que ia ser  
3674 então que eles fecharam contrato em fevereiro de 2012 e que vai até fevereiro de 2013. E  
3675 nesse período eles contrataram uma assistente social para tá dando esse subsidio as duas  
3676 propriedades que foram atingidas que, na realidade, foram compradas para a formação de  
3677 OPP que é... já era área de preservação permanente das duas propriedades e alguma  
3678 demanda que pudesse surgir na área social do município. Essa assistente social é do  
3679 município. Entendeu? **Presidente:** conselheira Cristiane devidamente esclarecida. Ok. Na  
3680 falta de novas indagações vamos à votação. Por favor, passe o microfone para a  
3681 conselheira Roberta puder manifestar. Votação nominal, por favor. Vamos começar pela  
3682 esquerda, por favor. **Conselheira Roberta:** com a relatora, aprovação do cumprimento do  
3683 PAS. É relator, desculpa. **Conselheiro Fernando:** Fernando, com relator. **Conselheiro**  
3684 **Júlio:** Júlio, com relator. **Conselheiro Márcio:** Márcio, com relator. **Conselheiro José**  
3685 **Fernando:** José Fernando, com relator. **Conselheira Cristiane:** Cristiane, pela aprovação,

3686 com relator. **Conselheiro Mauro:** Mauro, com o relator. **Conselheiro Marcos:** Marcos,  
3687 com o relator. **Conselheira Ana Paula:** Ana Paula, com relator. **Conselheiro Marcelo:**  
3688 Marcelo, com o relator. **Conselheira Nívia:** Nívia, pela aprovação, com o relator.  
3689 **Presidente:** Geraldo Gonçalves, pela aprovação, de acordo com a posição do relator  
3690 George. Quero aqui agradecer... **Conselheiro Marcelo:** Geraldo só um instante, por favor.  
3691 **Presidente:** a relatoria feita pela conselheira Ana Paula, pelo Luiz George. Marcelo.  
3692 **Conselheiro Marcelo:** a secretária, a Consolação está pedindo pra gente não sair antes  
3693 de definir os carros que (fora do microfone) **Presidente:** ok. É eu quero aqui ressalvá-los e  
3694 desejar sucesso nessa nova empreitada a todos os conselheiros endossados aqui hoje.  
3695 Solicitar e pedir encarecidamente que possam contribuir com esse colegiado com a  
3696 competência que lhes é peculiar, com comprometimento, com muita dedicação e,  
3697 principalmente, com muita assiduidade. Desejar a todos àqueles que vieram de mais  
3698 distante e os que estão por perto um bom regresso aos seus lares que Deus os ilumine e  
3699 agradeço a Deus pelo dia de hoje, por essa plenária. Nada mais havendo, encerrou-se a  
3700 presente ata degravada que após lida e aprovada será assinada pelos presentes.